

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 7 de Julho de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1073 • Director: Carlos Brito

Revisão da Constituição

PS e PSD DE MÃO DADA

MAIS
UMA
VEZ!



O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, denunciou em conferência de imprensa as intenções do PS e do PSD para a Revisão da Constituição e apelou à condenação de propósitos que violam regras e princípios da democracia

À pressa, os socialistas arquitectam formas de eleger mais deputados em detrimento dos outros partidos da oposição e os social-democratas de conseguir despedimentos fáceis e diminuir direitos dos trabalhadores

Pág. 5

O MAU ESTADO DA NAÇÃO

No debate de ontem sobre o estado da Nação o PCP defendeu a elevação da qualidade de vida dos portugueses em alternativa à actual política do Governo

Pág. 32

festa

já move milhares de desportistas

Págs. 24 e 25



Nuno Vitorino A ponte é uma passagem

Em entrevista

por Anabela Fino Centrais

Pensões a ex-pides

Pressão da opinião obriga PSD a recuar

Pág. 9

A nova censura

por César Príncipe

Pág. 19

Fome no Alentejo

artigo de Agostinho Lopes

Pág. 18



A Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril revela que tem na sua posse um possível Invólucro da bala que atingiu Luís Miguel

RESUMO

29 Quarta-feira

Início do I Congresso de Quadros Cabo-Verdianos no Exterior, em Lisboa ■ Acidente ferroviário entre as estações de Porto-Trindade e a Maia, provocando a morte de três pessoas e ferindo 41 ■ Realiza-se, em Nova Iorque, o primeiro encontro entre delegações das partes iemenitas em confronto, sob a égide da ONU ■ Eleição do novo primeiro-ministro japonês, Tomiichi Murayama ■ A Pós-Associação dos Utentes da Ponte 25 de Abril revela que tem na sua posse um invólucro de "uma bala de calibre 7,92 milímetros, encontrado no local onde Luís Miguel foi atingido" ■ É aprovado no Parlamento o diploma que autoriza o Governo a rever o Código Penal ■ A Polícia Judiciária suspeita que o árbitro José Guimarães esteja envolvido em actos de corrupção desportiva.

30 Quinta-feira

Vem a público que quatro cooperativas agrícolas da região centro litoral controlaram as entradas de leite da Parmalat ■ Megaconcerto dos "Filhos da Madrugada" em homenagem a José Afonso, no estádio de Alvalade ■ Fontes diplomáticas de Luanda noticiam que a cimeira entre os chefes de Estado de Angola e do Zaire deverá ser dia sete, sob a presidência de Nelson Mandela ■ A CGTP defende a necessidade de "criminalização" de acidentes de trabalho quando tal se justifique ■ A Polícia Judiciária visita o Amora Futebol Clube no âmbito do processo de corrupção na arbitragem ■ O Presidente alemão Richard Von Weizsäcker cessa funções.

1 Sexta-Feira

Chegada de Yasser Arafat à Faixa de Gaza para uma visita de três ou quatro dias ■ Discussão na Assembleia da República sobre a alteração do diploma que atribui pensões a ex-pides, proposta pelo grupo parlamentar do PCP ■ Segunda ronda de negociações para o Acordo de Concertação Social Estratégico. À saída, um membro da CGTP declara que "foram quatro horas improdutivas" ■ Início do debate organizado pela Fundação Juventude, no Porto, sob o tema "Liberalizar as drogas - sim ou não?" em que Marques Mendes declara que o Governo não é favorável à livre comercialização das drogas ■ António Quadros, pintor e poeta, morre ■ Início da presidência da Alemanha da União Europeia ■ O novo Presidente alemão, Roman Herzog, é empossado ■ Tentativa de golpe de Estado no Camboja.

2 Sábado

Carlos Carvalhas fala das "propostas do PCP para o combate ao desemprego" e da "grave situação social que afecta o país" ■ A Câmara de Serpa recusa-se a apoiar a distribuição de alimentos trazidos pela Cruz Vermelha: "O que o povo nos diz é que necessita de trabalho. Os géneros alimentares

são bem-vindos, mas amanhã acabaram" ■ O Presidente da República afirma que está atento às queixas que têm chegado de Macau, nomeadamente o abaixo-assinado de jornalistas em que se questionava a situação de liberdade de imprensa ■ Yasser Arafat reclama a retirada do exército israelita da Cisjordânia até final de Agosto, para poder organizar eleições nos territórios autónomos "o mais depressa possível" ■ O ministro da Saúde defende a transferência dos hospitais generalistas do Estado para a órbita das misericórdias e anuncia o que diz ser as tendências hospitalares do futuro: sem camas e mais especializadas ■ Encerramento do festival cinematográfico de Tróia ■ O Presidente de São Tomé demite o primeiro-ministro, Norberto da Costa.

3 Domingo

Eleições na Guiné-Bissau para eleger o novo presidente e o novo parlamento, com grandes problemas logísticos e atrasos significativos na votação ■ Uma violenta explosão, que, segundo as autoridades, se trata de um acto terrorista, provoca sete mortos e cerca de 30 feridos, no Azerbaijão ■ O exército do Norte do Iémen mata 17 civis e fere 30, numa série de ataques contra Aden, enquanto os residentes se preocupam mais com a falta de água potável do que com a guerra.

4 Segunda-feira

Carlos Carvalhas fala sobre "os verdadeiros propósitos da revisão da constituição", denunciando "o entendimento entre o PSD e o PS, com a ajuda do CDS/PP, para mutilar o sistema proporcional" ■ As quatro maiores associações ambientalistas portuguesas (GEOTA, Quercus, IDD/ED e LPD) encontram-se com o Presidente da República para uma reunião sobre a ponte que irá ser construída no Montijo, considerando que "a opção escolhida para a localização da nova ponte é um erro histórico" ■ Primeira fase da privatização da Cimpor ■ Um sismo de magnitude quatro abala Beja ■ Início do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, em Lisboa ■ As Forças da Frente Patriótica Ruandesa assumem o controlo da capital Kigali e da segunda cidade do país, Butare ■ O Presidente de São Tomé e Príncipe nomeia o novo primeiro-ministro, Evaristo de Carvalho.

5 Terça-feira

Reunião do Grupo de Ligação Luso-Chinês ■ É lançada a primeira pedra da rede de gás natural em Leiria ■ Assembleia Parlamentar da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, na Áustria ■ O programa de auxílio alimentar da Cruz Vermelha Portuguesa para quatro conselhos da margem esquerda do Guadiana foi suspenso, por parte alimentos estarem deteriorados ou com o prazo de validade ultrapassado ■ Realiza-se em Paris uma cimeira entre Yasser Arafat, Yitzhak Rabin e Shimon Peres para preparar a próxima fase da autonomia palestiniana.

O Estado da maquinação

Efectuou-se ontem na Assembleia da República o designado debate sobre o estado da Nação.

O tema é da maior importância, no entanto, o figurino regimental que lhe foi aplicado não se destina a permitir o aprofundamento dos problemas do país e o exame das políticas que estão a ser seguidas, mas a proporcionar ao Governo e, em especial ao Primeiro-Ministro uma parada de propaganda, no encerramento dos trabalhos parlamentares.

Foi, mais uma vez, o que aconteceu.

Apesar do estado da Nação ser deplorável, como bem sente a maioria dos portugueses e foi demonstrado, entre outras, na intervenção do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, o Governo apresentou-se com o habitual optimismo balofo a cantar loas à retoma.

Por isso mesmo, pareceu-nos oportuno começar por centrar as atenções num aspecto especialmente grave do estado da Nação, que é o estado da maquinação.

Maquinação, explicam os dicionários, é a trama, a intriga, preparada às ocultas para conseguir um objectivo mal-intencionado.

Ora parece difícil encontrar melhor termo do que maquinação para definir a operação de revisão da Constituição que o PSD e o PS pretendem realizar em três meses e que o segundo anuncia desencadear na próxima sexta-feira.

O noticiário vindo a público a propósito das Jornadas Parlamentares do PS, apesar do esforço dos socialistas para ocultar ou disfarçar os verdadeiros objectivos que perseguem, fornece muito material para se poder avaliar o estado desta maquinação.

Comecemos por abordar o "objectivo mal-intencionado", esclarecendo-o com as próprias revelações que as palavras dos dirigentes do PS proporcionaram, atalhando assim qualquer suspeita de sectarismo que possa recair sobre a nossa crítica.

É verdade que Guterres tem explicado a sofreguidão com que se atirou à revisão da Constituição com a necessidade de "uma reforma do sistema político", visando "abertura, descentralização e transparência" e muitas outras coisas bonitas.

Mas aquilo que Guterres tem verdadeiramente em vista é uma nova lei eleitoral para a Assembleia da Re-

pública para já disputar com ela as próximas eleições.

São as suas próprias palavras que traem a sua ansiedade: "desafiamos o PSD para um esforço sério de acordo, para mais sendo possível conciliar o sistema proporcional com a criação de círculos com um só deputado", declarou na abertura das Jornadas.

Logo a seguir, insistiu que "o PS está disposto a admitir cedências na definição dos círculos".

Quer, depois disto, o Secretário-Geral do PS convencer alguém que se mantém "inflexível no princípio da proporcionalidade", que não quer lesar os partidos mais pequenos, que "não entrará em questões de aritmética eleitoral".

Isto só prova que começou, sem dúvida, pela aritmética eleitoral.

Com toda a razão, afirmou Carlos Carvalhas, na sua Declaração da passada segunda-feira: No que toca especialmente ao PS, bem se pode dizer que,

Ora parece difícil encontrar melhor termo do que maquinação para definir a operação de revisão da Constituição que o PSD e o PS pretendem realizar em três meses e que o segundo anuncia desencadear na próxima sexta-feira.

não conseguindo hegemonizar o voto da oposição, como mais uma vez se evidenciou nas eleições europeias, ambiciona hegemonizar os mandatos através do efeito coercivo da lei."

O Secretário-Geral do PS é igualmente traído pelas suas palavras quando anuncia que recusava na revisão que prepara "a lógica do toma lá dá cá".

Tem sido essa a lógica do PS em todas as anteriores revisões da Constituição e em geral tem sido enganado.

Mas o que é que este PS de António Guterres, na sua ilusão de chegar ao governo sozinho, não será capaz de dar a troco de uma nova lei eleitoral para a Assembleia da República?

Aqui se revela a outra parte do "objectivo mal-intencionado". É que para o PSD e o CDS, a par das alterações do regime político, interessa-lhe muito especialmente uma revisão da Constituição que concretize alterações

reduzidoras na esfera dos direitos sociais, designadamente em relação ao acesso à saúde, ao ensino e à segurança social e ainda mais especificamente em relação aos direitos dos trabalhadores, sobretudo em matéria de despedimentos.

São também estas novas ameaças que o PS toma a responsabilidade de franquear com a sua sofreguidão de "fazer a revisão da Constituição ainda este ano".

Depois de tudo isto, que confiança merecem as repetidas declarações dos dirigentes do PS de que não estarão disponíveis para acordos com o PSD "à margem da comissão de revisão."

A "revisão em três meses" em que os dois parceiros - PSD e PS - aparecem já comprometidos, será, inevitavelmente, uma revisão assente num acordo global dos dois partidos e imposta aos demais com o esmagamento dos seus direitos de oposição e a liquidação de todo o debate democrático.

Tais são os novos métodos «democráticos, participados e transparentes» que o Secretário-Geral do PS quer introduzir no sistema político. Começa bem, não há dúvida...

Voltemos ao debate sobre o estado da Nação.

De que é que vale a vozeria oposicionista que o PS voltou a alardear relativamente a algumas políticas sectoriais do Governo do PSD, se se prepara para um entendimento de fundo com o partido do Governo em relação às questões essenciais do regime?

O envolvimento do PS na revisão da Constituição é o mais flagrante desmentido à alternativa política que pretende ser.

A oposição às manobras do Governo e do patronato no campo da concertação social ou em relação à política de rendimentos e preços só pode ser verdadeiramente consequente com o combate à estratégia socioeconómica e comunitária do Governo, com a firme defesa dos direitos dos trabalhadores e com a decidida solidariedade com a sua luta.

Ora o PS está ausente destes combates e quanto a solidariedade parece que quer proibi-la em sede constitucional com a alegação de que é stalinista.

A experiência demonstra, e o debate sobre o estado da Nação ilustrou-o uma vez mais, que é com o PCP que os trabalhadores e toda a população laboriosa têm que contar para fazer frente à ofensiva anti-social que o Governo de Cavaco Silva vai prosseguir.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF: 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Contra-Ponte

Refeitos do susto ou da surpresa provocados pelo magnífico movimento de protesto da Ponte 25 de Abril, tanto o Governo e os meios que lhe são afectos, como o PS e os sectores da sua influência, procuram recompor a imagem maltratada no decorrer dos acontecimentos.

Ao movimento da Ponte e às suas importantes repercussões na opinião pública pretende-se agora responder com um processo de desvirtuamento do que realmente se passou, uma espécie de contra-Ponte.

O ministro Ferreira do Amaral, depois do recuo do Governo que foi incumbido de apresentar muito contrafeito, tomou-lhe o gosto e entregou-se a uma campanha de desculpas em todos os canais de televisão, em várias antenas de rádio e em diversos jornais (a força das auto-estradas!) através da qual procurou reabilitar-se.

Entretanto, muito manhosamente vai preparando esquemas que assegurem, acima de tudo, manter o princípio da portagem e o princípio do seu aumento, embora concedendo descontos segundo o número de passagens ou através da compra prévia de pacotes de senhas de portagem.

A "fuga" do "Expresso", do passado sábado,

integra-se nitidamente nesta operação de preparar os espíritos. Com maus resultados, diga-se, a avaliar por algumas reacções dos utentes.

Por sua vez, o PS, depois de "ter passado quase despercebido durante a explosão de protesto" (são palavras do "Público") e que se manteve alheado dos acontecimentos até ao recuo do Governo, apareceu a seguir a este, na pessoa do seu Secretário-Geral, cheio de dinamismo, de ideias, de medidas, incluindo o anúncio bombástico de querer requerer ao Tribunal Constitucional a apreciação da constitucionalidade da portaria do aumento.

Esclareça-se, no entanto, que os utentes da Ponte teriam que esperar uma boa meia dúzia de anos pelos efeitos da medida bombástica do PS, e isso se este não se esquecesse de apresentar o requerimento como já tem acontecido. Teriam tempo, se não protestassem das outras maneiras que conhecem, para pagar o presente aumento e os outros que Ferreira do Amaral já tinha na calha.

Entretanto, a linha mais forte desta contra-Ponte é a que visa obscurecer e denegrir o papel do PCP, como o único dos grandes partidos que se solidarizou com o movimento do

protesto desde a primeira hora, apoiando as reivindicações dos utentes na sua acção política geral e na Assembleia da República.

Bem se percebe porque é que António Guterres, logo que quebrou o silêncio, após o recuo do Governo, se apressou a declarar que "não houve interferência partidária relevante".

Bem se percebe porque é que Nunes Liberto e Vasco Graça Moura insistem no disparate provocatório da conspiração comunista.

Bem se percebe também o empenhamento da SIC e da Margarida Marante, por exemplo, na entrevista a Álvaro Cunhal, a tentarem "demonstrar" com sondagens manipuladas e argumentos grotescos que o PCP não teve papel nenhum.

Até parece que na Ponte não foi o Governo o grande derrotado e não foram os socialistas os grandes comprometidos como "incompetentes para captar os sinais menos previsíveis emitidos pela sociedade civil" (palavras do "Público").

Digam lá o que disserem os comentadores, há uma coisa que não conseguem pôr em dúvida é que o PCP continua ao lado dos utentes na luta pela abolição do aumento e na luta pela abolição da portagem.

■ Carlos Brito

O Golpe

Está dito e redito que o PS é oposição. Há até quem diga e rediga que o PS é a oposição. É certo que, tirando o blá-blá-blá em que António Guterres e os seus pares pasam o tempo, não têm sido vistos na prática do PS, quaisquer outros sinais exteriores de oposição. Antes pelo contrário.

Mas, está dito e redito que o PS é oposição e a repetição de tal afirmação transforma em verdade absoluta o que não passa de uma relativíssima verdade. O PS é oposição a quê? A política do Governo? Não. Como temos, visto a política defendida pelo PS coincide, no essencial, com a que é praticada pelo Governo. Oposição ao Governo? Aí já a resposta terá que ser outra: a acção opositora do PS visa fundamentalmente o Governo, o objectivo oposicionista do PS é o de substituir o PSD no Governo para depois fazer uma política semelhante à que o PSD tem vindo a praticar.

Dá o interesse do PS em manter esta rentável situação de não precisar de ser, de facto, oposição bastando-lhe parecer que o é. E é para melhor parecer oposição que o PS anda agora aí num diabólico frenesim revisionista.

O Governo responde com a violência ao justo protesto cívico de milhares de utentes da Ponte 25 de Abril? Pois bem, o PS responde insistindo na revisão urgente da Constituição. O desemprego aumenta, o trabalho infantil alastra, os salários reais baixam, os salários em atraso continuam, a Segurança Social é uma lástima, as reformas e pensões são uma miséria? Pois bem, a isso tudo responde o PS sublinhando o carácter de urgência da revisão.

O Governo desfere machadadas sucessivas na democracia política, acentua a arrogância e a prepotência, alimenta a corrupção, e o SIS-das orelhas grandes escuta tudo quanto é conversa? Pois bem, o PS responde acelerando o processo de revisão.

Mas vejamos: revisão da Constituição para quê? Para resolver os crescentes problemas e dificuldades que afectam a maioria dos portugueses? Não. A revisão vai ser usada para atingir direitos fundamentais dos trabalhadores? Vai, mas essas são para o PS questões de somenos. Porque o objectivo essencial do PS com esta revisão é o de impor a desejada alternância (ora agora governas tu e eu sou oposição, ora governo eu, fazendo a mesma política, e tu és oposição). E porque a tese da alternância está indissolavelmente ligada à do bipartidarismo (ou, dito com mais rigor, do unipartidarismo bicéfalo) eis que o intrépido Guterres avança a «democrática» intenção de, no seu projecto de revisão, contemplar a consagração de princípios estatutários obrigatórios para todos os partidos... e sabe-se lá se também a definição de bases programáticas imperativas... Com esta revisão o PS pretende criar condições que lhe permitam, e ao PSD, obter através do golpe aquilo que o eleitorado sempre lhes recusou através do voto.

Porque - e é importante sublinhá-lo desde já - o projecto de revisão da Constituição defendido pelo PSD é isso mesmo: um golpe.

■ José Casanova

Let's go, boys. To Moscow!

A 2 de Janeiro de 1920, sem mandatos de captura nem qualquer outra cobertura legal, 10 000 comunistas e militantes sindicais norte-americanos foram presos em 70 grandes cidades dos Estados Unidos no que ficou na história como o maior e mais violento ataque contra a organização operária dos EUA. A causa próxima fora um bem sucedido processo de aproximação entre as várias tendências do movimento laboral e de esquerda, fortemente impulsionado pelas vitórias da Revolução Soviética e pelos protestos contra a intervenção americana na Rússia.

As prisões de Janeiro de 1920 ficaram conhecidas como os *Palmer-Hoover red raids*, do nome dos homens que ordenaram a ofensiva: o ministro da Justiça, A. Mitchell Palmer, e um cavaleiro de nome J. Edgar Hoover que, em 1924, tomaria a chefia do Federal Bureau of Investigation à frente do qual se manteria até à sua morte, em 1972. O único chefe de uma polícia que se manteria em funções ao longo de praticamente meio século!

Este FBI dirigido por J. Edgar Hoover, lado

a lado com o não menos célebre senador Joseph McCarthy, seria responsável durante o período da «caça às bruxas» pela organização de mais de 13,5 milhões de inquéritos entre os 65 milhões de trabalhadores existentes então nos EUA, inquiriria 40 000 dos 2,3 milhões de funcionários federais, determinou condenações por «subversão» de um total de mais de 400 anos de prisão. Graças aos «inquéritos» do FBI, Ethel e Julius Rosenberg foram condenados à morte, 11 500 funcionários demitidos, homens como Charlie Chaplin, Carl Foreman e Joseph Losey deportados.

O FBI de J. Edgar Hoover foi o protagonista do famoso *better dead than red* - antes morto que vermelho, que ditou a acção das forças repressivas norte-americanas durante décadas, que assassinou estudantes em Berkeley, veteranos do Vietnam em Washington, militantes dos direitos negros em Birmingham.

O FBI de J. Edgar Hoover sempre acreditou que de Moscovo vinha todo o mal, que de lá emanava tudo quanto podia pôr em causa aqueles princípios pelos quais, desde 1924, o *old man* tomara as rédeas firmes da repressão.

Mas o que J. Edgar Hoover jamais segu-

ramente se atreveria a imaginar, nem mesmo nos seus momentos de mais frenético optimismo, é que a sua organização iria abrir uma delegação... em Moscovo!

As coisas parece andarem um tanto azedas pois o actual Edgar Hoover, um cavaleiro de nome Louis Freeh, ora director do FBI, declarou alto e bom som que as autoridades criminais americanas estão preocupadíssimas com as consequências mundiais do aumento da criminalidade na capital moscovita e o desenvolvimento mafioso que por lá se verifica. O ministro do Interior russo, sr. Viktor Erine, parece ter considerado as preocupações um tanto excessivas e a mimosa colaboração enseguida entre o FBI e o seu congénere eltsinista irá desenvolver-se a partir de agora de forma mais discreta.

O caso é curioso porque, aparentemente, o comunismo do tempo do sr. Hoover não passou para Nova Iorque, mas a mafia do tempo do sr. Hoover passou para Moscovo. E o FBI atrás.

Há trocas que dão para pensar.

■ Ruben de Carvalho

Direito de SUBVERSÃO

O artigo de Bill Clinton transcrito no *Expresso* de 4/6/94, com o título "Direitos humanos na China", merece/exige não ser deixado passar totalmente em silêncio. Porque, se se apresenta como referido à China, dirige-se à opinião pública mundial. Tem significado mais lato. Respeita-nos também a nós. E porque de forma bastante des-

pedorada põe em evidência uma das linhas de acção do imperialismo norte-americano para conseguir o seu domínio em todo o planeta. Ressalve-se desde já que não se cura aqui de falar sobre a China - Estado soberano que legitimamente se governa a si próprio, sem que sejam admissíveis ingerências externas. Diga-se entretanto que se trata de um grande país que está promovendo um gigantesco progresso económico e social, assegurando condições de uma vida melhor, alimentação, vestuário, habitação, saúde, cultura, para um quinto da Humanidade, num complexo e extraordinário esforço de trabalho e inovação que merece vivo interesse e solidariedade.

Sublinhe-se que Clinton invoca, como sua decisiva motivação, o que diz ser o "interesse nacional americano", os "interesses da América", numa significativa insistência. Claro que não se trata dos interesses do povo dos EUA, com muitos milhões de brancos, negros, hispânicos e índios explorados, oprimidos, discriminados, brutalizados mesmo nos seus mais elementares direitos humanos dentro do seu próprio país. Do que se trata realmente é dos interesses da oligarquia imperialista dos EUA face a outras potências aliadas/rivais, que suplantou há 50 anos (a referência ao Dia D é elucidativa) e que não admite que a suplantem agora. Rivalidades interimperialistas reavivadas.

Em defesa desses reais interesses, qual a nova linha que Clinton traça na teia da sua estratégia global? Citemos uma esclarecedora passagem: "Ganhámos a guerra fria através de uma ponderação realista e continuada dos interesses económicos e morais dos Estados Unidos. Protegeremos os nossos interesses e faremos progressos na China seguindo justamente o mesmo tipo de actuação". Estamos entendidos quanto à novidade: morreu a guerra fria, viva a guerra fria, a subversão continua...

Porque é efectivamente de subversão o "programa para a China" que Clinton esboça: 1) intensificar a acção das rádios Ásia Livre e Voz da América, da televisão por satélite; 2) apoiar "numerosas organizações privadas que trabalham na China"; 3) utilizar a "comunidade empresarial" americana que actuar na China; 4) obter a colaboração de comparsas não-americanos para que a sua propaganda não apareça como "ideias impostas pelos americanos"; 5) recorrer à "pressão de sanções" quando e como entender. É uma versão da velha prática de acção subversiva para conseguir o que chamam *transição pacífica para o capitalismo* - uma "transição" cujos resultados estão à vista na desgraça que se abateu sobre os povos da ex-URSS e do Leste da Europa.

No complexo processo de redefinição em curso da estratégia do imperialismo norte-americano, com novas roupagens persistem velhas constantes. Esta de se arrojar um "direito de subversão" sob a capa dos "direitos humanos" é das mais repugnantes e perigosas. Intolerável para qualquer povo. Para qualquer homem que se queira livre. E que por isso há que universalmente denunciar e combater.

C.A.I.

Carvalhas no Vitória

Propostas do PCP para o combate ao desemprego

No passado sábado, Carlos Carvalhas participou no encontro realizado no Centro de Trabalho «Vitória», onde proferiu uma intervenção que apresenta as propostas do PCP para fazer face ao desemprego e à grave situação social que afecta o país. O debate foi moderado por Rosa Rabiais, do CC, e entrevistaram Paulo Trindade, deputado à AR, Arménio Carlos, do CC, Joaquim Miranda, deputado ao PE, para além de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, de cujo discurso publicamos os extractos mais significativos.

«Passadas as eleições e as promessas, o Governo não perdeu tempo no relançamento da sua ofensiva contra os salários, os direitos e a protecção social dos trabalhadores.

No dia seguinte ao conhecimento dos resultados eleitorais, avançava o processo que visa concretizar o maior despedimento colectivo das últimas décadas ameaçando mais de 3 mil postos de trabalho efectivos da Lisnave e Setenave/Solisnor. Depois outros despedimentos têm vindo a ser anunciados em diversos pontos do país e em diversos sectores tais como no têxtil, metalomecânico, energético, siderúrgico...

Antes foram as promessas e as manobras de propaganda eleitoral: a preocupação com a habitação; com as acessibilidades; com o emprego; com a saúde (anúncio de novos hospitais); com os salários; com o apoio às aldeias do interior.

Passadas as eleições, o Governo mandou as preocupações e as promessas às urtigas. Assim as preocupações com a habitação desapareceram e surgiram novos agravamentos.

Os que compraram casa própria com juros bonificados e o crédito jovem para aquisição de habitação própria vêem o valor das prestações aumentadas por força de uma portaria (302/94) que «come» desde logo os benefícios alcançados com a descida das taxas de juro. Em relação às acessibilidades, aumentou a portagem da Ponte 25 de Abril em 50%, com os resultados conhecidos. Quanto à criação de postos de trabalho o que se viu foi um novo impulso à destruição do aparelho produtivo e à entrega ao capital estrangeiro do melhor património público empresarial através das privatizações, agora com a Cimpor e a EDP... E com as privatizações teremos novos despedimentos e mais reformas antecipadas.

O mal-estar atinge largas camadas da população e o Governo está hoje mais desmascarado e desacreditado.

É neste quadro e no seguimento de vários encontros de debate e reflexão que temos realizado, sobre as causas da crise e os caminhos para a superar que tem lugar esta nossa iniciativa.

A situação social continua a agravar-se e todas as estimativas apontam para a continuação do crescimento do desemprego e do emprego precário para os próximos anos o que, só por si, revela a valia daquilo a que o PSD chama pomposamente "plano Cavaco". Um plano de marketing eleitoral sem qualquer ideia nova e que, como é habitual, ninguém se opôs à sua inclusão no comunicado final da Cimeira de Corfu.

"É barato e sempre serve para compor o comunicado final", como comentava um analista estrangeiro! Mas é preciso que se saiba que o verdadeiro plano do Primeiro-Ministro não é o das açõe-zinhas no plano local e do artesanato, mas o programa do grande capital europeu retomado pela CIP e pelo seu governo e apresentado no Conselho de Concertação Social e que em nome da «competitividade» visa dinamitar todas as conquistas sociais. Em nome da «concorrência óptima», exige-se o prosseguimento da baixa dos salários, uma maior disparidade dos rendimentos, maior desregulamentação do trabalho e do mercado, a redução da segurança social e maior flexibilidade e mobilidade.

São as receitas dos membros da chamada «mesa-redonda dos grandes industriais europeus» receitas, que se inscrevem na lógica de Maastricht e que foram aprovadas pelos ministros da OCDE na recente cimeira desta organização no sentido de consagrarem como orientações universais a precarização generalizada do mercado de trabalho, a eliminação de entraves aos despedimentos, a desregulamentação do horário de trabalho, a eliminação do salário mínimo, a redução do subsídio de desemprego a par de mais benefícios fiscais e apoios financeiros ao grande capital. Tudo em nome da competitividade e da criação de empregos, tal como o relatório Cecchini, que na altura também prometia a criação de 5,7 milhões de empregos. Hoje é mesmo um membro do comité director do grupo Cecchini que declara que as estimativas feitas então em matéria de

emprego eram em grande parte propaganda ao serviço da unificação europeia e que nunca ninguém pensou que o Mercado Único seria uma máquina de criar empregos.

Como se sabe, os governos e partidos de direita, socialistas e social-democratas foram na altura os grandes defensores do relatório Cecchini, votaram o Acto Único e o Tratado de Maastricht aos quais a Europa deve hoje os seus mais de 20 milhões de desempregados e 55 milhões de pobres!

Com o mesmo sentido propagandístico, o Primeiro-Ministro, o ministro das Finanças e o PSD falam de combate ao desemprego e não se cansam de repetir que há sinais de retoma económica, que iremos ter melhoria no rendimento das famílias...

Mas a realidade é que nos mostra é que o desemprego vai continuar a aumentar sendo particularmente grave em algumas regiões do país como no Alentejo a exigir medidas imediatas e de emergência. Ao mesmo tempo, a concentração da riqueza, o negociismo e a corrupção continuam a florescer.

No mesmo estilo propagandístico, o Primeiro-Ministro tem tocado as trombetas pelo facto de "estatisticamente" o desemprego ter "diminuído" 0,7% entre Abril e Maio. Pondo de lado as manipulações estatísticas e as limpezas oportunistas de ficheiros, a verdade é que a descida do número de desempregados inscritos se tem verificado desde 1985, entre Abril e Maio de todos os anos. E a descida estatística deste ano, mesmo assim é a mais fraca de todas. É uma descida sazonal sem qualquer significado, mas a que o Primeiro-Ministro se agarra como um náufrago à tábua de salvação.

Mas não é com propaganda, nem com marketing político que se dá a resposta à grave situação dos desempregados, à grave situação dos reformados, à grave situação social.

Não é despedindo e facilitando os despedimentos que se combate o desemprego. Nem este é uma fatalidade.

A criação de empregos e a luta contra o desemprego não passa, como afirma Cavaco Silva e a CIP, pela flexibilização da legislação laboral, pela criação de ainda maiores facilidades para o despedimento, nem por pseudomedidas de propaganda política como as apresentadas pelo Governo em vésperas das eleições para o PE.

(...)

O combate ao desemprego

O combate ao desemprego e às situações de maior carência assumem para nós a máxima prioridade.

O combate ao desemprego exige que se comece por suspender os despedimentos em curso, exige uma nova política económica virada para a satisfação das necessidades fundamentais dos trabalhadores e das massas populares.

A criação de empregos e a luta contra o desemprego passa por uma nova política centrada sobre o investimento produtivo,



a defesa da produção nacional, a melhoria do poder de compra e a penalização das actividades especulativas e parasitárias e passa por se encarar a educação, a ciência e tecnologia como vectores estratégicos.

(...)

Mas esta política, para ser concretizada, exige que se dê um grande combate à política do governo apostado para hoje e para amanhã no agravamento das condições de vida da população, no refoço da exploração dos trabalhadores e na liquidação dos seus direitos e regalias, na plena reconstituição do poder e privilégios dos senhores do dinheiro, na liquidação da democracia política, no sacrifício da soberania e independência nacionais.

O PCP ao mesmo tempo que propõe global e sectorialmente uma política democrática alternativa à que tem sido seguida, salienta, entretanto, que terão de constituir preocupação e tarefas nacionais prioritárias, entre outras, a acentuada elevação do nível e qualidade de vida dos portugueses, a modernização e defesa do aparelho produtivo nacional ao serviço de uma estratégia de desenvolvimento e de efectiva coesão económica e social, o decidido combate à pobreza, às injustiças e desigualdades sociais, um especial empenho na modificação da situação dos reformados e na dignificação de quem trabalha.

Terão de constituir preocupações e tarefas nacionais o combate à degradação da democracia política e ao afastamento dos cidadãos das decisões que os tocam profundamente, o combate ao abuso do poder e à arrogância, ao clientelismo e à corrupção e uma enérgica intervenção pela moralização da vida pública.

O PCP afirma-se como o portador de uma efectiva alternativa capaz de dar resposta aos prementes problemas da hora presente e a enfrentar com êxito os exigentes desafios que estão colocados ao País. É por isso imperioso impedir o PSD de levar por diante o seu projecto de desfiguração do regime democrático e de conluio com o PS edificar um sistema de poder protegido e tendencialmente eternizado por modificações antidemocráticas no sistema eleitoral, impune na sua arrogância e insensível ao descontentamento popular.

Por isso, o reforço do PCP, partido que mais conta para uma real alternativa é uma tarefa democrática ao serviço dos trabalhadores, do emprego e da melhoria do nível de vida, ao serviço do povo e do país.

(...)

Os verdadeiros propósitos das propostas de revisão da Constituição

— declaração de Carlos Carvalhas

Em conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, alertou para o perigo da nova revisão da Constituição

Com esta declaração, o PCP pretende chamar a atenção do país para os perigos que o novo processo de revisão da Constituição, que o PSD e o PS querem desencadear, representa para o regime democrático e para os direitos e conquistas sociais do nosso povo.

O entendimento entre o PSD e o PS para a abertura de um novo processo de revisão da Constituição não visa proteger qualquer legítimo interesse nacional ou do regime democrático, visa sim veicular interesses objectivos partidários em que ambos os partidos estão empenhados.

Seja invocando a necessidade de uma «reforma do sistema político» que dinamize a «participação dos cidadãos», como faz o PSD, seja invocando «razões de governabilidade», como o faz o PSD, ambos os partidos coincidem na criação de círculos uninominais e ambos estão cientes que introduzem mutilações no sistema de representação proporcional. **Só esta última circunstância justifica que confirmem dignidade constitucional às suas propostas que, a não ser assim, podiam ser dirimidas na lei ordinária.**

Os objectivos do PSD e do PS em relação à lei eleitoral para a Assembleia da República são mais uma vez, o de potenciarem por via legislativa as suas votações, de forma que, para eles, menos votos correspondam a um maior número de deputados, em detrimento dos demais partidos, a quem aconteceria precisamente o contrário, e desta maneira forçarem artificialmente a bipartidarização, com a adulteração da vontade popular.

No que toca especialmente ao PS, bem se pode dizer que, não conseguindo hegemonizar o voto da oposição, como mais uma vez se evidenciou nas eleições europeias, ambiciona hegemonizar os mandatos através do efeito coercivo da lei.

É, aliás, uma rotunda hipocrisia falar-se da necessidade da «aproximação dos deputados aos eleitores», como pretexto para rever leis eleitorais sobretudo vindo da parte dos partidos que sempre apresentaram as eleições legislativas como eleições para Primeiro-Ministro e que conduziram as anteriores campanhas eleitorais com um total apagamento dos seus candidatos a deputados.

É uma rotunda hipocrisia a manobra que está em curso visando culpar o sistema político por aspectos da vida política que causam compreensível desgosto e desencanto em muitos cidadãos mas que são da responsabilidade de partidos como o PSD, o PS e o CDS/PP, e da sua falta de ética política, de respeito pela verdade e pelas aspirações dos seus eleitores, do seu gosto por um estilo politiquês e pelo espalhato verbal.

É uma rotunda hipocrisia procurar disfarçar com o sistema eleitoral o não cumprimento das promessas eleitorais, o desinteresse pela intervenção cívica das populações, a total insensibilidade perante os sacrifícios e os dramas que hoje atingem milhares e milhares de desempregados, a maioria sem qualquer subsídio, reformados com pensões de miséria, jovens sem poderem perspectivar o seu futuro.

PS dá mão ao PSD

Num momento em que o Governo activa uma gravíssima ofensiva contra os direitos e interesses dos trabalhadores com as propostas apresentadas no Conselho de Concertação Social; em que se anunciam novos despedimentos, como na Lisnave, Setenave e Siderurgia; em que se agravam as dificuldades da agricultura, das pescas e de numerosas pequenas e médias empresas da indústria e dos serviços; em que se incrementam os protestos populares contra a política do Governo, como sucedeu com os protestos contra os aumentos das portagens da Ponte 25 de Abril; **pois é precisamente neste momento que o Partido Socialista entende anunciar dar uma mão ao PSD, na concretização de projectos antidemocráticos e lesivos dos interesses das mais largas camadas do povo português.**

Como é do conhecimento público, por força da Constituição da República, as alterações da Constituição carecem, para serem aprovadas, de maioria qualificada de dois terços, correspondente a 154 deputados. Com um número total de 72 deputados, é evidente que o PS não dispõe nem de presença numérica nem de força política

para impôr o conteúdo da revisão constitucional. A revisão constitucional só é possível com a conjugação dos 72 votos dos deputados do PS com os 135 votos dos deputados do PSD, partido maioritário na Assembleia da República, e o seu conteúdo, a efectivar-se, não pode deixar de corresponder a esta relação de forças favorável ao PSD.

O Partido Comunista Português alerta por isso o povo português para mais este entendimento contra a Constituição que o PS e PSD preparam, com o aplauso e a colaboração do CDS/PP, o que já foi verificado nas anteriores revisões constitucionais de 1982, 1989 e 1992.

O PCP alerta o povo português para as tentativas do PSD em sede de revisão constitucional de, com a indispensável concordância do PS, concretizar alterações na Constituição social tendo em vista os seus propósitos políticos de dismantelar as garantias constitucionais de acesso aos sistemas públicos de saúde, educação e segurança social; de privatizar os aspectos mais rentáveis desses sistemas de protecção social, obrigando os utentes a pagarem os custos ou a usarem caros sistemas de seguro para terem acesso ao sistema de saúde, aos hospitais e até a uma reforma digna.

Acusamos o PSD de pretender usar a revisão constitucional para, com o indispensável voto do PS, atingir os direitos fundamentais dos trabalhadores, tendo em vista o despedimento mais fácil e menores garantias para os trabalhadores nas relações de trabalho e no exercício dos seus direitos fundamentais.

Maiorias artificiais

O PCP denuncia a intenção do PS, em conluio com o PSD, de concretizar uma operação de engenharia eleitoral, que conduza à distorção da vontade do eleitorado em benefício dos dois maiores partidos, visando o bipartidarismo e a criação administrativa de maiorias absolutas.

O PCP denuncia a intenção do PS de obter a conivência do PSD para a introdução da figura da moção construtiva, com a qual pretende assegurar, por via administrativa, o monopólio da oposição institucional, bem como para alterações do sistema de governo dos municípios que retirem democraticidade à composição das Câmaras e facilitem a obtenção artificial de maiorias.

Este é o conteúdo concreto da revisão constitucional que está em congeminação nos estados maiores do PS e do PSD.

Sublinhamos mais uma vez que a invocação de uma reforma do sistema político que aproxime os eleitores dos eleitos não passa de um hipócrita disfarce para esconder os contornos concretos de uma revisão que visa precisamente o contrário: **construir por via da adulteração do sistema eleitoral, um bipartidarismo que os eleitores rejeitam; criar, de forma artificial e antidemocrática, maiorias absolutas; e, finalmente, atacar e subverter a Constituição social e as garantias que ela hoje consagra nos planos da Educação, da Saúde e da Segurança Social, e que o Governo vem já negando na sua acção política.**

O fosso entre os eleitores e eleitos não resulta de qualquer deformação do sistema político ou do princípio da representação proporcional, como bem se viu em Itália, onde a subversão deste princípio permitiu a um dos principais beneficiários da podre situação política italiana alcandorar-se a primeiro-ministro.

Aquele fosso resulta na sua componente essencial da falta de resposta dos responsáveis políticos aos reais problemas do povo e do país. Eleger o sistema de representação proporcional como alvo principal é não só uma completa mistificação, como acaba por funcionar como uma protecção para o Governo que vê o debate descentrar-se das suas reais responsabilidades na situação económica e social que o País atravessa.

Mas, assim como é certo, e atrás se referiu, que só pode haver revisão constitucional com o conteúdo concreto que o PSD queira,

também é certo que sem a colaboração e o voto do PS tal revisão constitucional não pode ser concretizada.

E nada, rigorosamente nada, impõe ou aconselha que seja aberto um processo de revisão constitucional neste momento, a ser realizado de sopetão, por uma Assembleia da República na recta final do seu mandato, e com o PSD em maioria absoluta, isto é, com uma composição política, que não corresponde de forma alguma ao estado do País.

É importante ter em conta que as duas anteriores revisões constitucionais demoraram 16 e 19 meses, pelo que se torna evidente que um calendário como o que agora o PS e o PSD podem pretender impôr implicaria proceder aos trabalhos de revisão sem a necessária ponderação política e técnica, sem garantir a participação e debate adequado e sem ouvir os diferentes interessados e auscultar as opiniões dos diversos especialistas.

O anúncio da possibilidade de um pré-acordo entre o PSD e o PS no sentido de proceder à revisão constitucional em três meses, até Janeiro de 1995, é um inquietante indício do propósito político de proceder a uma revisão constitucional de afogadilho, de forma opaca, não participada e não ponderada, e com o propósito de afastar da data previsível das eleições para a Assembleia da República. Este calendário visa igualmente viabilizar a aplicação já nas eleições legislativas de 1995 de uma lei eleitoral adulteradora da vontade em mandatos e que, provavelmente, facilitaria a eternização do PSD no poder.

Sem legitimidade política

Uma tal revisão constitucional carece pois de efectiva legitimidade política, tanto mais que a questão da revisão e do seu conteúdo não faz parte dos programas eleitorais, nem foi objecto de debate político com os eleitores nas eleições de 1991, que deram origem à actual Assembleia.

Acresce que, como a revisão ordinária, **ela é de constitucionalidade mais que discutível, como têm acentuado vários constitucionalistas, invocando o facto de as alterações à Constituição aprovadas em 92 não poderem vigorar retroactivamente, e por isso só pode haver uma revisão ordinária cinco anos decorridos, isto é, em 1997.**

O PCP considera que, tendo-se manifestado a opinião de qualificados constitucionalistas no sentido de que não será constitucionalmente permitido proceder a uma revisão constitucional ordinária a começar em 1994, constituiria irresponsabilidade política não ter em conta tais opiniões e persistir em desencadear o processo de revisão ignorando a sua existência.

Acresce que, ser feita em três meses como se afirma por aí, ela seria um verdadeiro golpe de mão contra a Constituição, concretizada à revelia do debate democrático e da vontade dos eleitores. Ela constituiria um exemplo acabado do fosso entre os eleitos e eleitores que farsaicamente os seus promotores dizem querer combater.

O PCP considera que uma revisão constitucional, nestas condições políticas e jurídicas, traduzir-se-ia numa escandalosa capitulação perante os propósitos da direita e do PSD e constituiria uma flagrante violação dos princípios e regras da democracia e uma frontal violação dos direitos e interesses do povo português.

O PCP apela aos trabalhadores, às forças democráticas, ao povo português, para, com determinação e firmeza, condenarem estes propósitos, venham eles do PSD ou do Partido Socialista.



Mil assinaturas para «O Militante»

Prossegue a campanha de assinaturas para «O Militante», que deve ser considerada uma tarefa urgente de todas as organizações de forma a atingir-se rapidamente as mil assinaturas, número mínimo que reduz substancialmente os custos de envio pelo correio.

Uma das vias para o conseguir passa pelos camaradas que em cada organização distribuem «O Militante» tentem transformar sua a entrega bimensal em assinaturas anuais no valor de 1080 escudos.

É de salientar que as organizações podem sempre ser informadas sobre a renovação das assinaturas e se é verdade que perdem uma fonte de receitas, convém notar que a perda é neste momento muito maior para o Partido devido aos agravados portes de correio.

Por outro lado, o contacto regular que a entrega de «O Militante» permite poderá ser facilmente substituído através do pagamento da quota ou da distribuição de outros documentos do Partido.



ABERTURA
REFORÇAR O PARTIDO

O MILITANTE
MAIS LEITORES
E MAIS ASSINANTES

ELEIÇÕES
Eleições para o PE
UM RESULTADO POSITIVO

REFLEXÃO
BLOQUEIO DE ALTERNATIVA
DÁ FORÇA A CAVACO SILVA

SOCIAL
COMBATER
A NOVA INVESTIDA DO CAPITAL

ORGANIZAÇÃO
REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO
ENTRE OS TRABALHADORES
PROBLEMAS ACTUAIS
DO PARTIDO NAS EMPRESAS

25 DE ABRIL
VOZES
DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO
«Um lugar especial para o 25 de Abril»
«Não me chegam as palavras»
O 25 de Abril na Mague — Alverca

ECONOMIA
A lei dos mais fortes no Comércio
Mundial
O QUE É O GATT

NOTAS E COMENTÁRIOS

Catarina
foi assassinada há 40 anos
A indignação e a intolerância
Sobre o PSD
Aonde já chega o culto!
Uma tristeza...
Demagogia e Desonestidade
Falta de «modernidade»

INTERNACIONAL
ITÁLIA: AS ELEIÇÕES,
BERLUSCONI E O FASCISMO

DOCUMENTOS
COMUNICADO
DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

Em vez de caridade

Alentejo quer trabalho

Os comunistas de Beja condenam a «eventual exploração, por alguma comunicação social ávida de sensacionalismo, do espectáculo da fome e da miséria»

«Os alentejanos querem pão e trabalho, não esmolas e caridade», reclama a nota da DORBE recentemente distribuída à imprensa, que alerta para o agravamento das condições sociais, em particular na margem esquerda do Guadiana.

O comunicado considera, por outro lado, que «são de acolher todas as ajudas desinteressadas tendentes a minorar o sofrimento das populações atingidas pelo desemprego e por outras consequências da política governamental», aludindo às acções de instituições de solidariedade social, como a Cruz Vermelha Portuguesa e a Cáritas, que têm promovido a distribuição de ajuda alimentar e outra a famílias mais necessitadas, em vários concelhos do distrito de Beja.

Esta região caracteriza-se «pelo rápido aumento de trabalhadores desempregados, pelo incremento da emigração e por um crescente número de famílias sem meios mínimos de subsistência, isto ape-

sar da acção meritória do poder local democrático no desenvolvimento local».

O PCP atribui «inteira responsabilidade» ao actual e anteriores governos às «maiorias do PSD e do Partido Socialista que os sustentaram, que com as suas políticas erradas, subordinadas ao grande capital e a interesses estrangeiros, destruíram a Reforma Agrária, e com ela mais de 50 mil postos de trabalho, desactivaram a produção agropecuária e industrial, atrasam há quase duas décadas o projecto de Alqueva e outros investimentos estratégicos e estruturantes no Alentejo, provocando a estagnação económica, o envelhecimento populacional e a desertificação da região».

Para inverter esta dramática situação económica e social no distrito de Beja, o PCP reafirma «o imperativo urgente de uma nova política para a região, que respeita a vontade do povo alentejano, expressa nas umas em sucessivas eleições.

«A gravíssima situação existente não deixa margem para dúvidas. não basta consagrar no PDR ou declarar em Bruxelas que "a questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo está na terra, na estrutura da posse e do uso, a que correspondem baixos níveis de produtividade sendo já frequente o abandono dos campos". O Alentejo exige a realização de uma Reforma Agrária que entregue a terra a quem a trabalha, trabalhadores agrícolas e agricultores, e a implementação de uma nova agricultura que satisfaça as necessidades agro-alimentares do País que hoje já importa 70 por cento do que consome.

«É necessário dar prioridade no imediato às obras de Alqueva e de outras barragens e a algumas das

infra-estruturas ligadas ao plano de rega do Alentejo, criar uma linha especial de incentivos ao investimento na região, implementar linhas de formação profissional adequadas às exigências de uma nova e moderna agricultura e indústrias a esta associadas, reforçar as dotações financeiras do Poder Local por forma a permitir alargar e acelerar as obras em curso para além da melhoria imediata das reformas e pensões e a instituição de um rendimento mínimo nacional para todos os que dele careçam.

«A criação e instituição das Regiões Administrativas, de acordo com a Constituição é outra das medidas que há muito deveria ter sido tomada» defende o documento da DORBE.

«Não somos cidadãos de segunda»

Não queremos que o Alentejo seja tratado como o «3º Mundo» de Portugal, não aceitamos que os alentejanos sejam considerados cidadãos de segunda categoria. Mas sim que seja exercida a cidadania plena, em que seja assegurada a igualdade dos direitos no trabalho e em todas as esferas da sociedade.

Condenamos acções da caridadezinha lançadas pelo Governo e apoiadas pelo PS, que não resolvem os problemas dos desempregados e/ou à procura do 1º emprego, dos comerciantes, nem das populações.

Exigimos, sim, que o Governo tome medidas de excepção, há muito reclamadas pelo PCP. Medidas que sejam de facto estruturantes. E, ao mesmo tempo, dê andamento mais rápido aos grandes projectos necessários para o desenvolvimento do Alentejo. Que sejam tomadas medidas de relançamento do tecido produtivo e seja encontrada uma solução para o problema da terra.

Só assim serão assegurados os postos de trabalho que contribuirão para fixar as populações e assegurar melhores condições de vida para os que vivem e labutam no Alentejo.

Entendemos que, entretanto, é necessário dar resposta urgente às graves carências e dramas sociais em que vivem os desempregados e suas famílias, em respeito pela sua dignidade, como:

— Criação dum programa de emergência de combate ao desemprego e à pobreza.

— Definição de um rendimento mínimo de subsistência que abranja todos os jovens com mais de 18 anos à procura do 1º emprego.

O Secretariado da DORPOR do PCP

CAMARADAS FALECIDOS

Aníbal Falcato

Faleceu, no passado dia 30 de Junho, vítima de um acidente de viação, Aníbal Falcato Alves, de 72 anos de idade.

Militante do PCP desde a década de 50, teve participação destacada na luta clandestina contra a ditadura fascista, e integrou activamente as campanhas eleitorais do General Norton de Matos e Humberto Delgado.

Autor de uma vasta e riquíssima obra sobre a cultura alentejana, que compreende a recolha gastronomia e peças em madeira e papel, realizou inúmeras exposições na região.

No seu funeral, estiveram presentes centenas de amigos e camaradas do Partido, assim como personalidades da cultura portuguesa. Na ocasião, usou da palavra Alexandre Rodrigues, membro suplente do Comité Central, que prestou homenagem ao falecido.

Adelaide de Jesus

Faleceu recentemente a camarada Maria Adelaide de Jesus, residente na freguesia de Campolide, em Lisboa.

Damião dos Santos

Faleceu, no passado dia 24 de Junho, Damião dos Santos Costa, de 65 anos. Militante do PCP desde 1954, foi membro da Comissão Administrativa da Junta de Gondomar São Cosme, onde residia. Actualmente, integrava a Comissão de Freguesia do Partido.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

Faleceu Carrington da Costa

Desapareceu, num brutal acidente de aviação na Costa do Marfim, o professor doutor Rui Carrington da Costa. A Direcção Regional de Coimbra do PCP enviou à esposa do falecido, drª Helena Carrington da Costa, um telegrama de condolências que passamos a transcrever:

«Profundamente chocados, transmitimos-lhe, e através de si a toda a família, as nossas mais sentidas condolências. O trágico e inesperado desaparecimento do cientista, do cidadão íntegro, do abnegado companheiro de muitas lutas e do fraterno amigo entristece profundamente o colectivo partidário».

A DORC emitiu ainda uma nota em que se associa publicamente «ao desgosto de todos os seus familiares, de todos os seus amigos e de todos os que, em geral, com ele conviveram, trabalharam ou lutaram».

O texto acrescenta que «o prof. Carrington da Costa, para além de médico competente, de prestigiado professor universitário e de cientista de reputação internacional, foi também, desde a sua juventude, um cidadão íntegro e um abnegado lutador pelos ideais da democracia e do socialismo».

«Participou em inúmeras batalhas que os democratas portugueses travaram contra o regime fascista, assim com esteve ao lado da Academia de Coimbra nas lutas que os estudantes também protagonizaram contra a opressão».

«O seu incontestado prestígio como democrata firme e consequente valeu-lhe, após o 25 de Abril, ter sido escolhido pelos democratas de Coimbra para o primeiro desempenho em liberdade do cargo de presidente da Câmara Municipal de Coimbra, tarefa que levou a cabo durante mais de dois anos com excepcional dignidade, insenção, eficiência e espírito de diálogo».

«Cidadão sem filiação partidária, nunca deixou de acreditar nos ideais mais progressistas da Humanidade e na necessidade e possibilidade de, pelo trabalho e pela luta em prol desses ideais, a sociedade se tornar mais livre e mais justa. Manifestou sempre sua solidariedade activa à causa da paz e da cooperação e a sua condenação das políticas do seu sistema que negam o direito dos povos à autodeterminação e à livre escolha do seu sistema económico e político».

«O trágico, inesperado e prematuro desaparecimento de Rui Carrington da Costa, homem progressista e independente que sempre manifestou a mais fraternal compreensão e apoio para a luta e actividade que os comunistas desenvolvem por um Portugal melhor, entristece profundamente o colectivo partidário e - estamos certos - todos aqueles que partilham o seu ideal de sempre e o seu empenhamento cívico».

Gouveia Monteiro

Faleceu, na noite de segunda-feira passada, o democrata e ilustre professor doutor Gouveia Monteiro. Em telegrama enviado a Jorge Gouveia Monteiro e família, o Secretariado do Comité Central do PCP lamenta o desaparecimento e manifesta a sua «solidariedade e sentidas condolências»

Violência policial

O deputado António Filipe considerou "extremamente inquietante a frequência com que o Governo recorre à violência policial para tentar sufocar o protesto social", não hesitando em classificar como uma "autêntica vergonha" o modo como os membros do Governo e os mais altos responsáveis pelas forças de segurança "assumem publicamente as acções mais lamentáveis dessas forças". Foi num debate, na semana transacta, centrado na apreciação aos relatórios de Segurança Interna dos últimos anos, no decorrer do qual, como não podia deixar de ser, vieram também à baila os recentes acontecimentos na Ponte 25 de Abril.

Referindo-se a eles, António Filipe considerou a actuação das forças policiais "desproporcionada", uma natureza violenta e repressiva em tudo idêntica à utilizada contras as manifestações de estudantes, contras os trabalhadores da TAP, contra os agricultores, contra os produtores de leite dos Açores.

Para o deputado comunista, esta actuação das forças policiais revela uma cada vez maior apetência para intervirem na esfera das acções sindicais e dos movimentos sociais em detrimento da actuação contra a criminalidade. Ou seja, como observou António Filipe, "as forças e serviços de segurança que deveriam concentrar as suas energias, meios e atenções no combate à criminalidade e na garantia do direito dos cidadãos à segurança e à tranquilidade, concentram-se antes na montagem de um sistema policial repressivo dos movimentos sociais que contestam a política do Governo PSD".

Casa do Douro

Está agendada para hoje uma proposta de lei que "autoriza o Governo a aprovar os novos estatutos da Casa do Douro". Trata-se de um diploma que, pelas medidas nele preconizadas, põe em causa o futuro daquela instituição como organismo competente para a disciplina e controlo da produção ao Vinho do Porto e com ela da própria lavoura duriense.

Face à importância desta matéria, o Grupo Parlamentar do PCP realizou, entretanto, na terça-feira, uma audição parlamentar, na Assembleia da República, tendo na ocasião sido tecidas várias críticas ao conteúdo do diploma, encarado como uma iniciativa destinada a favorecer os interesses dos grupos exportadores.

Espírito de Schengen

A proposta de lei do Governo que define o regime de acolhimento de estrangeiros ou apátridas em centros de instalação temporária, fortemente contestada pelos deputados PCP aquando do debate na generalidade, mereceu agora o voto contra da formação comunista.

Tais centros, na opinião dos parlamentares do PCP, não são mais do que uma peça de um edifício legislativo assente no "espírito dos Acordos de Schengen e do Tratado de Maastricht, de construção de uma Europa forte, fechada ao Mundo, onde alastram expressões de racismo e xenofobia, que culpabiliza os estrangeiros pelas suas próprias crises".

Para o PCP, como refere o texto da declaração de voto, o diploma enforma ainda de inconstitucionalidade material, uma vez que o acolhimento em tais centros por razões de segurança é uma medida de privação da liberdade que a Lei Fundamental não prevê e por conseguinte não admite.

Escândalo das pensões a ex-pides

Pressão da opinião pública obriga PSD a considerar solução

A Assembleia da República apreciou, faz amanhã oito dias um projecto de lei do PCP que prevê a extinção das pensões por "serviços excepcionais e relevantes prestados ao País" dadas a agentes da PIDE/DGS. Para a maioria PSD, como ficou evidenciado no debate, a questão é essencialmente de natureza jurídica. Sem escamotear que o problema é juridicamente complexo, para os partidos da oposição, designadamente para o PCP, porém, a questão é outra e reside no fundamental na sua natureza político-institucional. No final, um requerimento subscrito por todos os partidos com assento parlamentar propôs a baixa do diploma à Comissão especializada por um prazo de 90 dias em ordem a encontrar uma solução jurídica para um problema que é político.

Em contraponto aos argumentos invocados pela maioria governamental, que se refugiou na natureza jurídica do problema - na esteira, aliás, do próprio relatório da Comissão, que não alude minimamente à situação concreta nem tem uma palavra de condenação -, PCP e PS centraram com efeito a questão no terreno político, enfatizando o facto de estas pensões terem natureza político-institucional.

Significa isto, como tratou de sublinhar João Amaral, ao clarificar o ponto de vista da bancada comunista, que não estão em causa quaisquer pensões no âmbito da Segurança Social, mas sim, exclusivamente, pensões por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País, que são a "expressão material da gratidão do Estado português

perante certos cidadãos". Ora o que o PCP questiona com este projecto de lei, foi ainda João Amaral a lembrá-lo, é que haja esta dívida de gratidão, uma vez que é sua convicção de que não há efectiva e definitivamente lugar para ela. Mais: o reconhecimento dessa dívida, no entender da formação comunista, "viola a Constituição quando aquela aceita a qualificação da ex-Pide/DGS como organização criminosa", violando simultaneamente a lei quando esta exige (já o exigia no tempo da concessão) que o beneficiário tivesse «exemplar conduta moral e cívica».

No mesmo sentido se pronunciou o deputado Marques Júnior (PS) ao assinalar que o diploma comunista corresponde a "um grito de revolta e a uma mani-

festação de indignação", traduzindo ao mesmo tempo a "forma material que impede que situações escandalosas como aquela

que se verificou na atribuição de pensões dos agentes da ex-Pide/DGS por serviços excepcionais e relevantes ao País se

possa repetir". É que, ninguém o pode esquecer, foi a Pide/DGS a "principal organização que sustentou e permitiu a sobrevivência por 48 anos de um regime de ditadura, de exploração e de violência", como sublinhou João Amaral, que não deixou de referir as suas prisões, as torturas e chocantes violências, os assassinatos, a sua rede de informadores, a censura de pensamento, a repressão brutal dos mais elementares direitos dos cidadãos e das liberdades.

Foi por conseguinte a constatação de que é insustentável a manutenção de um escândalo desta natureza, provocado por uma situação profundamente iníqua, que não pode ter deixado de levar o PSD a assumir em relação ao projecto da autoria do PCP uma posição de não hostilidade e a abrir a possibilidade de, em comissão especializada, trabalhar em conjunto para encontrar uma solução para o problema.

Por outras palavras, o campo da controvérsia está agora deslocado para a Comissão parlamentar especializada, sendo de desejar que a pressão da opinião pública possa fazer prevalecer o bom senso e o sentido de justiça com vista a encontrar uma solução para um problema que embora juridicamente complexo, é politicamente justo.

Um criminoso até ao fim...

A indignidade dos actos praticados pelos agentes da Pide, organização criminosa que constituiu um dos principais suportes da ditadura fascista, não pode deixar de ferir a consciência democrática dos portugueses. É que, como recordou João Amaral, "o fascismo existiu, e não se apaga da História nem da nossa memória colectiva o cortejo de violências, torturas, de arbitrariedades que foram consciente e deliberadamente praticados" pelos torcionários ao serviço do regime derrubado em 25 de Abril.

Daí, naturalmente, o movimento de repulsa e indignação gerado em torno da atribuição de pensões a tais indivíduos, aproveitando a legislação existente, por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País, como é o caso de Óscar Cardoso, celebrado por um pesado e negro curriculum ao serviço do aparelho repressivo do fascismo.

Envolvendo-se pessoalmente na tortura de presos, de que há vários relatos de presos antifascistas, este inspector da Pide - a que a SIC deu um generoso tempo de antena num debate a propósito das comemorações do 25 de Abril -, foi concretamente responsável, como assinalou João Amaral, pela prisão, em 16 de Março de 1974, do general Almeida Bruno, sendo ainda um dos pides que no dia 25 de Abril ensaiou uma fuga de Marcelo Caetano, ainda na esperança de poder salvar o regime.

Avivando a memória dos acontecimentos protagonizados por aquela sinistra figura, o deputado comunista sublinhou ainda que "já acochado, é dos mais altos responsáveis que, no dia 25 de Abril, fica a dirigir o corpo de 200 pides que ocupam as instalações da sede da Pide, na Rua António Maria Cardoso", a quem são distribuídas armas sob as suas ordens, ordens que são extensíveis à autorização de disparar, de que viriam a resultar as únicas mortes ocorridas em toda a acção militar revolucionária do 25 de Abril.

Revisão do Código Penal

A Assembleia da República aprovou na semana transacta a proposta de lei que autoriza o Governo a rever o Código Penal. O diploma acolheu os votos favoráveis do PSD, optando o PS, PCP e os deputados Mário Tomé e Raul de Castro pela abstenção, enquanto o CDS votou contra. A proposta de lei baixa agora à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para o debate na especialidade.

Para o ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, a Revisão do Código Penal "recusa a perspectiva de violência no combate à criminalidade, mas garante a segurança dos cidadãos", assegurando simultaneamente, disse, uma "visão humanista" da Justiça, "tributária de uma cultura e de um ideal".

Odete Santos, em nome do PCP, criticou alguns aspectos da revisão do documento, nomeadamente o de a Comissão Revisora do Código não poder ter contado com estudos e investigações criminológicas que permitissem "avaliar a produtividade

de e efectividade do sistema sancionatório".

À atenção da deputada comunista não escapou igualmente o facto de a Comissão Revisora, nem mesmo a própria Assembleia da República, disporem de "estatísticas fiáveis e suficientes", tanto no que se refere aos "resultados de aplicação do actual Código Penal", como ao "volume, estrutura e evolução da criminalidade denunciada e do seu tratamento nas Polícias".

"À desordem dos modelos de política criminal, junta-se entre nós um quadro de crise económica e social e de insegurança adverso aos consensos que toda a lei penal exige", sustentou Odete Santos, que não deixou de observar, por outro lado, que o sistema penitenciário "encontre-se em profundas convulsões que uma ou outra obra televisivamente propagandeada não consegue esconder".

A parlamentar do PCP deixou ainda um veemente alerta para o risco de estas alterações ao Código Penal poderem vir a falhar nos objectivos traçados

pela Comissão Revisora, caso prossiga o que classificou de "feroz política anti-social em que mergulha o povo português".

Narana Coissoró, do CDS/PP, por seu turno, disse que a magistratura "tem-se recusado a aplicar as alternativas de multa a pena de prisão", considerando que as penas de prisão "têm

mais peso na consciência dos cidadãos" do que as multas.

Alberto Costa (PS), por sua vez, afirmou que "três quartos dos crimes cometidos em Portugal não são participados às autoridades", revelando que a taxa de participação é de 22 por cento, enquanto a média dos países comunitários tem uma taxa de 49,6 por cento.

"Para a maior parte dos crimes nunca chega a hora do Código Penal", sublinhou o deputado socialista, qualificando esta situação como "um dos grandes escândalos do sistema penal em Portugal", apesar de, no essencial, ter concordado com o espírito da proposta do governo.

As propostas do PCP

A despenalização do aborto quando realizado nas primeiras doze semanas de gravidez, a pedido da mulher, em estabelecimento hospitalar, constitui uma das propostas a apresentar pelos deputados comunistas no debate na especialidade da proposta de lei de Revisão do Código Penal.

Entre as propostas subscritas pela formação comunista conta-se igualmente a criação de um novo capítulo, no título dos crimes contra as pessoas, com a epígrafe «Dos crimes contra os direitos dos trabalhadores», penalizando a infracção de regras de segurança, higiene e saúde no trabalho", bem como o não pagamento doloso de retribuição e as práticas

discriminatórias no acesso ao emprego.

Em sede de especialidade, por proposta dos deputados do PCP, serão também analisadas as alterações a diversos artigos no capítulo dos crimes contra a honra, por forma a eliminar da Proposta previsões que conflituam com o direito de informar dos jornalistas.

A alteração de todo o capítulo relativo aos crimes sexuais e ainda, na Parte geral do Código, um conjunto de alterações no sentido de evitar que o não pagamento de uma pena de multa por razões não imputáveis ao condenado levem de imediato à aplicação de uma pena de prisão, constituem outras tantas propostas a apresentar pelos deputados do PCP.

PCP acusa e lança repto ao PSD

Falência da política agrícola exige novas opções e orientações

A Comunidade Europeia tem em preparação uma política de arranque de pomares e enfraquecimento do princípio da preferência comunitária, ao mesmo tempo que facilita a invasão de produções provenientes do Chile e de outros países terceiros. O alerta foi deixado na passada semana em plena sessão parlamentar pelo deputado Lino de Carvalho, no decorrer de uma intervenção inteiramente dedicada à política

Em tom muito duro, o diagnóstico feito pelo parlamentar comunista não podia ser mais crítico e o balanço final, em sua opinião, não deixa margem para equívocos: o PSD, com esta pasta há mais de doze anos, conduziu a agricultura e os agricultores portugueses à ruína.

Abundantemente citados, como testemunhos da falência da política agrícola do PSD, foram variadíssimos os exemplos, desde as orientações para os vários subsectores até às condições do Tratado de adesão, dos esquemas de financiamento e crédito aos agricultores até às grandes opções e orientações estratégicas para a agricultura portuguesa.

Particularmente verberado pelo deputado comunista, para além do silêncio governamen-

tal em relação ao citado caso das frutas e legumes, foram ainda o caso do leite (ver caixa) e o caso do vinho, relativamente ao qual Lino de Carvalho lançou a acusação ao Governo de ter acordado tarde e somente em pleno período eleitoral e de não ter mobilizado a viticultura nacional nem ter aberto uma frente de combate comum com os restantes países do Sul.

Alvo de violentas críticas foi ainda o desinteresse do Executivo pelos graves problemas que atingem os agricultores do Douro, Beira Interior e Cova da Beira decorrentes das situações climáticas excepcionais de Abril e Maio, bem como a falta de medidas de apoio com vista à viabilização e saneamento do sector cooperativo agrícola, circunstância que está a pôr em



risco de fechar centenas de cooperativas, com o conseqüente despedimento dos seus trabalhadores.

"A solução não está na alteração do estatuto cooperativo, como o Governo prepara, mas no reforço dos apoios à modernização e desenvolvimento do sector", salientou a propósito Lino de Carvalho, antes de tecer críticas não menos duras ao conteúdo de um diploma governa-

mental respeitante à Casa do Douro.

Lembrada pelo parlamentar comunista, noutra plano, foi ainda a situação de grave crise existente na agricultura e no mundo rural no Sul do País, cuja responsabilidade imputou à destruição da Reforma Agrária e à reforma da PAC, crise essa que, observou, está a criar "uma situação dramática de abandono das terras e de desemprego, de fome

para muitas famílias, de desertificação da região".

"Aqui é de novo o problema da terra que está na ordem do dia", enfatizou, antes de lançar um repto ao novo ministro da Agricultura para que este, entre outras matérias, abra um debate sobre o uso e a posse da terra no Alentejo e aceite o desafio para analisar as opções e orientações estratégicas para a agricultura portuguesa.

Dados da crise

Os indicadores macro-económicos não deixam margem para dúvidas quanto ao estado de ruína a que o PSD, detentor da pasta da agricultura há mais de 12 anos, conduziu o sector e os agricultores portugueses. É a falência de uma política, como demonstram os dados enumerados da tribuna pelo deputado comunista Lino de

- Carvalho:
- Queda acelerada do valor da produção final agrícola, situada, hoje, em termos reais, 60 por cento abaixo dos valores de 1986;
 - Diminuição do rendimento real dos agricultores, que é hoje 40 por cento inferior ao que era em 1986;
 - Agravamento brutal da dependência agro-alimentar, que hoje se situa nos 67 por cento quando em 1986 rondava os 51 por cento;
 - Endividamento crescente e incomportável dos agricultores portugueses, testemunhado, por exemplo, no facto de o sector ter pago, desde a adesão à Comunidade, mais juros ao Estado do que aquilo que recebeu em subsídios (recebeu 349 milhões de contos e pagou 410 milhões de contos em juros de empréstimos).

Em defesa do sector leiteiro e cooperativo

O Grupo Parlamentar do PCP vai entregar na Mesa da Assembleia da República um projecto de resolução em defesa dos produtores de leite e do sector cooperativo. Anunciada em plenário pelo deputado Lino de Carvalho, esta iniciativa surge como resposta ao enfraquecimento e destruição do sector cooperativo de recolha e concentração de leite que está a levar à liquidação de uma parte importante dos pequenos produtores e ao controlo do mercado por interesses alheios aos produtores nacionais, pondo em risco um sector estratégico da economia agrícola.

As preocupações do PCP, de acordo com análise feita por Lino de Carvalho, vão sobretudo para o facto de a produção de leite ter baixado em 1993 pela primeira vez em muitos anos, situação explicada em sua opinião pela aplicação do regime de

quotas, a sua não regionalização, o sistema de resgate, os baixos preços pagos ao produtor e a invasão do mercado nacional por leite estrangeiro.

A este último propósito, recorde-se, entra semanalmente em Portugal um comboio carregado de leite proveniente de França (600 a 700 toneladas de leite), o que corresponde à subs-

tituição da produção nacional de cerca de dez mil vacas leiteiras.

Não menos preocupante é, por outro lado, a "invasão em condições pouco transparentes do mercado nacional", para utilizar a expressão do deputado comunista, por uma multinacional italiana que poderá conduzir, a não ser sustida, à liquidação dos pequenos produtores e do sector cooperativo de recolha e concentração de leite.

Na base de todos estes problemas, foi ainda Lino de Carvalho a chamar a atenção para o facto, está, entretanto, a decisão do Governo de vender o período de transição, antecipando em três anos (de 1996 para 1993) a abertura total do mercado, liquidando ao mesmo tempo os mecanismos de protecção na fronteira.

"Não é possível ao sector cooperativo agrícola competir com multinacionais que se financiam nos países de origem a taxas de juro quatro e cinco vezes mais baixas, que importam comboios de leite a preços abaixo dos custos, que não têm custos de recolha, que não prestam serviços de apoio aos agricultores, que praticam o *dumping*", concluiu Lino de Carvalho.



Acontecimentos na Ponte 25 de Abril PSD rejeita voto de solidariedade

A maioria governamental rejeitou, faz hoje oito dias, um voto do PCP que previa a anulação do aumento do preço da portagem na Ponte 25 de Abril e as multas para os cidadãos contestatários da decisão governamental.

Três das alíneas do documento foram votadas isoladamente, sobrando uma outra, que referia a anulação de quaisquer multas e outras medidas punitivas contra os cidadãos que se manifestaram contestando o aumento das portagens. Esta alínea teve os votos favoráveis do PCP e do deputado independente Mário Tomé, a abstenção do PS e do CDS/PP e os votos contra do PSD.

O voto dos comunistas exigia também do Governo a anulação do aumento das portagens e a reconsideração do regime de utilização das pontes e auto-estradas dentro dos limites das Áreas Metropolitanas.

Este ponto, tal como os que expressavam aos utentes da Ponte 25 de Abril compreensão e solidariedade e condenavam as acções de violência repressiva praticadas pelas forças poli-

ciais, foram rejeitados pelo PSD e tiveram a abstenção do CDS/PP e os votos favoráveis do PCP, PS e do deputado da UDP eleito nas listas da CDU.

A Assembleia da República aprovou ainda um voto, suscitado por todas as bancadas parlamentares, de pesar pela morte de António Portugal, ex-deputado, exímio guitarrista e inspirado compositor.

Elogio envenenado

Na mesma sessão plenária, os acontecimentos na Ponte 25 de Abril foram ainda pretexto para uma intervenção do deputado Nuno Delarue (PSD), que não poupou esforços para fazer um rasgado elogio ao ministro Ferreira do Amaral "por reconhecer o erro e emendar a mão".

O deputado laranja dirigiu ainda palavras quase elogiosas ao PCP pelo seu posicionamento em relação ao caso na Ponte, ao mesmo tempo que criticava "o desaparecimento do PS" nesta questão.

"Se o ministro, impossibili-

tado pelo clima gerado sexta-feira, aguardou por segunda-feira para anunciar a solução para o problema, o secretário-geral do PS esperou por terça-feira para tratar da questão", disse, antes de considerar que, para o PS, "a solução de localização ideal (para a nova Ponte sobre o Tejo) seria fazer meia ponte em cada uma das duas localizações possíveis".

Octavio Teixeira, presidente da formação comunista, recusou o "elogio envenenado" do PSD e acentuou a legitimidade do PCP para ter actuado como actuou.

Armando Vara, do PS, considerou que "o PSD e o governo persistem nos erros" e questionou-se sobre "qual o papel do governo quando, a partir de Setembro, os cidadãos se recusarem a pagar a portagem".

Manuel Queiró, do CDS/PP, por sua vez, limitou-se a perguntar "o que faria o PSD, neste como noutros casos, sem o Partido Comunista", numa alusão às acusações dos social-democratas ao envolvimento dos comunistas nas manifestações de protesto.

ALGO GRAVE SE PASSA NA IMPRENSA NACIONAL

Vive-se na Imprensa Nacional-Casa da Moeda «um clima de descontentamento, desconfiança e degradação social evidente, prenúncio de que algo bastante grave e preocupante se passa e que a todo o custo se pretende ocultar, evitando assim um *escândalo político*». Numa moção aprovada na semana passada em plenário de trabalhadores acusa-se o conselho de administração da INCM de ter actuado, no processo de revisão do acordo de empresa deste ano, não por motivos económicos, mas sim políticos, «levando à risca as indicações do Governo».

Os trabalhadores da INCM decidiram suspender as formas de luta até Setembro, nomeadamente a greve às horas extraordinárias, mandar os sindicatos para reivindicarem um aumento salarial intercalar e apresentarem até ao fim de Setembro a proposta de revisão do AE para 1995. Manifestando a sua oposição a «qualquer tentativa da administração e do Governo que vise alterar o estatuto de empresa pública» da INCM, a moção aprovada no plenário reafirma a «total disponibilidade» dos trabalhadores para «novas acções de luta» e mandata as organizações sindicais para promoverem acções de denúncia pública da actuação do Governo e da administração.

PESCA NOS AÇORES COM RISCOS EXCESSIVOS

O Sindicato Livre dos Pescadores denunciou sexta-feira em Ponta Delgada as más condições económicas da classe, salientando que o acidente que vitimou na véspera três pescadores na ilha de São Miguel não é alheio a este facto. «As más condições económicas fazem com que os pescadores corram riscos excessivos para tentar assegurar melhores rendimentos», diz a estrutura sindical em comunicado, citado pela agência Lusa, alertando o Governo Regional para o atraso na atribuição de subsídios pelos prejuízos do mau tempo. Apesar de os profissionais da pesca contribuírem com mais de metade da receita das exportações açorianas para o estrangeiro, «não gozam dos direitos sociais de que beneficiam os restantes trabalhadores», protesta o sindicato.

NÃO À FALÊNCIA DA GUIAL

A assembleia de credores para decidir sobre o pedido de viabilidade financeira da empresa têxtil «Guial», de Barcelos, foi adiada para 13 de Julho. Jorge Miranda, do Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Braga, disse à Lusa que o adiamento foi motivado pela entrega de uma proposta aos credores pelo administrador judicial. A proposta visa a gestão controlada e prevê o pagamento das dívidas num prazo de oito anos.

A Guial tem dívidas de cerca de 900 mil contos, dos quais 574 mil são referentes a IVA, IRS, IRC e contribuições à Segurança Social. Segundo Jorge Miranda, «o sindicato espera que a proposta venha a ser aprovada pelos credores, de forma a que a empresa possa ser viabilizada».

Os 150 trabalhadores da Guial estão afastados dos seus postos de trabalho desde 2 de Março.

FENPROF ELEGE DIA 14

O Secretariado Nacional e o secretário-geral da Federação Nacional dos Professores serão eleitos no próximo Conselho Nacional, a decorrer no dia 14, revelou sexta-feira à Lusa o presidente interino da Fenprof. O Conselho Nacional, reunido dia 1, decidiu adiar a votação, explicando Francisco Sousa que, até dia 13, as direcções de cada um dos sete sindicatos que constituem a federação devem indagar os nomes dos membros que deverão integrar o Secretariado Nacional e elaborarão, no mesmo dia, a proposta que será levada a Conselho Nacional. Integram a Fenprof os sindicatos dos professores da Grande Lisboa, do Norte, da Região Centro, da Zona Sul, da Madeira, da Região Açores e no Estrangeiro.

PROVEDOR CONTRA PRECARIIDADE

A lei dos disponíveis e o uso indiscriminado de contratos a termo na Administração Pública foram criticados na semana passada, no Porto, pelo Provedor de Justiça. Falando num seminário organizado pelo sindicato da Função Pública do Norte, Meneres Pimentel considerou que o excesso de pessoal é relativo e está muito longe do gigantismo de que se fala por vezes. Mostrando-se preocupado por ter passado a excepção, em vez de regra, o vínculo permanente, o Provedor revelou que, uma vez que a Constituição não está a ser aplicada, vai pedir a inconstitucionalidade por omissão de decreto regulamentador que reponha a legalidade.

Jorge Leite, docente da Universidade de Coimbra, sublinhou que a segurança no emprego é fundamental para que os cidadãos possam exercer os seus direitos, liberdades e garantias. Citou, a propósito, que no Ministério da Justiça o estágio tem a duração de um ano, mas há estagiários que se mantêm nesta categoria há quatro anos.

Sintel comenta fusão nas telecomunicações Todo Bom e a destruição vão continuar

Na Portugal Telecom, a luta dos trabalhadores também vai prosseguir - afirma o sindicato

A empresa resultante da fusão da Telecom Portugal, da TDP e dos TLP (a que se juntará, mais tarde, a Marconi) foi «parida à força» e «criada no segredo dos deuses», acusa o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações, protestando por só pela comunicação social ter tido conhecimento da concretização das alterações há tempos anunciadas e contra as quais o Sintel se pronunciou, tal como outras estruturas representativas dos trabalhadores.

Num comunicado que distribuiu na semana passada, o Sintel diz que, no próprio dia 23 de Junho, quando teve lugar a assembleia geral que criou a Portugal Telecom (PT) e nomeou o seu conselho de administração dirigentes do sindicato estiveram reunidos com responsáveis da Telecom; quando perguntaram aos representantes da empresa se já sabiam algo sobre

a realização da assembleia geral, disseram que não. Esta «é a sua prática no dia-a-dia, é o seu conceito de diálogo», protesta o sindicato.

Quanto ao conselho de administração da nova empresa, presidido por Luís Todo Bom - que estava à frente da Telecom, de cuja administração transitam também os responsáveis pelo pessoal e pela formação profissional - «o Governo de Cavaco Silva não podia ter tido escolha mais desastrosa». O Sintel refere a actuação de Todo Bom durante o último ano e meio, e «o caos reinante na Telecom», adianta que «não nos parece que ele vá mudar nada, até pelo seu autoritarismo» e conclui que «o Governo apostou na continuidade da destruição das telecomunicações, agora alargada a todo o sector, excepto a Marconi».

O administrador responsável pela política de pessoal foi, na

Telecom, o progenitor da proposta de acordo de empresa de 1993, recorda o sindicato, por menorizando: «é por sua orientação que estão a ser roubados aos trabalhadores da Telecom muitos e muitos dos seus direitos e regalias» e «é ele que desde Janeiro, de forma indirecta, recusa reunir com o Sintel».

«Grandes» são também as preocupações quanto à área da formação profissional. «Na Telecom Portugal, após a chegada da equipa de Todo Bom, foi destruída a cultura existente na área da formação profissional, esta baixou a níveis inadmissíveis, completamente fora da realidade», diz o Sintel, alertando para as consequências da nomeação do mesmo responsável para a PT, que «pode significar continuar a destruição da formação profissional neste sector», o que seria «um mal irreparável».

Revisão do AE

Foi entregue na semana passada à administração da PT a proposta de revisão do acordo de empresa para os trabalhadores da antiga Telecom. A federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual, o sindicato dos Correios e Telecomunicações e o Sintel exigem uma actualização de 20,1 por cento na tabela salarial. Segundo uma informação distribuída dia 28 de Junho, a proposta sindical «tem como objectivo primordial a harmonização das condições remuneratórias dos trabalhadores do sector» e foi elaborada com base na taxa de inflação previsivelmente verificada no período de vigência dos actuais salários (de Setembro de 1993 a Julho de 1994), na perda de poder de compra causada pelo acto de gestão do ano passado, e na evolução da produtividade (crescimento real de 24 por cento em 1993).

Sindicatos de Bragança pelo desenvolvimento

A 4ª Assembleia Plenária distrital de sindicatos, realizada sexta-feira passada em Bragança, aprovou uma plataforma de acção sindical sublinhando a necessidade de, com urgência, ser tomado «um conjunto de medidas que contemplem o desenvolvimento da região, nomeadamente por uma política de emprego estável e com direitos, uma rede de transportes eficaz e melhores estradas, por uma segurança social sem exclusões e serviços de saúde capazes de responder às necessidades das populações» - refere a União dos Sindicatos de Bragança numa nota de imprensa divulgada segunda-feira.

A assembleia, que reuniu meia centena de delegados de 19 sindicatos, alertou para a «desertificação constante e cada vez mais acentuada» e os

«processos migratórios» provocados pela «falta de perspectivas de desenvolvimento da região». «Ao contrário do que se esperava e das suas promessas, o Governo nada tem feito para promover o desenvolvimento sustentado do Nordeste e o que tem sucedido é o encerramento de algumas das poucas empresas existentes», denuncia a USB, citando os exemplos do complexo do Cachão e das minas de Moncorvo.

Para a União, «os projectos anunciados, que tocam nos principais cursos de água do distrito e no campo da radioactividade, ambos espanhóis, ameaçam destruir as condições de habitabilidade do Nordeste».

Na assembleia foi eleito, por um mandato de três anos, o Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Bragança.

A lei da «Big»

Foi proibida de entrar na fábrica uma operária que protestou por não poder amamentar o filho. «Era muito trabalhadeira antes de casar», diz o patrão

A trabalhadora que no dia 30 denunciou, através do seu sindicato, que a empresa a proibia de amamentar o filho faltou ao trabalho um mês sem justificação, disse à agência Lusa o gerente e proprietário da fábrica «Big», de Santa Maria da Feira.

Fonte do Sindicato dos Operários da Indústria de Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra desmentiu a afirmação de António Leite Bento, frisando haver testemunhas «que poderão provar em tribunal que a trabalhadora comparecia todos os dias na fábrica, mas a gerência não a deixava entrar».

Ana Rosa Rodrigues, de 20 anos, trabalha na fábrica «António Leite Bento, Lda-Calçado Big», em Santa Maria da Feira, desde Maio de 1991 e foi mãe em 16 de Setembro de 1993. De acordo com o sindicato, «em 16 de Janeiro de 1994 retomou o trabalho e a empresa não pôs qualquer obstáculo ao exercício do direito de amamentar diariamente o filho em dois períodos - das 10 às 11 horas e das 15 às 16».

Entre 27 de Fevereiro e 18 de Abril esteve de baixa médica, tendo-lhe sido exigida pela empresa nova declaração de que necessitava de amamentar o filho, o que Ana Rosa fez «em inícios de Maio», referiu a fonte sindical.

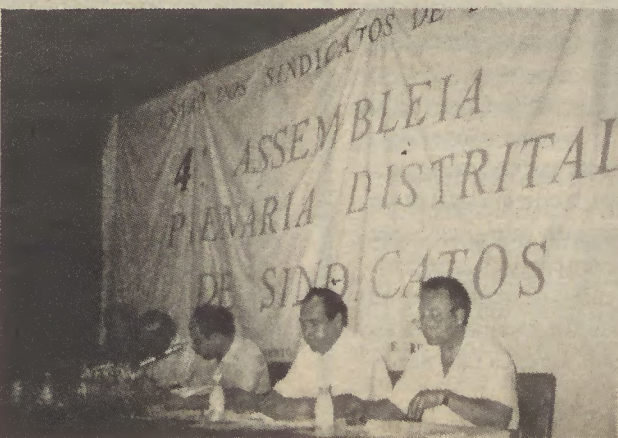
«Desde 10 de Maio que a trabalhadora sai às 10 horas para dar amamentação ao filho, mas quando chega, às 11, para retomar o trabalho encontra a porta da fábrica fechada, o mesmo acontecendo da parte da tarde», acrescentou.

O gerente e proprietário da empresa apresenta uma versão diferente do caso, referindo que, por indicação escrita do centro de saúde, foi permitido à operária amamentar o filho durante dois períodos diários de meia hora.

«Ela era muito trabalhadeira, mas desde que se casou que não quis mais saber do trabalho», salientou António Bento, criticando os «prolongados» períodos de baixa utilizados por Ana Rosa, «desde que ficou grávida».

«Depois de estar um mês em casa, sem qualquer justificativo ou atestado médico, apareceu-me aqui quarta-feira com quatro sindicalistas exigindo dois períodos diários de uma hora para amamentação», disse o gerente.

António Bento revelou ainda à Lusa que, após o comunicado distribuído pelo sindicato na quinta-feira, enviou uma carta para casa de Ana Rosa proibindo-a de entrar na fábrica a partir de segunda-feira.



Greves, concentrações e protestos em vários sectores e empresas

Unidos para lutar

Na indústria naval e na metalomecânica, no comércio retalhista e nos transportes, na hotelaria, na Gás de Portugal, na EDP, na administração pública, os trabalhadores não baixam os braços, unem-se e lutam por melhores salários, contra a destruição dos postos de trabalho, pela salvaguarda dos seus direitos e em defesa dos interesses da economia nacional

Ao diálogo reclamado pelos representantes dos trabalhadores da metalomecânica pesada, concentrados dia 29 à porta da administração do grupo Senete, os responsáveis da holding da metalomecânica pesada portuguesa (controlada pela multinacional europeia ÁBB, que dispõe de 60 por cento do seu capital) responderam chamando a polícia. «Porque nos assiste razão suficiente para protestar e reclamar outra política, não será a força da polícia que fará calar a força da nossa razão», afirma-se numa nota da federação dos Metalúrgicos e das organizações representativas dos trabalhadores da Mague, Sorefame, Hidrosorefame, MSET, SMM, Sermaque e Metalsines, sublinhando que «iremos prosseguir a nossa luta na defesa dos interesses nacionais e dos trabalhadores».

As empresas da metalomecânica pesada já tiveram um total de 13 600 trabalhadores, empregando actualmente menos de três mil, no seu conjunto, enquanto muitos postos de trabalho são ainda considerados excedentários.

«As administrações queixam-se de uma crise geral no sector como justificação para dispensar pessoal, mas algum do pouco trabalho que existe vai para empreiteiros exteriores às empresas», disse à Lusa o dirigente sindical Navalha Garcia.

Indústria naval

Os trabalhadores da Lisnave cortaram o trânsito na Avenida Povo-MFA, junto ao estaleiro da Margueira (que Governo e Mellos pretendem encerrar), entre as

10.30 e as 11 horas da passada sexta-feira, em protesto contra o despedimento colectivo de mais de 3 mil operários na indústria naval. O corte de estrada foi uma das acções previstas numa resolução aprovada por unanimidade num plenário de trabalhadores efectuado ao princípio da manhã e que inclui a realização de uma greve de 24 horas durante o dia de hoje.

A resolução responsabiliza o Governo pela dimensão do conflito e suas consequências, acusando-o de ser o principal responsável pelo despedimento colectivo que nada justifica. «A prova evidente é que o estaleiro está cheio de navios, sendo necessário recorrer diariamente a centenas de trabalhadores de subempreiteiros», refere uma nota anteontem distribuída pela CT da Lisnave.

No dia 1, reuniram também em plenário os trabalhadores da Solisnor/Setenave.

Para ontem, estava marcada uma concentração de representantes dos trabalhadores da indústria naval junto ao Palácio de S. Bento, para exigir a Cavaco Silva respostas para os problemas que lhe foram colocados numa resolução entregue a 22 de Junho.

Transportes

Duzentos e setenta e quatro autocarros da Rodoviária do Sul do Tejo, dos 300 que efectuam serviço na zona de Almada, estiveram parados segunda-feira, quando se iniciou uma greve de 48 horas dos trabalhadores da transportadora, que terminou às 3 horas de anteontem.

A luta foi convocada pelo sindicato dos Rodoviários do Sul, em repúdio pelos aumentos salariais 2,5 por cento propostos pela administração. Para o sindicato, é «inaceitável e inadmissível» que na RST, «de longe a empresa mais rentável do sector», sejam praticados salários «muito inferiores» ao das demais transportadoras. Numa nota de imprensa o sindicato refere, como exemplo, que a diferença salarial relativamente à Carris é de 20 mil escudos por mês.

A administração também não está a respeitar o compromisso de tratar na contratação colectiva a redução do horário de trabalho.

A greve dos ferroviários às horas extraordinárias, iniciada a 25 de Junho e inicialmente prevista para terminar no passado domingo, foi prolongada até sábado, dia 9. Segundo a Lusa, que cita um porta-voz da CP, a recusa de trabalho extra levou à supressão de vários comboios. A luta tem por objectivo reivindicar um horário de trabalho de 40 horas semanais e a reposição do poder de compra dos trabalhadores.

Comércio

Os trabalhadores do comércio retalhista de Oeiras e Amadora manifestaram-se quinta-feira passada em Algés, junto à associação comercial, para exigirem a redução do horário de trabalho semanal para 40 horas, a actualização dos salários e dois dias de descanso semanal.

A Associação de Comerciantes de Oeiras e Amadora é uma

das que foram premiadas pelo Governo por não terem assinado o contrato colectivo de trabalho para o sector (comércio retalhista de Lisboa) em 1993, uma vez que a portaria de extensão (publicada no passado dia 15 de Maio) só terá efeitos a partir de 1 de Novembro de 1993, prejudicando os trabalhadores em nove meses de atraso no aumento dos salários.

«O que o patronato quer é manter os seus lucros, não pela modernização, não pelas modernas técnicas de gestão, não pela qualificação profissional dos empregados, mas pelo aumento das cargas de trabalho, pelos salários baixos, pelos horários desumanos», acusa o sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, num comunicado aos trabalhadores.

A associação patronal de Oeiras e Amadora recusa-se a aceitar a redução do horário para 40 horas e os dois dias de descanso semanal, avançando com uma proposta de actualização salarial de apenas 4 por cento.

Hotelaria

«A ferro e fogo» é como o sindicato da Hotelaria do Sul classifica a situação actual no sector. Num nota emitida depois da reunião que a direcção do sindicato efectuou no início da semana passada, acusa-se o patronato de, «com a cobertura e cumplicidade do Governo», continuar a comportar-se «como se o sector fosse uma república das bananas», recusando negociar melhores salários e melhores condições de trabalho, e deixando mesmo salários por pagar.

O pagamento de salários em atraso e a viabilização das empresas tem levado a várias acções dos trabalhadores da Torralta e da SAAL, enquanto em diversos hotéis e restaurantes têm lugar lutas por melhorias salariais: no dia 30 estiveram em greve os trabalhadores da Casa de Repouso de São José de Camarate, onde os salários, já de si baixos, não são actualizados há dois anos; no dia seguinte, trabalhadores da hospitalização privada concentraram-se junto à associação patronal, em Lisboa; no domingo estiveram em greve por 24 horas os trabalhadores do hotel Inglaterra. Pelo pagamento dos salários de Maio e Junho estiveram em greve, segunda e terça-feiras, os trabalhadores do hotel Excelsior, cujo patrão está preso e onde a gestão, feita por familiares, «é um autêntico regabofe, havendo dinheiro para tudo menos para pagar os salários».

E outros...

Os trabalhadores da Gás de Portugal (Petroquímica de Lisboa) decidiram entrar em greve na primeira quinzena de Julho, por melhores salários, anunciou a federação da Química e Farmacêutica, admitindo que a luta se prolongue durante todo este mês e também em Agosto, caso a administração não altere «significativamente» as suas posições.

Após oito reuniões de negociação, a administração insiste em aplicar aumentos de 2,5 por cento, seguindo instruções do Governo, ao mesmo tempo que recusa negociar as condições específicas do trabalho por turnos.

A CGTP e a USL promoveram ontem um dia de esclarecimento sobre a situação na Segu-

rança Social, com distribuição de documentos à população em vários pontos de Lisboa.

Para esclarecer e sensibilizar a população para os problemas dos trabalhadores das autarquias locais, o STAL promoveu ontem e anteontem uma exposição na Praça da Figueira, em Lisboa. Na administração local, como em toda a Função Pública, o ordenado mínimo é inferior ao salário mínimo nacional e os aumentos salariais impostos pelo Governo foram de 0,5 por cento, recorda uma nota do sindicato, que também lembra as declarações de Cavaco Silva, no dia 21 de Março, admitindo uma revisão salarial intercalar se houvesse recuperação na economia portuguesa.

Além dos salários, querem também ver resolvidos problemas como a reclassificação das carreiras profissionais, condições de higiene, segurança e saúde no trabalho (reclamam a atribuição de um subsídio para actividades insalubres, penosas e de risco) - compromissos que o Governo assumiu há mais de 3 anos e que ainda não concretizou.

Continuando a luta por melhores condições de trabalho (sobretudo pela admissão de novos efectivos) iniciada na semana de 14 a 17 de Junho e que teve adesões quase totais, os trabalhadores do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa marcaram novas greves parciais para anteontem e hoje, uma vez que o Ministério da Educação não mudou a sua atitude.

O ISCTE, realça uma nota do sindicato da Função Pública do Sul e Açores, funciona com um terço do pessoal que devia e é o estabelecimento do ensino superior onde o ME gasta menos dinheiro, mas que tem o mais elevado rácio alunos/pessoal não docente.

Trabalhadores da EDP hoje na AR

Realiza-se hoje uma concentração de representantes dos trabalhadores da EDP, junto à Assembleia da República, para às 15 horas assistirem ao debate, no plenário parlamentar, sobre as implicações técnicas, económicas e sociais da cisão da empresa, pretendida pelo Governo. O debate foi suscitado por uma petição entregue em Novembro e que foi subscrita por cerca de 10 mil trabalhadores da EDP (num total de 17 mil).

Na passada quinta-feira, dia 30, ocorreu um plenário de representantes dos trabalhadores da EDP junto ao edifício sede da Administração, com o objectivo de protestar contra o desmembramento da empresa e exigir que seja publicada legislação que garanta os direitos e regali-

as dos trabalhadores nas empresas que possam vir a formar-se depois da eventual cisão. O Conselho de Administração, no entanto, não apareceu.

Numa resolução ali aprovada, reclama-se a defesa da empresa e dos direitos conquistados, a aplicação do Acordo de Empresa e do Estatuto Unificado do Pessoal da EDP nas novas empresas que venham a ser constituídas, exige-se a reabertura das negociações para corrigir o aumento salarial de 2,5 por cento que foi imposto administrativamente, e manifesta-se a disponibilidade dos trabalhadores para combater com acções de luta a política do Governo e do Conselho de Administração, que se considera ir também contra os interesses dos consumidores.



Depois do plenário da semana passada (foto), os trabalhadores da EDP concentram-se hoje na Assembleia da República

A Comissão de Trabalhadores - que integra, com todas as estruturas sindicais, a Plataforma Comum no âmbito da qual foram convocadas estas acções - distribuiu ainda um comunicado manifestando uma posição contrária à Comissão Instaladora da Empresa de Serviços Médicos, que será formada com base nas infra-estruturas e recursos humanos actualmente existentes e com a qual as outras empresas resultantes da cisão deverão firmar um contrato de assistência médica aos trabalhadores, reformados, pensionistas e familiares. Esta posição resulta do facto de que a nova empresa terá fins lucrativos, perguntando a CT: «Será justo que se faça negócio com a saúde dos trabalhadores?»

Ponte 25 de Abril

O mistério da bala desaparecida

O Provedor de Justiça, Meneres Pimentel, anunciou no Porto que mandou abrir um inquérito na Provedoria para apurar a origem do disparo que feriu gravemente um jovem de Almada durante as manifestações de protesto na ponte 25 de Abril.

Meneres Pimentel escusou-se a comentar os incidentes de 24 e 25 de Junho na Ponte 25 de Abril e considerou que "não estão ainda reunidas as condições" para uma eventual reacção.

O Provedor de Justiça falava durante um debate sobre "Precarização do emprego na administração pública", organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte.

Entretanto um membro da Pró-Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril revelou pos-

suir a cápsula de uma bala de calibre militar (7,92) que diz ter encontrado perto do local onde um jovem foi atingido no Pragal.

Fernando Fitas, director do jornal "A Outra Banda", disse em conferência de imprensa ter accionado os mecanismos

necessários para entregar às autoridades o invólucro da bala.

O invólucro, acrescentou, foi apanhado "a uns metros do local" onde Luís Figueiredo foi baleado e, segundo afirma, trata-se do mesmo tipo de calibre utilizado pela PSP e GNR.

A PSP reconheceu ter feito na madrugada de sábado, quando o jovem foi atingido, "alguns disparos de intimidação", alegando no entanto ser de "origem desconhecida" o projectil que feriu gravemente o jovem Luís Miguel Figueiredo, de 18 anos.

Quanto aos efectivos da GNR que actuaram nos confrontos ocorridos do dia anterior e na madrugada de sábado na Ponte, garantiram não ter efectuado qualquer disparo.

Na segunda-feira seguinte, fonte das relações públicas da GNR disse à agência Lusa que esta força não chegou a actuar no Pragal.

Fernando Fitas, que falava durante a apresentação pública da pró-Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril, disse que esta está a apoiar as pessoas que foram espancadas pelas forças policiais durante as manifestações contra os aumentos das portagens, para que procedam judicialmente.

Relativamente às medidas anunciadas pelo Ministro dos Transportes que preveem descontos na portagem para utentes regulares e motociclistas, a pró-Comissão considera que se destinam a "adormecer os utentes" e neutralizá-los posteriormente.

No entanto, foi salientado que se tratou de "uma primeira vitória" dos utentes.

A pró-Associação, composta por 12 elementos moradores na outra banda e em Lisboa, é favo-

rável à abolição da portagem e à construção de meios ferroviários que sirvam a população da zona.

Os membros da pró-Associação referiram que a população da zona de Almada não tem que pagar uma ponte que não consideram alternativa à actual (defendem a ligação Lisboa/Barreiro e não Lisboa/Montijo) e disseram ter sentido os aumentos de 50 por cento como "uma medida provocatória do governo que vai degradar ainda

mais o já degradado nível de vida".

No encontro com os jornalistas estiveram presentes também representantes dos camionistas que participaram no bloqueio.

Um deles, Jaime Pinto, em declarações à agência Lusa, louvou a atitude do ministro Ferreira do Amaral ao admitir ter cometido erros neste processo, mas considerou que as novas medidas "não vêm resolver a situação".

CP encerrou apeadeiro

Moradores em Cruz da Pedra à espera de solução

A CP e a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica vão prosseguir esta semana o diálogo iniciado a semana passada com vista a ser encontrada uma solução para o encerramento do apeadeiro da Cruz da Pedra.

Em declarações à agência Lusa, o presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, António Casanova, que se reuniu com o administrador da transportadora, Abel Vinagre,

criticou a CP por ter optado pelo encerramento do apeadeiro "sem antes terem conseguido alternativas".

Os comboios deixaram de parar no apeadeiro no dia 15 de Junho último, prejudicando muita gente que não tem alternativas, já que o único meio de transporte de que os utentes dispõe é um autocarro da Carris.

Este autocarro, segundo disse o presidente da Junta, chega lotado à estação de Benfica, onde os utentes da CP são obrigados a descer, e que demora "30/35 minutos" até Sete Rios.

António Casanova disse à Lusa que na próxima reunião com a Administração da CP será acompanhado por representantes das comissões de moradores locais, utentes da Linha de Sintra e da Cruz da Pedra, dos comerciantes e tentará que um

representante da Câmara Municipal esteja também presente.

"Já pedimos à Câmara e à Carris que participem na busca de uma solução satisfatória", sublinhou o autarca.

Américo Ramalho, porta-voz da CP, disse que a decisão de encerrar o apeadeiro "não é alterável" por estar ligada à gestão de toda a linha de Sintra onde, em consequência das obras de modernização em curso, "a oferta vai ser aumentada em quantidade e qualidade".

Aludindo ainda ao diálogo de hoje entre o administrador e o autarca, Américo Ramalho acrescentou que a CP prometeu "continuar a interceder junto da Carris" para que seja encontrada uma solução, nomeadamente a criação de uma carreira com origem na estação de Benfica.



Domingo

III Conferência Nacional dos Baldios

A III Conferência Nacional dos Baldios realiza-se, no próximo domingo, dia 10, na Faculdade de Economia do Porto, promovida pelo Secretariado de Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro e pelo Secretariado de Baldios de Viseu, com a colaboração da Confederação Nacional da Agricultura. "No

ano passado foi aprovada uma lei que nós não quisemos, e que hoje receamos, pois ela abre a porta à gula e ao esbulho dos Baldios por parte das Multinacionais das celulosas e da grande indústria do imobiliário, entre outros", introduz a Comissão Organizadora desta iniciativa. Foram convidados o Presidente

da República, o Ministro da Agricultura, a Comissão Parlamentar da Agricultura e Mar, as Direcções dos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República, a Câmara Municipal do Porto e o Instituto Florestal. Esta conferência, que pretende desenvolver os baldios e defender o mundo rural, terá a parti-

cipação de Américo Mendes, Carlos Cabral, Coelho Pires, Fernando Oliveira Baptista, Jaime Galheiro, Nicole Vareta, Virgílio Alves, Armando Carvalho, Manuel Rodrigues, Joaquim Casimiro e do padre Lourenço Fontes. Álvaro Cunhal participará como convidado especial.

Homenagem ao marechal Costa Gomes

Na passado dia 2, cerca de 300 democratas, por iniciativa da Associação 25 de Abril, reuniram-se num almoço-convívio de homenagem ao 80º aniversário do marechal Costa Gomes, o segundo Presidente da República a seguir ao 25 de Abril.

Estiveram presentes os dirigentes mais destacados do MFA, numa confraternização que significa nova e expressiva manifestação de superação de antigas divergências.

Presentes também vários dirigentes de partidos políticos, entre eles Blanqui Teixeira, José Casanova, António Abreu, Dias Lourenço e João Amaral, do CC do PCP, assim como dirigentes da CGTP e de vários sindicatos.

Usaram da palavra a directora do Centro de Documentação 25 de Abril, de Coimbra, e o presidente da Associação 25 de Abril, tenente-coronel Vasco Lourenço, que exprimiu de maneira vigorosa as preocupações actuais comuns dos democratas portugueses face à actual política do governo do PSD.

Falou no fim o homenageado, que exprimiu o resultado de uma reflexão sobre o processo de Abril sublinhada pela adesão de todos os presentes.

"Recordando o Che"

Já foi divulgado o resultado do concurso "Recordando o Che", promovido pelo núcleo de Setúbal da Associação de Amizade Portugal-Cuba, que pretendia assinalar a memória do revolucionário sul-americano, Che Guevara. Os vencedores são Paulo Lamim Vieira, Rui Santos Costa e Mónica Pereira Costa.

A Eira

Foi publicado mais uma edição d'«A Eira», o boletim da Associação dos Agricultores do Porto. Esta publicação dá particular atenção ao problema do leite e reclama um subsídio à recolha, melhor distribuição das quotas leiteiras, o aumento do preço-base do leite ao produtor e o «pagamento do leite a tempo e horas».

Agricultores de Lisboa contra importações de vinho e de leite

A Associação de Agricultores do Distrito de Lisboa (AADL) reafirma em comunicado a sua posição quanto à situação actual da viticultura e do sector leiteiro nacional. Reclamando do Governo uma posição de rejeição da proposta de Reforma da Organização Comum de Mercado Vinícola, esta associação exige a abolição da taxa e do IVA sobre a aguardente de bagaço, o aumento da taxa permitida de alcoolémia para 0,7 e o estabelecimento de tabelas máximas de comercialização de vinhos para evitar a especulação.

Pede-se ainda uma intervenção imediata do Governo no caso da multinacional Parmalat, que, além de constituir um perigo para os produtores portugueses, vende leite de baixa qualidade a preços inferiores aos custos de produção nos países de origem. Esta multinacional está a aliciar os maiores produtores, pagando preços mais altos, num

primeira fase, e vencendo e arruinando a concorrência. Porém, e à semelhança do que aconteceu noutros países, virá depois a impor à produção e ao consumo os preços que mais lhe convier, de forma a recuperar os seus investimentos, acusam os agricultores.

Os produtores com menos de 40 toneladas/ano, ou seja, a maioria, têm de enfrentar actualmente outro problema: as novas regras para o regime de atribuição de quotas leiteiras, que os deixam de fora das prioridades, impõem multas para aqueles que ultrapassem a quota que lhes for atribuída e não consagra a regionalização da Reserva Nacional de Leite.

A AADL chama ainda a atenção para a reforma da Organização Comum de Mercado das frutas e legumes que prevê o arranque de pomares e as importações em prejuízo da produção nacional.

Alemanha

Trabalhadores portugueses
mais desprotegidos

Os trabalhadores portugueses na Alemanha "têm menos protecção do que outros operários que não são da União Europeia" - quem o afirma é Monika Prestel, assistente social da Caritas em Munique, que tem acompanhado o caso dos operários burlados pelo empresário Ernst Romoser. Segundo Prestel, ao abrigo da legislação comunitária, empreiteiros sem escrúpulos "podem fundar uma empresa em Portugal e infringir aí a lei, fora do alcance da justiça alemã".

Entretanto, os operários portugueses já apresentaram queixa no Tribunal de Trabalho de Munique contra o empreiteiro Ernst Romoser, mas o seu paradeiro é desconhecido na Alemanha.

Tudo começou com anúncios publicados em jornais portugueses. Através deles, o empreiteiro Romoser contratou operários para obras na região de Munique, prometendo salários de 90 contos, com os descontos legais, e bónus semanais isentos de impostos, alimentação e viagens.

O alojamento, segundo declarações recolhidas pela Lusa junto dos trabalhadores, era garantido igualmente pela empresa, sendo ainda pago a cada um, em média, 20 contos semanais.

No total, cada trabalhador acabaria por auferir entre 300 e 450 contos mensais.

Mas a realidade revelou-se bem diferente: não foi feito qualquer pagamento, os trabalhadores ficaram entregues à sua sorte, de Romoser não se sabe.

Encontram-se nesta situação 150 trabalhadores, entre pedreiros, serventes, carpinteiros e operadores de máquinas, 60 dos quais da região algarvia e os restantes da região Norte, Leiria e Caldas da Rainha.

O empresário alemão tem escritórios em Lagos, na Maia (Porto) e uma representação na Costa de Caparica, Almada, mas as autoridades parecem incapazes de o contactar.

Depois das manifestações dos trabalhadores burlados, na passada quinta-feira, em Lagos, o Tribunal de Munique tentou enviar uma contra-fé à Romoser, mas não conseguiu localizar a sua residência ou escritório, disse, à Agência Lusa, Monika Prestel.

Segundo a referida assistente social, a Caritas já mandou um advogado para defender a causa dos operários, escreveu à Polícia Judiciária portuguesa a expor o assunto e enviou cópias dos documentos do Tribunal, mas, à data das declarações ainda não tinha obtido resposta.

"Romoser tem cometido as ilegalidades em Portugal, é lá que tem a sua firma e o único endereço conhecido. Por isso, achamos que deviam proceder lá contra ele", acrescentou Monika Prestel.

A assistente social da Caritas refere também que indicou à Repartição de Trabalho obras em que operários portugueses estão a trabalhar em condições ilegais.

Trata-se de operários que não se encontram inscritos na previdência social e não beneficiam dos acordos bilaterais de assistência médica entre Portugal e a Alemanha, em caso de acidente de trabalho.

Mas as autoridades competentes têm-se recusado a exercer a respectiva fiscalização, alegando que se trata de trabalhadores da União Europeia, acusa Monika Prestel.

A Caritas está a elaborar um relatório ao Ministério do Trabalho da Baviera, até porque há centenas de operários portugueses da construção civil nesta região e "a situação não dá sinais de melhorar", diz a funcionária da organização católica.

Situação preocupante

O delegado em Faro do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, Noronha Ferreira, confirmou entretanto que esta situação não é inédita. Em declarações à Lusa, referiu a existência de casos similares, referentes a

contratos com empresários portugueses ligados à construção civil. Segundo Noronha Ferreira, o contrato assinado pelos trabalhadores com o empresário alemão «é legal, apesar de algumas cláusulas terem irregularidades ou serem nulas». O grande problema que se põe, diz, «consiste em que existem acordos verbais que não coincidem com os estabelecidos no contrato, talvez para fugir a responsabilidades legais».

«Isto é um alerta para todos os trabalhadores que assinam contratos para trabalhar no estrangeiro, sem verificarem bem as condições em que o fazem», acrescentou.

O que não explica, nem justifica, o abandono dos trabalhadores e a falta de pagamento, numa dívida que ascende já a milhares de contos.

Também as autoridades consulares portuguesas na Alemanha conhecem o problema e afirmam-se preocupadas com as actividades da firma alemã Romoser, até porque têm informações de que prossegue a contratação duvidosa de operários em Portugal.

Segundo Abílio Rodrigues, funcionário do consulado em

Estugarda, têm-se registado muito casos de repatriamento, e o problema do trabalho ilegal já estaria a ser discutido ao mais alto nível entre Portugal e a Alemanha.

Abílio Rodrigues manifestou-se preocupado pelo facto de Romoser já ter contratado outra vez cerca de uma centena de operários para trabalhar na Alemanha, "apesar dos repetidos avisos emitidos em Portugal".

"Até agora, temos conseguido repatriar todos os compatriotas em situação precária, mas o Ministério português dos Negócios Estrangeiros começa a levantar objecções", disse Abílio Rodrigues.

A questão afecta já vários consulados portugueses na Alemanha, que se vêem também confrontados com falta de meios para deslocar funcionários aos vários pontos de conflito, por falta de autorização ou de verbas.

Morte estranha

Entretanto, um dos trabalhadores contratados pelo empresário alemão que está a ser alvo de contestação morreu em Alemanha em fins de Fevereiro, em

condições estranhas, segundo afirmam familiares e colegas.

José Manuel Rodrigues Torres, 50 anos, natural de Silves, pedreiro, contratado pelo empreiteiro Ernesto Romoser, teria falecido por sub-alimentação e caminhadas prolongadas.

Apesar da certidão de óbito atribuir a morte a um "ataque cardíaco", os colegas de José Torres suspeitam que ele morreu porque era «obrigado a fazer diariamente cerca de seis quilómetros a pé todos os dias, desde o contentor onde dormia até ao local de trabalho, muitas vezes debaixo de neve e mal alimentado».

O delegado Noronha Ferreira disse à Lusa que vai verificar se o trabalhador falecido estava realmente coberto pelo seguro, que é legalmente obrigatório.

José Torres morreu dois meses depois de estar a trabalhar para a empresa H.H. - Harry Hutyg, de Munique, mas a viúva só recebeu, até hoje, 150 contos de uma vez e 80 de outra. O corpo do malogrado operário só foi trasladado para Portugal depois de muitas insistências de familiares e colegas.

O paraíso da "Europa dos cidadãos" não passa de uma miragem.

Correios na UE

Cartas chegam
quando chegam
... se chegam!

Os serviços postais são demasiado lentos na maioria dos países da União Europeia, entre os quais Portugal, onde uma carta leva frequentemente mais de três dias a chegar ao destinatário, revela um estudo recentemente publicado pelo Gabinete Europeu das Uniões de Consumidores (BEUC). Segundo o BEUC, entre 6.240 cartas enviadas de 13 capitais e grandes cidades da UE e da Suíça, apenas 53,2 por cento chegaram ao destinatário num prazo de três dias úteis após terem sido enviadas.

Os países onde o encaminhamento é mais lento, tanto a nível interno como intra-europeu, são a Grécia (5,41 dias), Suíça (4,40 dias), Espanha (4,36 dias), Itália (4,35 dias) e Portugal (3,74 dias). Pelo contrário, os serviços postais mais rápidos são os da Alemanha (2,98 dias), Reino Unido (2,99 dias), França (3,03 dias) e do Luxemburgo (3,04 dias).

O BEUC precisa que 12,9 por cento das cartas remetidas não chegaram aos destinatários cinco dias depois de terem sido enviadas e que um por cento se perdeu.

"A qualidade dos serviços postais é insuficiente", considerou Laura Mosca, uma das responsáveis do BEUC, atribuindo esta deficiência à existência nos estados-membros e na Suíça de monopólios nacionais que não trabalham em conjunto.

As tarifas variam bastante entre os diversos países. Em Espanha, o preço para remeter uma carta com 20 gramas para outro país da UE é de 0,29 ecu (cerca de 57 escudos), enquanto a partir da Alemanha é de 0,52 ecu. A nível interno, o preço em Espanha atinge 0,18 ecu e na Alemanha 0,52.

Portugal, Itália, Espanha, Grécia e Holanda praticam igualmente tarifas diferentes para o tráfego interno e intra-europeu.

Em Portugal, o envio de uma carta para um outro estado-membro custa 71 por cento mais do que para outro ponto do país.

O BEUC condena a ausência total de realização do mercado interno a nível dos serviços postais e considera que não foi feito qualquer progresso significativo desde que foi efectuado um estudo semelhante, em 1990.

A comissão europeia deverá apresentar em Julho um Livro Verde sobre os serviços postais.

Gás natural
da Argélia para Portugal

O gasoduto de alta pressão da rede nacional de gás natural começou esta semana a ser construído em Bidoeira de Cima (Leiria). Em princípio, o abastecimento de gás natural ao país, a partir da Argélia, deverá ter início em 1997, prevendo-se na primeira fase o abastecimento às centrais produtoras de energia eléctrica de Setúbal, Carregado e Tapada do Outeiro, distribuidoras regionais e grandes indústrias.

O projecto global do gasoduto do Magrebe envolverá 700 milhões de contos, dos quais 350 milhões serão investidos em território nacional, afirmou, a semana passada, Elias da Costa, presidente da administração da Trangás, empresa que está a construir o gasoduto.

Elias da Costa, falando durante a conferência "Energia em Portugal - Desafios e Prioridades", adiantou que essas verbas serão gastas em três anos (até 1996) sendo o investimento da Trangás de cerca de 281 milhões de contos através de capitais próprios e 40 por cento através de fundos comunitários.

O restante é proveniente do Banco Europeu de Investimentos (BEI), que atribuirá 70 milhões de contos, e da banca comercial.

Em declarações à agência Lusa, Elias da Costa disse que "não existem quaisquer problemas

com a Argélia", que "iniciou a construção do gasoduto de acordo com o programa", esperando-se que esteja pronto a 1 de Outubro de 1996 e entre em funcionamento a 31 de Dezembro do mesmo ano.

O presidente da Trangás adiantou que se prepara também a ligação pelo norte do País às redes transeuropeias, designadamente ao gasoduto de Cala Horra-Lâch (nos Pirinéus, junto à fronteira hispano-francesa), de forma a que Noruega, Holanda e Rússia possam vir a ser também eventuais fornecedores de gás natural a Portugal.

Actualmente, o gás natural representa 21 por cento do consumo mundial de energias e 18 por cento no contexto europeu. "Entre 1990 e o ano de 2010 o crescimento do consumo do gás natural será de 50 por cento", disse ainda o presidente da Trangás.

Por seu turno, Valdemar Neves, presidente da Gás de Portugal (GDP), que participa em 34 por cento na Trangás, salientou o facto de "os 210 mil consumidores de gás da cidade serem uma importante via de penetração do gás natural, a partir do momento em que este se encontre disponível no nosso país".

A GDP, além de ser concessionária para a distribuição no distrito de Lisboa (abrangendo 15 concelhos), participa no capital das restantes empresas distribuidoras de gás natural: a Portgás, cujos restantes accionistas são a Emporgás (grupo Quintas), a Petrogal, a Gaz de France e a Ufiner; a Lusitânia Gás é participada pela Ega (Aveiro), Lusogás (Coimbra) e ECL (Leiria), as quais são subsidiárias da Petrogal e da Italgás; a Setgás é também participada pelo grupo Quintas, a Italgás e a Petrogal.

A Portgás dirige-se à região norte, abrangendo 28 concelhos, entre Vila Nova de Gaia e Valença; a Lusitânia Gás dirige-se aos consumidores do Centro, abrangendo 35 concelhos dos distritos de Leiria, Coimbra e Aveiro, enquanto a Setgás abrange a península de Setúbal, num total de 10 concelhos.

Bombardeiros

O senado norte-americano aprovou a atribuição de 150 milhões de dólares para o programa de fabrico de um maior número de aviões bombardeiros B-2. Os 150 milhões de dólares foram aprovados no âmbito do orçamento de 263 mil milhões de dólares para o Pentágono para o ano fiscal de 1995, a começar em 1 de Outubro.

Alemanha

Mais de uma dezena de milhar de trabalhadores dos correios e telecomunicações da Alemanha têm vindo a participar em sucessivas jornadas de greve que, desde o início de Junho, acompanham as negociações em curso sobre o estatuto dos carteiros com vista à privatização da empresa em 1995. A semana passada, o sindicato dos carteiros (DPG) organizou manifestações em catorze cidades, nomeadamente em Munique, Berlim, Frankfurt e Leipzig. A estas iniciativas associaram-se igualmente o sindicato dos metalúrgicos (IGM) e o dos empregados de serviços (OTV). Os 670.000 trabalhadores exigem garantias quanto aos salários, após as privatizações. Os serviços postais foram divididos, em 1989, em três ramos independentes - correios, telecomunicações e serviços bancários - e no início de 1995 serão transformados em sociedades por acções.

Coreia

Deverão ter início, amanhã, em Genebra, novas conversações entre os EUA e a Coreia do Norte sobre a questão nuclear. Segundo o porta-voz da Coreia do Norte, trata-se de conversações de alto nível, entre o secretário de Estado-adjunto norte-americano e o primeiro vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Norte.

Israel

O parlamento israelita rejeitou três moções de censura apresentadas por partidos da oposição de direita contra a visita do líder da OLP a Gaza e Jericó. As moções apresentadas pelo Likud, principal formação de direita, o Partido Nacional Religioso e o Moldet (extrema direita) foram rejeitadas por 56 votos contra 47 no final de um debate particularmente duro.

Japão

O governo do Primeiro-Ministro japonês, Tomichi Murayama, beneficia do apoio de apenas 35 por cento da população, revela uma sondagem publicada pelo jornal "Asahi Shimbun". Realizada no passado

Ruanda Proteger as populações ou os responsáveis pelos massacres?

As forças da Frente Patriótica do Ruanda (FPR) assumiram o controlo da capital ruandesa, Kigali, e da segunda cidade do país, Butare.

Em Nova Iorque, a França informou oficialmente a ONU da sua proposta de implementar uma vasta "zona humanitária de segurança" no sudoeste do Ruanda, a pretexto de proteger as populações civis. Entretanto, fontes citadas pela agência espanhola Efe afirmam que os militares franceses receberam ordens para impedir "por todos os meios" o avanço da FPR até à fronteira com o Zaire

Em Paris, a associação humanitária francesa Médicos do Mundo (MDM) afirmou que a França, ao criar uma "zona humanitária de segurança" no Sudoeste do Ruanda, está de facto a "proteger os responsáveis pelos massacres".

"Parece hoje que as verdadeiras motivações da intervenção francesa não são unicamente humanitárias mas também militares e políticas, porque ela protege os responsáveis pelos massacres", afirma um comunicado do MDM.

O representante da Frente Patriótica do Ruanda na Europa, Jacques Bihozagara, declarou, num comunicado divulgado em Paris, que a "zona humanitária de segurança" está, "desde já, votada ao fracasso" e denuncia a

que considera ser um "projecto de neocolonização".



Militares franceses, a oeste de Kigali, nas zonas sob controlo das tropas governamentais ruandesas

Angola

Paz negocea-se também em Pretória

A intervenção de Nelson Mandela no processo negociado pela paz em Angola surge neste momento como um elemento novo, susceptível de contribuir para algum progresso em negociações que de há muito se arrastam, com elevadíssimos custos humanos. Uma intervenção que parece não ser do agrado da Unita, que teme perder os apoios com que continua a contar por parte do Zaire.

O representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye, espera que a intervenção do presidente sul-africano no processo negociado angolano ajude a desbloquear as conversações.

Beye teve recentemente encontros com o presidente sul-africano, Nelson Mandela, e com Robert Mugabe, do Zimbábue, entre uma série de reuniões com estadistas da sub-região desde Setembro de 1993, todos no sentido da resolução de questões pendentes nas negociações de paz para Angola.

Nesse quadro, segundo fonte da mediação, insere-se o encontro entre o chefe de Estado angolano e Mobutu Sesse Seko, do Zaire, previsto para hoje, dia 7, na África do Sul.

Será de esperar que desta cimeira resulte uma promessa de Mobutu no sentido de o seu país não continuar a servir de base de retaguarda e principal suporte

militar à Unita. Beye declarou, no final de um encontro com o presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, que os contactos mantidos no passado entre a África do Sul e Angola, nomeadamente do Governo de minoria branca com a Unita, constituem um potencial valioso.

"Esperamos atingir um cessar-fogo num futuro próximo", disse Beye aos jornalistas no final do encontro com Mugabe, actual presidente do comité da África Austral da Organização de Unidade Africana (OUA).

Entretanto o país continua devastado pela guerra, registando-se, nestes últimos dias, um sensível recuo das forças da Unita.

As Forças Armadas angolanas (FAA) prosseguiram as operações militares na cidade e arredores do Cuito, capital da província do Bié.

Na cidade de Malange, as FAA neutralizaram várias tenta-

tivas de elementos da Unita de entrarem na cidade. Na região diamantífera das Lundas norte e sul, as forças governamentais continuam a avançar sem a necessidade de efectuar combates, pois a Unita está em retirada.

Esta evolução da situação está a ter alguns reflexos positivos para as populações. Um exemplo concreto é o caso de Ndalatando, capital da província do Cuanza Norte, onde, segundo disse à agência Lusa fonte da igreja católica em Luanda, as populações "estão mais sossegadas e já se sai à rua em busca de abastecimento".

Ndalatando foi submetida durante a semana passada a intensos flagelamentos da Unita, cujos guerrilheiros chegaram a ocupar a parte norte da cidade.

"Num autêntico golpe de rins, as FAA (Forças Armadas angolanas) inverteram a situação, acabando por expulsar os guerrilheiros para um raio superior a 20 quilómetros", disse um oficial governamental em Luanda.

"O grande dilema das populações continua a ser agora a fome, faltando de tudo um pouco", afirmou o bispo D. Pedro Luís Scarpa, solicitando à Caritas e à assistência social que

enviem alimentos e medicamentos para a cidade. Os avanços das FAA no terreno e uma possível evolução no plano negociado levaram a uma significativa reacção por parte de forças da Unita, claramente receosas de que finalmente se venham a abrir perspectivas de paz.

O Estado Maior General das Forças Armadas da Unita (FALA) afirmou que "nenhum acordo será assinado em Lusaca" sem a sua aprovação e que não permitirá nunca a cedência do governo da província do Huambo.

Num comunicado assinado pelo seu chefe, general Arlindo Pena "Ben-Ben", o EMG das FALA afirma-se "livre para empreender todas e quaisquer acções militares que achar necessárias e úteis", advertindo que "não se quebrará o equilíbrio militar em Angola leve o tempo que levar".

Por outro lado, "rejeita toda a ameaça da ONU" para aplicar sanções adicionais à Unita, conforme o conteúdo da resolução aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Por seu lado, o presidente sul-africano, Nelson Mandela, disse que espera encontrar-se com o líder da Unita, Jonas

Savimbi, no fim-de-semana ou no início da próxima.

Mandela, que falava aos jornalistas na cidade negra de Khayelitsha, disse que convidou Savimbi para se deslocar à África do Sul para conversações depois da Cimeira entre o presidente angolano e o seu homólogo zaireense, que decorre hoje, em Pretória.

A Cimeira Eduardo dos Santos/Mobutu Sese Seko realiza-se a pedido do presidente angolano, sendo apadrinhada por Nelson Mandela e contando com a presença do presidente moçambicano, Joaquim Chissano, como convidado especial.

Mandela afirmou a sua decisão de intervir no processo angolano depois de um encontro com o mediano das Nações Unidas, o representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye.

Uma intervenção que já tinha sido anteriormente referida, no próprio processo eleitoral na África do Sul, como contributo de um país finalmente livre do apartheid para a paz num continente a que, nas palavras de Mandela na cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA), se quer restituir a sua dignidade.

Palestina

O regresso de Arafat

Ao ser recebido triunfalmente no campo de refugiados de Jabaliya, berço da Intifada, Yasser Arafat pediu à multidão entusiasmada que o ajudasse a construir um Estado independente com Jerusalém como capital.

"Ser ou não ser, é este o nosso desafio", lançou Arafat da varanda onde fazia o seu discurso. "Somos realmente capazes de estabelecer uma autoridade nacional que abra caminho a um Estado palestino tendo Jerusalém como capital?"

"Sim, sim, sim", responderam dez mil palestinos em delírio.

O regresso do dirigente da OLP a Gaza, após uma ausência de 27 anos, simboliza a nova fase de vida que se abriu para o povo palestino. Difícil e controversa, sem dúvida. Mas pela primeira vez de há muito, com razões palpáveis de esperança.

América Latina em Notícias

Argentina Marcha contra a política socioeconómica

Na Argentina está em curso a anunciada Marcha Federal, uma acção de protesto em larga escala contra a política socioeconómica do governo, que convergindo de quatro pontos do interior do país culminou numa grande manifestação em Buenos Aires.

A Marcha, que é feita na realidade de automóvel e de comboio, começou a ser organizada em Fevereiro pelos sindicatos dissidentes da Confederação Geral dos trabalhadores (CGT), a central do sindicalismo argentino, maioritariamente peronista.

Posteriormente, foi recebendo a adesão dos partidos políticos da oposição e núcleos de pequenas empresas designadamente da área agrícola.

A princípio, a Marcha Federal congregava todos os que se sentiam afectados pelo plano económico de recuperação implementado em 1989 por Menem ao inaugurar o seu mandato presidencial.

Em breve, porém, a organização foi somando apoios da União Cívica Radical (UCR), o principal partido da oposição, da Frente Ampla, formação de esquerda, do Movimento para a dignidade e a independência (MODIN) e de outros partidos menos representativos.

Equador Indígenas e camponeses contra nova lei agrária

Com início no passado dia 13 de Junho, a revolta indígena no Equador radicalizou-se com o apoio de manifestações estudantis, de professores e trabalhadores da construção, contra a política neoliberal do governo conservador.

As acções de protesto, dirigidas pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), alargou-se entretanto a todas as províncias do país.

Os indígenas e camponeses exigem a anulação da recente lei do desenvolvimento agrário, que vários partidos políticos e forças populares consideram como anticonstitucional e favorecendo apenas os grandes proprietários de terras.

Simultaneamente têm-se vindo a realizar, em várias cidades do país, manifestações com forte participação estudantil, contra os aumentos de preços da gasolina, dos transportes e dos telefones.

Por seu lado, os trabalhadores da construção lutam por um contrato colectivo de trabalho e aumentos salariais.

Guatemala Acordos de Paz

No quadro das conversações de Paz entre o governo guatemalteco e representantes da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), está em curso a formação de uma comissão executiva formada por representantes do governo, das populações desenraizadas e dos países e organizações que irão participar no financiamento dos projectos de reinserção das populações deslocadas por 34 anos de guerra.

O acordo, assinado a 17 de Junho, reporta-se ao regresso e realojamento de cerca de um milhão de deslocados e 40.000 refugiados no México.

Entretanto, a situação no país continua a ser de grande violência, com clara violação dos mais elementares direitos humanos.

Yasser Arafat recebeu em Gaza um desfile ininterrupto de convidados, que lhe apresentaram cumprimentos de boas-vindas ou quiseram conhecê-lo pessoalmente, tendo visitado depois o campo de refugiados de Jabaliya, berço da Intifada, onde foi recebido triunfalmente.

Quadros da Fatah, a organização por ele fundada em 1959, delegações de árabes radicados em Israel, figuras palestinas das cidades da Cisjordânia ocupada e xeques muçulmanos acorreram ao Hotel "Palestina" onde Yasser Arafat estabeleceu o seu quartel-general ao chegar sexta-feira passada a Gaza.

Para esta sua primeira deslocação na Faixa de Gaza, o dirigente palestino escolheu um marco simbólico: o campo de refugiados de Jabaliya, o maior e o mais densamente povoado de todos os territórios ocupados.

Arafat saudou o campo de Jabaliya onde em 1987 se registou a primeira manifestação de jovens contra os soldados israelitas, bombardeados com pedras e garrafas numa rebelião que iria culminar no acordo de autonomia com Israel e no próprio regresso de Yasser Arafat a terras da Palestina.

Milhares de palestinos abriram alas nas ruas do campo de refugiados, engalanadas de bandeiras com as cores nacionais vermelha, verde, branca e negra.

Situado na periferia da cidade de Gaza, o campo de Jabaliya é o maior deste território, albergando mais de 70.000 palestinos refugiados da primeira guerra israelo-árabe em 1948.

O campo iria ser depois teatro das mais violentas confrontações com as forças israelitas.

A comitiva de Arafat deteve-se junto de um monumento erguido no local onde seis militantes do Fatah foram mortos em Março último por uma unidade especial do exército israelita.

Na Escola das Nações Unidas, onde fez o seu discurso, Arafat dirigiu-se aos fundamentalistas muçulmanos e a outros elementos da oposição, convi-



dando-os a integrarem o seu governo autónomo.

"Esta Autoridade nacional é para todos os palestinos e para todo o território palestino", exclamou.

Referindo-se depois ao acordo Israel-OLP fez notar que não sendo o ideal foi o melhor possível.

"Talvez que o acordo que assinámos não seja satisfatório para alguns, mas não poderíamos alcançar melhor nas terríveis circunstâncias árabes", frisou.

Arafat apelou depois para Israel libertar milhares de palestinos ainda presos, muitos deles contrários ao acordo de autonomia, que se recusaram a assinar declarações de renúncia à violência exigidas pelo estado hebreu para os restituir à liberdade.

Enquanto o líder da OLP fazia o seu discurso, um helicóptero israelita sobrevoava o campo onde 70.000 israelitas, muitos deles sem trabalho, vivem em deploráveis condições de pobreza, com esgotos a céu

A luta dos palestinos por uma pátria abriu o caminho ao processo de autonomia e reconstrução que agora se inicia

aberto e lixeiras por todo o lado. Em conferência de imprensa, o dirigente da OLP voltou a referir que comunidade internacional tarda em concretizar as promessas de auxílio ao governo autónomo de Gaza e Jericó.

"As promessas internacionais são só tinta em papel e nada vimos de concreto até agora", lamentou Arafat.

O líder da OLP acusou também Israel de faltar aos seus compromissos e de "não querer manter a paz", ao recusar atribuir à autoridade palestina os fundos que lhe são devidos por força do acordo económico.

Num discurso perante cerca de mil pessoas que o saudaram no hotel Palestina, em Gaza, Arafat declarou: "Concluímos a paz dos bravos, mas parece que a outra parte não deseja conservar esta paz".

"É preciso que os israelitas nos entreguem o dinheiro dos nossos trabalhadores que retêm, bem como os impostos que recolhem", acrescentou.



De visita ao nosso país, Elias Freij, Presidente da Câmara Municipal de Belém e ministro do Turismo e Arqueologia da Autoridade Nacional Palestiniana, encontrou-se com uma delegação do CPPC, acompanhada por alguns jornalistas, e com Manuel Carvalho da Silva e Florival Lança, da CGTP, e visitou a Câmara da Amadora. Para além da situação concreta vivida nos territórios recentemente libertados e da situação no conjunto da Palestina, foi considerada a eventual deslocação de um grupo português à região

fim-de-semana, a sondagem efectuada pelo telefone junto de 1.606 eleitores, revelou que o novo governo não tem o apoio de apenas 43 por cento dos japoneses.

A taxa de popularidade do actual governo é uma das mais baixas de sempre após a formação de um executivo.

Entretanto, um ex-oficial do exército imperial japonês quebrou um silêncio de quase 50 anos ao ter admitido ter dado uma ordem no final da guerra para que fosse destruída documentação sobre o programa de desenvolvimento de armas biológicas. Entre as unidades que receberam a ordem incluía-se a famosa unidade 731 que conduziu experiências biológicas em prisioneiros de guerra no seu laboratório situado na região nordeste da China. Milhares de prisioneiros, incluindo chineses, coreanos, russos e mongóis, terão morrido nessas experiências, cuja ocorrência nunca foi reconhecida pelo governo de Tóquio.

UNICEF

Os Estados Unidos e a Checoslováquia são os países industrializados com maior índice de mortalidade infantil devido a maus tratos, segundo o último relatório da UNICEF sobre "O Progresso das Nações 1994". O relatório aborda a nutrição, saúde, educação, planeamento familiar, progresso para as mulheres, direitos da criança, o mundo industrializado e disparidades nacionais de desempenho. No capítulo dos direitos da criança, aponta como a situação mais grave o "aumento da indústria de turismo de sexo e da prostituição infantil", calculando-se que existem mais de um milhão de casos só nos países asiáticos. Outra das questões levantada foi o de milhares de crianças que morrem ou ficam estropiadas devido as cerca de 100 milhões de minas escondidas no solo em 62 países. O relatório adianta que não existe uma relação lógica entre o nível económico de um país e o bem-estar da sua população.

Segundo a Unicef, um grande número dos países mais pobres atinge 80 por cento de vacinação das crianças, enquanto países mais ricos ficam aquém destes números. De acordo com o mesmo relatório, a educação estagnou ou retrocedeu em muitos dos países. E sublinha-se que dois terços das crianças entre os seis e os 11 anos que não frequentam a escola são raparigas.

Nem todos os dados do relatório são negativos: por exemplo, em 24 países em desenvolvimento a taxa de má nutrição infantil foi reduzida para menos de 10 por cento e cerca de 80 países conseguiram vacinar 80 por cento das suas crianças contra a poliomielite.

A ponte é uma passagem

Nuno Vitorino, 27 anos, eleito na Junta de Freguesia do Pragal pela CDU, é um dos milhares de sacrificados utentes da Ponte 25 de Abril. Como trabalha na Adegua Cooperativa Agrícola de Loures, conhece não só as dificuldades de chegar a Lisboa como as de atravessar a capital, ainda lhe sobrando tempo - na hora e meia a duas horas que chega a demorar para chegar ao trabalho - para "apreciar" os tormentos de quantos com ele se cruzam no calvário da Calçada de Carriche.

Este jovem, que no anterior mandato autárquico fez parte da Assembleia Municipal de Almada, é membro do PCP e da JCP. Garantiu-nos que não pertence à tenebrosa associação de extremistas que o PSD julga estar na origem dos protestos da Ponte e ainda conserva espírito de humor bastante para comparar as medidas de Ferreira do Amaral à história do médico e do coxo (esse mesmo, que confrontado com as queixas do paciente de que se sentia desequilibrado, resolveu o problema cortando-lhe a outra perna). Fomos descobrir Nuno Vitorino no Pragal, numa tarde de sábado bem mais calma do que aquela em que as forças policiais invadiram a freguesia. Uma trégua na luta, diz-nos o nosso entrevistado, que vai prosseguir até que os moradores da margem Sul deixem de pagar tributo para ir trabalhar.

Os cidadãos da margem Sul não estão dispostos a aceitar nem este aumento, nem os próximos, e estão determinados em conseguir a abolição definitiva das portagens



Sempre se pagou portagem na Ponte 25 de Abril; sempre houve aumentos dessa portagem, alguns até bastante significativos. O que é que foi que mudou para os utentes terem agora esta reacção tão forte contra a portagem?

Penso que a reacção deriva, em primeiro lugar, da brutalidade do aumento. Um aumento de 50%, tendo em conta a evolução dos ordenados e dos rendimentos das famílias portuguesas, choca, levando as pessoas a tomar determinadas atitudes que noutras circunstâncias, apesar do desacordo com os aumentos, não tomariam. A dimensão do aumento é um dos factores primordiais desta reacção.

A este aspecto soma-se o acumular do sentimento de injustiça que é esta portagem.

Os utentes habituais da Ponte são pessoas que, na sua maioria, moram na margem Sul e se deslocam todos os dias para o seu trabalho, não dispondo de nenhuma alternativa para atravessar o rio em que não seja necessário pagar. Este é um aspecto importante que não se deve esquecer - o morador da margem Sul tem de pagar uma portagem para ir trabalhar, seja na Ponte, seja no barco.

E o barco nem chega a ser uma alternativa viável para quem necessita de utilizar o carro...

Exactamente. Para quem tem de se deslocar com a sua viatura, o barco não é de facto alternativa. Os tempos de espera nas bichas do barco não são nada inferiores aos da Ponte.

Creio que esses dois factores - o aumento brutal e o sentimento de injustiça -, num momento em que é um dado adquirido que a Ponte está paga, quando as pessoas se aperceberam que esta é a única portagem do país apesar de existirem outras pontes tão importantes como esta que têm igualmente custos de manutenção e onde no entanto não se paga qualquer portagem, levaram à tomada de consciência de que existe uma discriminação do morador da margem Sul relativamente aos outros portugueses.

O que nos leva para a questão da taxa ou do imposto. Afinal, o que é que se paga na Ponte 25 de Abril?

A discussão sobre se a portagem é uma taxa ou um imposto ficou ultrapassada a partir do momento em que o ministro Ferreira do Amaral veio explicar ao país as razões do aumento. Uma taxa de utilização - como se dizia que era a portagem - é, por definição, algo que se paga por um serviço prestado; quando se afirma que o pagamento se destina a algo que ainda não existe e portanto não se utiliza, nem se sabe sequer se virá a ser utilizado pelas pessoas a quem se pretende fazer a cobrança, não se está evidentemente perante uma taxa e muito menos perante uma taxa de utilização.

Os moradores da margem Sul, como a maioria dos portugueses, estão conscientes desta realidade. Ninguém de boa-fé pode chamar taxa a uma portagem que se destina, como o próprio ministro disse, a custear a instalação do comboio na Ponte 25 de Abril e a construção da nova ponte do Montijo.

O que o ministro não disse foi que o Governo assinou um contrato com uma empresa privada, a Lusoponte, a quem concede a exploração, a partir de 1998, quer da Ponte 25 de Abril quer da Ponte do Montijo. O que significa que os moradores da margem Sul continuam a ter no seu horizonte futuro o pagamento de portagens para chegar a Lisboa...

A existência de portagem é de há muito combatida pelas autarquias do distrito de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa em geral. A questão não apareceu agora com a contestação dos cidadãos aos novos aumentos; a reivindicação da abolição definitiva da portagem já vem de longe, de forma a acabar com a discriminação de que são alvo os moradores do Sul, os únicos obrigados a pagar um tributo para ir trabalhar.

A concessão da exploração das duas pontes à iniciativa pri-

vada não é naturalmente do interesse dos moradores e dos utentes em geral. A qualquer empresa interessa o rentabilização dos seus investimentos, não o exclusivo benefício dos utentes.

No caso concreto, e tanto quanto se sabe, investimento nem haverá muito. Como disse o ministro, pretende-se que sejam os utentes da actual ponte a financiar a nova ponte...

É uma situação caricata. Pretende-se que sejam as próprias pessoas a financiar um serviço que virão a utilizar e a pagar, antes mesmo dele existir. Não só irão pagar o serviço como também pagarão para ter esse serviço, o que é uma situação inédita ao nível do investimento privado. Trata-se, ao fim e ao cabo, de o privado conseguir as suas fontes de capital para os seus investimentos junto dos mesmos que irá voltar a cobrar quando fizer esses investimentos. Encontramo-nos numa situação de duplo pagamento.

Mas voltando à questão da chamada taxa de manutenção, que tem justificado a portagem, importa dizer que não é justo que sejam os moradores da margem Sul a arcar exclusivamente com esses custos. A existência de uma ponte, seja ela onde for, tem de dizer respeito a todos os portugueses. Quer more no Algarve ou em Trás-os-Montes, o cidadão sabe que se quiser pode utilizar a Ponte 25 de Abril, tal como os moradores da margem Sul sabem que têm o direito de passar qualquer ponte em qualquer ponto do país. Quer isto dizer que, para que possamos utilizar qualquer ponte em Portugal, todos os portugueses têm de contribuir para a manutenção de todas as pontes.

A Ponte, como de resto todos os serviços de utilização pública, existe para servir todos os portugueses, pelo que todos devemos contribuir para a sua manutenção, através dos impostos. Não é porque uns utilizam mais frequentemente a Ponte do que outros que devem acarretar sozinhos os custos de um bem que é da comunidade.

Tendo em conta que existe um contrato assinado entre o Governo e a Lusoponte cuja filosofia é bastante diferente da que enunciamos, sobram motivos de preocupação para moradores da margem Sul. Passada a trégua de dois meses agora em vigor, o que é que vai acontecer?

Penso que quem também deve estar preocupado com esse contrato e esta situação é o Governo. O ministro Ferreira do Amaral esqueceu, de certa forma, o erro do aumento imposto, voltou atrás, mas não resolveu o problema. Há um contrato assinado com uma empresa em que se estipula a paridade de ambas as portagens e o certo é que os utentes da Ponte 25 de Abril não estão dispostos a suportar tais encargos.

Por falar em encargos - fala-se em portagens da ordem os 400\$000 - é bom que se diga o que é que isso representa. A primeira vista, pode pensar-se que são meia dúzia de bicas... Acontece que muita gente passa trinta vezes por mês pela Ponte. No meu caso particular, posso dizer que dependendo neste momento qualquer coisa como 3,5 por cento do meu ordenado para pagar portagens; com o novo aumento, irei gastar cerca de 5 por cento do meu rendimento para esse fim.

Quando se fala de 150\$000, são três bicas; quando se fala de 150\$000 vezes trinta, está-se já a falar de 3,5 ou 5 por cento do ordenado de muita gente!

Numa situação em que os aumentos de ordenado são praticamente inexistentes, em que se agravam as dificuldades para fazer face às despesas essenciais, as pessoas que vivem a Sul do Tejo têm ainda de acrescentar despesas de portagem que não são tão insignificantes como isso. Trata-se na prática de um factor de discriminação, perfeitamente inaceitável.

Creio ser intenção determinada dos utentes, como de todos os moradores da margem Sul, prosseguir a luta contra a portagem.

Mesmo dos moradores não utentes da Ponte?

Penso que sim, pois este é um problema que diz respeito a toda a gente e que se repercute na vida das populações ribeirinhas. A portagem funciona como uma dificuldade acrescida às dificuldades do dia-a-dia, e tende a agravar-se com os novos aumentos previstos.

Entrevista com Nuno Vitorino

Texto Anabela Fino



É uma situação inédita. Pretende-se que sejam as próprias pessoas a financiar um serviço que virão a utilizar e a pagar, antes mesmo dele existir. Não só irão pagar o serviço como também pagarão para ter esse serviço, o que é uma situação inédita ao nível do investimento privado

É provável que o Governo esteja à espera de um *timing* melhor, dada a proximidade das eleições legislativas de 1995, mas pelas declarações feitas a intenção é de levar por diante os aumentos até à entrega da exploração da Ponte à iniciativa privada. Ora os cidadãos da margem Sul não estão dispostos a aceitar nem este aumento, nem os próximos, e estão determinados em conseguir a abolição definitiva das portagens.

A questão da acessibilidade a Lisboa é um dos graves problemas com que se debatem os municípios do distrito de Setúbal, em particular os ribeirinhos. Qual o papel das autarquias na procura de soluções para esse problema?

A batalha que os municípios da margem Sul travam relativamente à questão da Ponte e das pontes não se limita à questão do aumento, da brutalidade do aumento. Esta é mais uma oportunidade para trazer à opinião pública a questão das opções tomadas quanto às acessibilidades a Lisboa. É sabido que a generalidade dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa não concorda com a localização da nova ponte no Montijo, por considerar que ela não vai ser alternativa à Ponte 25 de Abril.

Porque?

Porque a ponte do Montijo irá servir sobretudo o trânsito do Sul, do Algarve, e nunca será uma opção para quem mora no Barreiro, em Almada ou no Seixal, que é justamente de onde vem o grosso do trânsito que circula diariamente na Ponte. Para quem vive nos concelhos ribeirinhos não faz sentido deslocar-se ao Montijo, que lhe fica mais longe, para entrar a norte perto de Vila Franca e ter de fazer novo percurso até Lisboa. É de prever que o Montijo vá ter uma ponte bastante des congestionada, enquanto Almada continuará a contar com uma ponte bastante congestionada.

Para a maioria dos municípios, a alternativa seria uma ponte no Barreiro, essa sim capaz de dividir o trânsito e de descongestionar a actual ponte.

Além disso, os municípios defendiam - e mais uma vez não foram tidos em conta - a introdução de um transporte de massas rápido, sobre carris, que transportasse as pessoas com rapidez e as distribuisse pelos diferentes pontos de partida e destino. A opção do Governo - um comboio pesado - não corresponde às necessidades nem vai constituir uma alternativa ao transporte particular, já que se trata de concentrar num único ponto de chegada e de partida os milhares de pessoas que diariamente se deslocam para Lisboa.

A proposta das autarquias era radicalmente diferente, tanto ao nível da solução técnica como numa perspectiva de desenvolvimento: um comboio rápido, um metropolitano de superfície, que distribuisse as pessoas pelos locais onde habitam. Isso representaria uma facilidade acrescida para os utentes, e seria ao mesmo tempo um factor de desenvolvimento das localidades da margem sul e de melhoria das condições de vida e de trabalho dos cidadãos que vivem e trabalham do lado de cá.

A opção pelo comboio pesado é desajustada e não corresponde nem as necessidades de quem se desloca para o trabalho na outra margem, nem aponta para uma perspectiva de desenvolvimento dos municípios da margem Sul.

Uma opção, se se concretizar, com consequências negativas para a zona onde se for situar o terminal do comboio...

Sem dúvida. Ao não contemplar a existência de ramais para posterior distribuição dos utentes, o ponto de chegada (ao que consta, no Pragal) irá funcionar como um funil. O comboio vai descarregar todas as pessoas num mesmo local, um local em que dificilmente se irá encontrar espaço para construir estruturas capazes de distribuir as pessoas pelos seus locais de residência, o que não corresponde aos interesses dos utentes.

No caso do Hospital, a existência do Hospital, a existência de um núcleo populacional já relativamente estável, a inexistência de espaço para se construir uma estrutura de apoio a um terminal - eventualmente rodoviário -, leva-nos a crer que esta é uma solução errada, que por um lado não resolve os actuais problemas de acesso a Lisboa e, por outro lado, arrisca criar novos e acrescidos problemas no concelho de Almada.

Quer isso dizer então que as autarquias não foram ouvidas?

As autarquias tentaram fazer-se ouvir, mas os que decidiram fizeram orelhas moucas às razões apresentadas, apesar destas assentarem em estudos sérios, feitos por técnicos de todas as áreas envolvidas. É preciso lembrar que o próprio PDM de Almada apresentou propostas devidamente fundamentadas para a resolução do problema das acessibilidades. Como é hábito, a arrogância e a prepotência do Governo fez com que as opiniões de quem vive os problemas no dia-a-dia e conhece a realidade da nossa área não fossem ouvidas.

A falta de diálogo esteve bem patente na forma como o Governo respondeu aos protestos populares. A repressão policial teve no Pragal consequências dramáticas, com um jovem em risco de ficar paraplégico para o resto da vida. Como é que as pessoas estão a reagir a esta actuação?

A forma como não só os utentes mas a população em geral reagiu à presença e às atitudes brutais das forças policiais, designadamente do Corpo de Intervenção, é elucidativa da total rejeição desta tentativa de calar pela força um justo protesto. A população está naturalmente chocada por esta verdadeira invasão do local onde habita, de certa forma até da sua privacidade. É preciso que se diga que o Corpo de Intervenção e a PSP

não se limitaram à zona da portagem, mas invadiram literalmente a freguesia do Pragal, o seu núcleo histórico, as suas praças e ruas, e bateram indiscriminadamente em toda a gente. As forças policiais chegaram mesmo a invadir a capela que serve de casa mortuária e a interromper um velório, sem o mínimo respeito pelo sofrimento de quem perdera um familiar. Quem não respeita os vivos também não sabe respeitar os mortos.

A carga policial que veio a provocar o baleamento de um jovem de 18 anos chocou e revoltou toda a gente, assim como está a provocar a maior indignação a forma cobarde e mentirosa como o Governo continua a negar a responsabilidade das forças policiais nos acontecimentos.

Como é que vai ser em Setembro?

As medidas propostas pelo ministro Ferreira do Amaral não dão resposta às necessidades e aspirações da população. O que está em causa é não só o 'não' definitivo aos aumentos, mas também o 'não' definitivo às portagens.

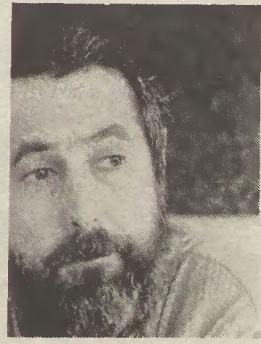
Esta solução de suspender o pagamento das portagens em Julho destina-se naturalmente a acalmar o descontentamento dos utentes e a tentar fazer cair no esquecimento as suas reivindicações. Não creio que vá dar os frutos que o ministro pretende. Quando se cnegar a Setembro os utentes vão voltar a insurgir-se contra a existência da portagem, contra a discriminação de que são alvo e dizer ao Governo que não estão dispostos a continuar a pagar.

És utente da Ponte, moras no concelho de Almada, és membro do PCP... Fazes parte da famosa 'organização' subversiva de que fala o PSD para justificar os protestos populares?

Essas acusações do PSD são, no mínimo, ridículas. É evidente que o PCP apoia as reivindicações dos utentes e da população em geral, mas nada disso é novo. Sempre fomos defensores da abolição das portagens e condenámos desde o início os aumentos anunciados pelo Governo. O movimento de protesto a que o país assistiu foi no entanto um movimento espontâneo de cidadãos, com que o PCP evidentemente está solidário, mas que não organizou. É claro que no protesto estiveram com certeza comunistas, como estiveram pessoas de outros partidos, e pessoas sem partido: os utentes da Ponte não são diferentes do resto dos portugueses. Por isso mesmo é que as atoardas do PSD só serviram para denegrir quem as lançou, pois são um regresso a métodos bem conhecidos do período mais negro da História de Portugal, os métodos do fascismo.

O movimento de protesto a que o país assistiu foi um movimento espontâneo de cidadãos, com que o PCP evidentemente está solidário

FOME no Alentejo



AGOSTINHO LOPES
Membro da Comissão Política

Mas não há nada de fatal, de natural, de inelutável, na fome alentejana. Como se demonstrou à saciedade, até nas mais recônditas aldeias alentejanas, com as portas que Abril abriu!

Com ar de escândalo, o «Público» de domingo (3.7.94) noticiava a recusa de uma autarquia alentejana em participar na distribuição de bens da Cruz Vermelha aos que no Alentejo sofrem de fome.

E é sobre o escândalo da fome que hoje vos escrevo, trabalhadores do Alentejo. No vosso jornal, o «Avante!». No jornal que deu voz e foi intervenção organizadora da vossa luta contra a fome do latifúndio guardado pelas botas cardadas do fascismo (que há quem diga hoje nunca ter existido). No jornal que abrigou emocionado nas suas páginas então libertas da clandestinidade, a gesta dos que, «levantados do chão» onde nunca ajoelham, fizeram a Reforma Agrária. No jornal que denunciou, ainda Abril crescia, a terra queimada em que o latifúndio pretendia jugular a revolução nascente e os vossos anseios de justiça, de liberdade e de trabalho. No jornal que abrigou a vossa luta de resistência contra a sanha reaccionária de destruição de Abril nos campos do Alentejo. No vosso jornal, no jornal do PCP, onde sempre a vossa fome esteve presente como razão essencial da luta dos comunistas e do seu Partido. Do Partido, ontem e hoje, de Catarina, ontem e hoje, de Caravela e Casquinha. Ontem e hoje dos que têm fome no Alentejo, em Trás-os-Montes ou nas Beiras. Em Lisboa ou no Porto. No Mundo.

E é por isso que não podemos, nem podeis, aceitar que usem a vossa fome para campanhas contra o vosso Partido.

Não podemos tolerar que a vossa fome seja pasto dos que vendem papel de jornal, audiências de rádio e televisão.

Não podemos tolerar a indignidade, a afronta, a hipocrisia dos que tudo fizeram, ou tudo consentiram, para que novamente houvesse fome no Alentejo. Dos que tudo fizeram (ou tudo consentiram) para que os alentejanos regressassem aos caminhos da emigração, em busca de trabalho de que foram despojados no seu País. Dos que tudo fizeram (ou tudo consentiram) para vos roubar a terra, que só era vossa, porque nela se afundavam os vossos braços de trabalho. A terra pão das searas de Abril. A terra solidária que irmanou convosco todos os trabalhadores portugueses. A terra emprego das vossas cooperativas, portas abertas para todos os homens e mulheres de boa vontade deste País.

É difícil a paciência perante a hipocrisia, a desfaçatez, dos que hoje «usam e abusam» da vossa fome na comunicação social.

Sempre foi fácil perceber o ódio de classe do latifúndio à Reforma Agrária. Ela é a negação e a superação de uma história de exploração, de domínio, de humilhação. De uma história, também, de resistência e luta.

Mais difícil é a compreensão do anticomunismo vesgo contra o Alentejo da Reforma Agrária, dos que aparentemente assumiram a democracia, a liberdade e a justiça social como valores da sociedade portuguesa, como vivência e não como retórica vazia, palavras, como sol para todos e não privilégio de uma minoria de portugueses.

É assim que não podemos calar a denúncia dos que, falando da vossa fome, tudo fizeram para impedir primeiro e destruir depois a Reforma Agrária.

Dos que hoje, dando notícias da vossa fome, e ontem, sob a benção do latifúndio, iniciaram a contra-revolução legislativa contra a Reforma Agrária. E que depois fizeram outra e outra lei... até que não houvesse dúvidas que toda a terra, que era de quem a trabalhava, passasse novamente para as mãos (dos) que nunca a trabalharam, nem a trabalharão nunca.

Dos que hoje, hipocritamente, enviam alimentos para a vossa fome e até se espantam com a vossa dignidade de homens e mulheres inteiros, e ontem caluniaram a vossa luta, insultaram o Partido que a dirigiu e apoiou, e espezinham até ao infinito o estado de direito nascido com Abril, calcando as leis que eles próprios tinham feito, não executando um único dos 531 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis às UCP/Cooperativas!

Dos que hoje se escandalizam por autarquias alentejanas não participarem na distribuição de bens da Cruz Vermelha, e ontem se escandalizaram com a participação das autarquias alentejanas na luta em defesa da Reforma Agrária.

(São os mesmos que confundem a dádiva fraterna e solidária num momento ou situação de aguda necessidade, com a esmola humilhante, temporizadora ou até cúmplice, com as causas objectivas da fome alentejana! Pode tudo parecer igual, mas a diferença é um abismo... a que separa homens livres e iguais de homens que dependem, para viver, do arbítrio de outros homens).

Dos que hoje, hipocritamente, usam a vossa fome para disputar votos a Cavaco Silva, e ontem, com os cavacos silvas e os manuéis monteiros de ontem, destruíram as cooperativas, sangrando-as gota a gota da terra. Terra novamente desfigurada por coutadas e aramados, para os senhores do dinheiro deste país ou endinheirados turistas se divertirem.

Dos que hoje, hipocritamente, lamentam a vossa fome, e ontem assinaram, em condições ruinosas para a agricultura portuguesa, a adesão de Portugal à CEE, ontem aplaudiram a Reforma da PAC, legitimando o latifúndio e a coutada. Pior, assegurando uma renda ao latifúndio para que seja preservado em bom estado de conservação...

São os mesmos que não se indignam perante as dádivas aos agrários: prometidos mais de 100 milhões de contos de dinheiros públicos de indemnizações pela expropriação de terras, mais 22 milhões de contos de dinheiros comunitários pela pseudoredução dos efectivos pecuários durante a Reforma Agrária. Os mesmos que não se indignaram com os milhões de contos dados pelo Governo a Thierry Roussel, antes animaram as ilusões de um capitalismo agrário, «moderno», que iria salvar o Alentejo e dar emprego aos alentejanos.

Dos que hoje, hipocritamente, citam a vossa fome e amanhã vão rever (como ontem) a Constituição com a direita. Os mesmos que sendo poder sempre a violaram em matéria de política agrícola e reforma agrária. Os mesmos que sendo oposição sempre se esqueceram do seu não cumprimento por omissão. Os mesmos que amanhã, provavelmente, (oxalá eu me engane), vão aceitar eliminar da Constituição aquilo a que a direita chama «ganga ideológica»: a liquidação do latifúndio. Os mesmos que, esquecendo a vossa fome, vão com a direita tentar enfraquecer eleitoralmente o vosso Partido, tentar ganhar na secretaria o que o voto dos alentejanos nunca lhes deu!

Dos que hoje, hipocritamente, fingem falar da vossa fome para falarem insidiosamente contra o vosso Partido. Os que pretendem atribuir a crise e a situação dramática que se vive no Alentejo à prolongada, persistente e indomável luta de vida ou morte que o proletariado alentejano travou em defesa da Reforma Agrária. Os mesmos que pretendem responsabilizar o PCP e as organizações de trabalhadores por não terem baixado os braços, por não se terem conformado com as ilegalidades, as injustiças,

as prepotências. Os mesmos que queriam uma Revolução, uma Reforma Agrária, feitas a régua e esquadro, feitas em gabinetes de ministros e debates de um parlamento. Vertida em diário oficial, talhada a decretos e portarias. Uma Revolução e uma Reforma Agrária sem erros, sem o pulsar tumultuoso das massas que tomam o seu destino nas próprias mãos, sem nervo nem paixão..., sem trabalhadores. Uma Revolução e uma Reforma Agrária que ignorassem a luta de vanguarda da classe operária e dos trabalhadores portugueses durante meio século, que ignorassem o PCP, que convosco, com a vossa fome, contra a vossa fome, resistiu e lutou até Abril vencer.

Os que, indiferentes à brutalidade, ao terrorismo, ao totalitarismo do latifúndio, e pensando achincalhar a vossa luta e a vossa obra, a disseram (e ainda hoje o dizem) cópia de um colectivismo tardio, receita de um Partido ultrapassado pela história, tão cegos que estavam pelos preconceitos ideológicos e de classe, à criatividade, à inovação, à alegria e à emoção com que moldastes a experiência única da vossa acção cooperativa, do vosso trabalho agrícola, da vossa intervenção política e social. Tão cegos que estavam e estão para a bandeira da Reforma Agrária, que noutras latitudes continua a animar a luta dos povos contra a fome. (Olhai o Brasil!)

Os responsáveis da fome no Alentejo são conhecidos: é o latifúndio, são os partidos e as associações de direita, o PSD e o CDS, a CAP.

Mas quem pode esquecer a gravíssima e primeira responsabilidade do PS no processo de liquidação da Reforma Agrária?

Quem pode esquecer a responsabilidade de personalidades que hoje cobrem de palavras a crise provocada pelos interesses do latifúndio que ontem defenderam? Que não são apenas aqueles que, encadernados por togas universitárias ou roupagens de poder, concorrem à compita a ver quem diz a maior asneira ou insolência sobre o Alentejo. (São conhecidas as douts palavras do Dr. Manuel Nazareth, «... O Alentejo é reserva estratégica do século XXI». «É uma região que possui uma clara vocação para ser transformada numa sociedade de serviços, virada para a exploração da caça, que é incompatível com a existência de uma população densa». «A agricultura deveria ser remetida para zonas que têm aptidão». São conhecidas as ministeriais palavras de Valente de Oliveira, «O alentejano não sabe usar a água» e «passarão muitos anos até que consiga passar das culturas de sequeiro para as de regadio». São conhecidas as recentes e enternecedoras palavras do socialista Presidente da Câmara de Almodôvar que apela à solidariedade para «com estes portugueses que tiveram a infelicidade de nascer numa das regiões mais pobres da Europa...»!)

São todos, mas todos os que falam hoje da fome e do desemprego no Alentejo e esquecem a Reforma Agrária. E esquecem os autores morais e materiais da destruição da Reforma Agrária. Mas também os que, cidadãos conscientes deste País, silenciosos, aceitaram, sem uma palavra de protesto, que a infâmia regressasse aos campos alentejanos. E que o doloroso calvário da falta de trabalho, da emigração, da fome, regressassem como uma maldição, como uma praga, ao Alentejo.

Mas não há nada de fatal, de natural, de inelutável, na fome alentejana. Como se demonstrou à saciedade, até nas mais recônditas aldeias alentejanas, com as portas que Abril abriu!

São todos os que enchem a boca com a democracia, mas ignoraram e ignoram que a Reforma Agrária tem sido persistentemente sufragada através do voto do Alentejo no Partido, o PCP, que historicamente sempre defendeu, apoiou e lutou pela Reforma Agrária.

São ainda todos, os que hoje pensam poder ultrapassar a crise económica, social e política alentejana, sem abordar o incontornável problema da posse da terra. Todos os que pensavam ou pensam que o Alentejo vai viver ou sobreviver sem agricultura. Hoje, como ontem, o Alentejo precisa de uma Reforma Agrária.

A terra a quem a trabalha. Viva a Reforma Agrária.



■ César Príncipe

A nova

censura

A Censura existe. A imposta e a auto-imposta. Desde o princípio da vida e da competição das espécies que se engendraram as formas mais violentas ou astuciosas de Exame Prévio e de Estatuto Editorial. Desde o início das relações de Poder que se julgaram, umas vezes sumariamente, outras vezes com crudelíssima pompa, pensamentos, palavras e obras. A História da Censura é mais remota do que a Humanidade. Todo o ser, mais ou menos orgânico, é seu agente e seu padecente, de acordo com os «regulamentos» das oligarquias da estupidez e a capacidade de réplica dos partilhadores da lucidez. Existe, pois, um constante dispositivo e a decorrente disposição para matar no ovo ou em pleno voo as aves da inquietação, da novidade e da discórdia. Com esta perspectiva da complexidade e da longevidade dos reflexos e das condutas proibicionistas, apenas se pretende fazer recuar o conceito e preconceito de Censura, que o autor de alguns dos seus «Segredos» considera um exercício bem mais antigo do que a mais antiga profissão do Mundo.

O livro, agora relançado, é uma ínfima mas categórica amostra das intervenções de uma falange política de estirpe lusitana, parcialmente posta fora de acção em 25 de Abril de 1974. Contém um painel de instruções dos «coronéis», entre 5 de Janeiro de 1967 e 24 de Abril de 1974. Este sumário e sudário de brutalidades europeias, cristãs e ocidentais inclui ainda uma série de circulares dos Correios e Telecomunicações de Portugal, de 1970 a 1973, onde se listavam, cita-se, «publicações proibidas de circular, cujos exemplares deverão ser apreendidos e enviados para a Direcção-Geral de Segurança». Eis,

portanto, alguns registos da fase terminal do fascismo à portuguesa, que infelizmente ainda hoje constitui uma revelação para multidões de cidadãos, privados de memória do seu país, privação que redundava em técnica censória. Registos desta tipologia exigiam passar à hora da «Taça de Portugal», com a augusta e macerada presença da ministra da Educação e dos restantes pares e ímpares do Reino. Não tenho qualquer dúvida de que o Poder vigente, aquele que determina as rações para o gado audiovisual e delimita a zona de pastagens celulósicas, é herdeiro e cúmplice dos excelentíssimos, reverendíssimos e cretiníssimos dinossauros. A geração dos «cornéis» honra a dos «coronéis». Por isso, independentemente de causar alguma perplexidade aos instalados, acomodados e refastelados da Normalidade, recuso iludir-me com o presente quadro de liberdade de Expressão.

Os meios que condicionam a mentalidade nativa têm dono, suposto ou interposto, e obedecem a directrizes (peremptórias ou tácitas), no sentido da concertação dos interesses político-económicos, guiando-se, consequentemente, por um objectivo de difusão e informações e valores, que sirvam, no essencial, a voz do dono. As privatizações, de resto, coordenaram-se neste espírito: o da transferência, da

«Os Segredos da Censura» é o livro, agora publicado na Caminho, de César Príncipe, lançado publicamente há alguns dias numa sessão que decorreu no Clube dos Jornalistas onde, na apresentação da sua obra, o autor fala da Censura, de antes e de agora

paz das consciências. O único contrapeso a tal controlo gradualizador das fronteiras da Censura e da Liberdade e dos espaços de monolitismo e de diversidade adviria da possibilidade da instituição de órgãos de Televisão, Rádio e Imprensa escrita que vertessem nos olhos e nos ouvidos dos respeitáveis consumidores outras imagens, outros sons e outros idiomas da Realidade, outros apelos para a Invenção do futuro. Mas tal possibilidade reduz-se a uma abstracta e ingenuíssima hipótese: é uma impossibilidade (aqui e agora).

Qualquer órgão, mesmo não muito viril, implica milhões de contos em campanhas de projecto, na implementação de estruturas industriais e de recursos profissionais e na manutenção do *timing* de conquista e consolidação de fatias de mercado. As nacionais e multinacionais de publicidade, as opções sectarizadas dos anunciantes e os critérios eutanásicos da Banca, para além dos impedimentos legais e políticos na repartição das antenas e editais da pátria, estabelecem uma sucessão de desincentivos, que transformam em miragem dos inconformados o acesso aos coqueiros hertzianos do Situacionismo.

Depois...

Depois, os jornalistas também não actuam em uníssono, fraccionando-se por emergências pessoais ou rendendo-se a seduções do ecossistema e à convertibilidade da ética. Depois, promove-se o espectáculo em vez da vivacidade das reportagens e dos comentários, amortecendo-se as defesas críticas dos utentes de notícias e códigos de análise. Depois, reforçam-se as novas censuras, desde o puro e duro corte à sábia omissão, ao sen-

mentos de gestão e emoções, motivações e reacções. E mesmo que subsistam episódicos amuos, certas idiosincrasias clientelares, porventura certas estilizações para cativar elites e certos esforços do *marketing* da isenção – acabam residualmente por consensualizar-se e confluir energias para perpetuar o sistema. São eles que administram as doses e as poses, o calendário de impactes, a guerra das audiências e a

sato adiamento, ao esvaziar das curiosidades, à diagramação do relevante e do irrelevante, na escala que convém aos fabricantes de *manchettes*, mesas-redondas e ligações de satélite. Depois, recrutam-se perfis de jornalistas e perfis de convidados, de molde a obter-se, no saldo geral, os visados feitos e os desejados defeitos. Depois, o sistema informático presta uma providencial ajuda ao sistema político, consentindo repentinos acidentes de limpeza. O computador também adquiriu a patente de «coronel». É uma nova modalidade de Censura, a electrónica. Depois, nada é deixado às tentações da Liberdade, organizando-se cautelosamente a hierarquia e a incumbência de tarefas, relativizando-se o papel dos jornalistas na feitura diária e na supervisão periódica, quer neutralizando jornalistas pelo desânimo ou pelo aliciamento, quer ignorando as suas células de sobrevivência como corpo redactorial e como classe (Conselhos de Redacção, Delegados Sindicais e Sindicato). Depois, o Poder ainda se sente ressonante das proximidades dos ciclos do 25 de Abril, em que os trabalhadores da Informação detiveram uma efectiva influência no processo criativo dos produtos da Comunicação Social.

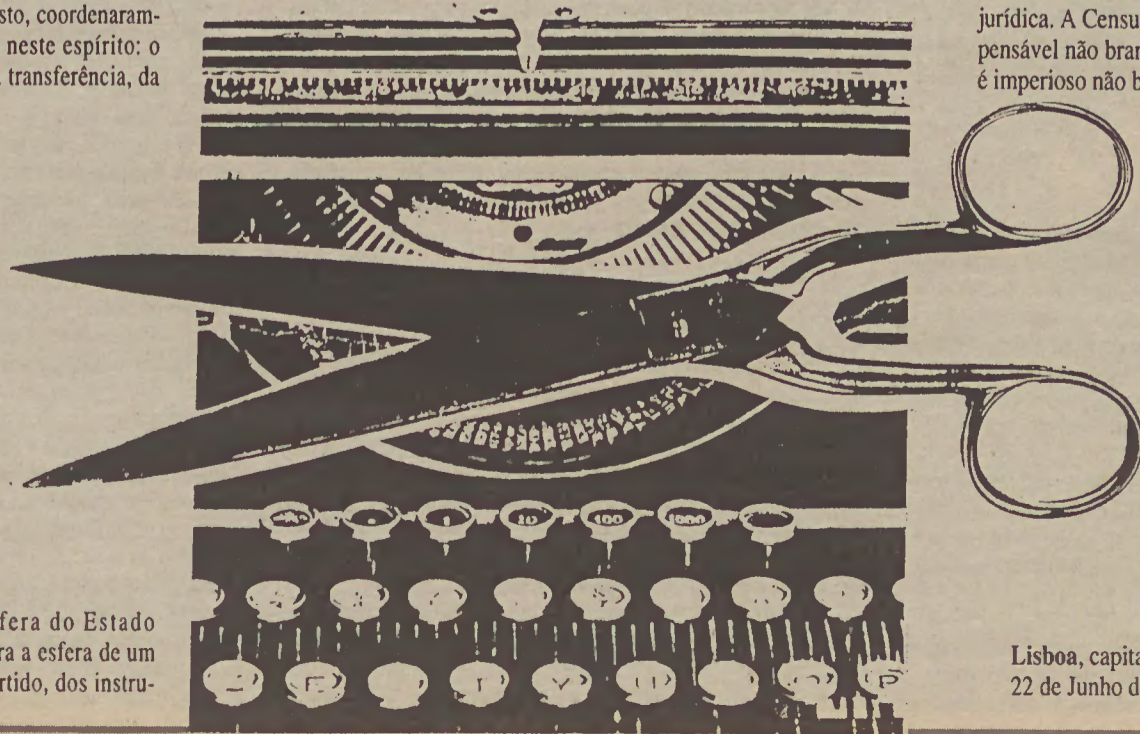
Depois e agora o Poder vem retirando aos jornalistas o máximo de capacidade de pronúncia vinculativa e, por outro lado, agravando as sanções penais para os «delitos» de Informação e de opinião. A sanha da caça ao jornalista vai tão longe que procura impor aos tribunais céleres procedimentos com os infractores da Imprensa, isentando-se simultaneamente os directores de co-responsabilidade, a fim de desamparar os que pisam o risco do Situacionismo. Isto é, manadas e manadas, alcateias e alcateias de criminosos de grande, médio e pequeno gabarito andam por aí alegremente, ufanando-se das demoras processuais, acalentando a expectativa das prescrições ou piamente crendo na bênção de mais uma *tournee* papal e na benevolência de mais uma celebração democrática. Os jornalistas, que não desistem de o ser, esses são matéria prioritária do Estado. O Procurador-Geral da República bem se afadiga para que os saqueadores do Fundo Social Europeu venham a sentar-se no banco dos réus. Mas, senhores, a Justiça é mais cega do que os fundistas. Os regalados «europeus» continuam a confraternizar com o sistema, o regime e os seus soberanos e indefesos sustentáculos. O Governo preocupa-se com os jornalistas que ainda teimam em ser livres, manter a dignidade, e desafiar os novos «coronéis», os «bacharéis». E não é igualmente por acaso que, em 20 anos de Democracia, os chamados ou alegados delitos de Imprensa nunca houvessem sido contemplados nas rifas da pacificação e da indulgência, as famigeradas amnistias. O Poder sabe por quê. E nós também. É a Nova Censura: económica, política e jurídica. A Censura existiu. A Censura persiste. É indispensável não branquear o Antigo Regime, mas também é imperioso não branquear o Novo.

É o terrorismo de santas e laicas alianças do Situacionismo, onde campeiam favoritas do harém mediático, contrabandistas de coca e tabaco, traficantes de facturas falsas e recibos verdadeiros, artistas de trampolim, vulgo trampolineiros, peões do xadrez que tratam o «rei» por tu e os iluminados das estrelas do «ECU». Mas se o «ECU» é lá com eles – a Liberdade é causa e coisa nossas.

Muito Boa-Tarde
E cuidado com o SIS
(Silenciamento da Imprensa e do Sindicato)

Lisboa, capital da Cultura e de vários prodígios
22 de Junho de 1994

esfera do Estado para a esfera de um Partido, dos instru-



ALERTA vermelho

■ José Bernardino

para o sector cooperativo

Declarações recentes do ministro do Planeamento e Administração do Território dando conta da intenção do Governo de rever «a toda a pressa» o Código Cooperativo bem como a insistência junto das estruturas cooperativas para que apresentem os seus pareceres sobre um projecto de revisão que o INSCOOP lhes remeteu... suscitam várias interrogações e fundados receios de estarmos em presença duma tentativa de desnaturar o carácter e a viabilidade do nosso sector cooperativo. Nas duas versões do projecto que conhecemos, sobretudo na primeira onde é mais fácil apreender as intenções dos técnicos que as elaboraram, emerge uma intenção de assimilar cooperativas a sociedades anónimas, de tornar menos imperativa a participação dos cooperadores na gestão e nos órgãos sociais e de subverter os princípios cooperativos do voto, abrindo a possibilidade de controlo por capital financeiro. Examinemos se aquelas prevenções têm sentido, quando a burocracia do INSCOOP e o Ministério dito de tutela poderão dizer, com verdade, que a reclamação da necessidade de rever o Código partiu de sectores e dirigentes do próprio movimento cooperativo.

O grande surto do movimento cooperativo e autogestionário, que a Revolução de Abril fez eclodir e teve apoio dos governos provisórios, reforçou a amplitude das cooperativas de Consumo e Habitação e fez surgir, com grande pujança, cooperativas em sectores não tradicionais (de Produção Operária na indústria, de Serviços em diferentes ramos, vocacionadas para o Ensino e outras actividades culturais e sociais). Independentemente do seu papel valioso na defesa da jovem democracia, da economia nacional e dos postos de trabalho, o sector económico cooperativo atingiu relevância tal que acabou por ter consagração constitucional a par dos sectores económicos público e privado.

Na lógica de recuperação capitalista prosseguida pelos sucessivos governos posteriores não cabia um sector económico cooperativo forte e dinâmico, a não ser para uns fogachos demagógicos sobretudo na área da habitação económica. Assim foi-se assistindo, em paralelo com a ausência de políticas a medidas de apoio e incentivo (designadamente jurídicas ou de assistência técnica e financeira) a uma erosão progressiva de direitos e regalias que as cooperativas usufruíram e, inclusive, a restrições ao âmbito da sua actividade.

Exemplos não faltam. É a extinção, por si reveladora, da Secretaria de Estado para o Sector Cooperativo, ao mesmo tempo que se provoca a quase paralisação do INSCOOP. É a inviabilização das cooperativas de habitação de propriedade colectiva ou a assimilação das cooperativas de habitação económica a meros promotores imobiliários. É a obstrução da compra por grosso das cooperativas de consumo. Foi a proibição da actividade das cooperativas em áreas de livre acesso ao sector privado, como a mediação de seguros, os transportes internacionais ou as agências de viagem. Para não falar no quadro geral da actividade...

As responsabilidades repartem-se, mas a situação vai-se agravando nos Governos do PS, do Bloco Central e, decisivamente, nos do PSD. Ainda pior: o sector cooperativo, privado dos seus direitos constitucionais, à minguada de apoios e incentivos, é ainda penalizado pelo carácter social da capital (veja-se esta ilustração caricata: nega-se às cooperativas de consumo a concessão de subsídios acessíveis a empresas privadas «porque as cooperativas não são comerciantes»; tributam-se as cooperativas em IRC e retira-se a isenção de imposto de selo «porque as cooperativas são empresas comerciais e a isenção falsearia as regras do mercado»!).

É preciso enfrentar a crise

Não espanta que muitas dezenas de cooperativas tivessem soçobrado em praticamente todos os ramos, mais acentuadamente quanto às de produção (p.e. chegou a haver cerca de uma centena de cooperativas de construção civil, hoje contam-se pelos dedos as que sobreviveram). Nem admira que cooperativas e cooperadores se endividassem perigosamente, recorressem a todas as alternativas disponíveis, incluindo alterações institucionais. Sempre com o total alheamento do Governo e organismos dependentes: nem estatísticas existem sobre as cooperativas que desapareceram!

O que espanta, isso sim, é constatar quantas centenas de cooperativas resistiram, como encontraram formas de cooperação e entrelaçada, associando espírito de luta com melhorias na gestão financeira e dos recursos humanos — sem sacrifício de princípios fortemente enraizados na cultura popular e na procura de novas relações de produção não submetidas às regras da selva capitalista.

Não houve, não era possível nem seria de esperar, uma reacção homogénea nem sintonia no diagnóstico e nas soluções preconizadas. Mas é curioso verificar que as principais divergências não se deveram

às diferenças de opções políticas de membros e dirigentes das cooperativas, mas à prevalência de formas de oportunismo, de instrumentalização e de outras formas de acção que não são enquadráveis nas características próprias, em mutação natural, do movimento cooperativo. Aí está, enorme, pelas consequências subjectivas para o movimento e objectivos para centenas de cooperadores que a construíram, o desastre da FNAC.

Neste quadro recessivo, o processo de integração na CEE e os programas comunitários, designadamente no âmbito do FSE, introduziram elementos de diversão e comprometeram o encontro das soluções de fundo. O acesso a outros recursos e meios converteu-se, para alguns, em panaceia ou finalidade em si, não integrada numa perspectiva de potenciar e consolidar as estruturas cooperativas, em íntima ligação com as bases.

Mesmo que importantes ramos e estruturas do movimento cooperativo tenham saído incólumes, a voga do «novo», «moderno», «empresarial» cooperativismo pressiona e condiciona muitas cooperativas e o próprio movimento para um salto... para o ar! Comprometeram-se, no tempo, formas de organização e gestão novas, modernas, empresariais, cooperativas.

No cortejo, recém-vindos, incorporam-se «teóricos» vendendo produtos tais como o de que as cooperativas não necessitam de regalias, isenções ou mesmo apoios, mas sim que as deixem apenas intervir livremente no mercado como às empresas privadas.

A conjuntura e o desejo de a superar convenceu muitos cooperativistas, deixou livre algum aventureirismo e prejudicou a acção reivindicativa.

Valeu ao movimento cooperativo a sua sólida ligação à realidade e às populações bem como o esforço e a criatividade dos cooperadores consequentes. Por isso, nos deparamos hoje com evidências como a da vitalidade das cooperativas de consumo, com dezenas de milhares de associados e um volume de vendas à volta dos 35 milhões de contos; que são cooperativas quem tem construído parte substancial das habitações de carácter social e mais acessíveis; que temos em Portugal, entre dezenas de cooperativas de serviços, uma das maiores empresas de Taxi da Europa; que são cooperativas quem assegura a maior rede de ensino para crianças desadaptadas e deficientes. Enfim, com estas, são mais de 2000 as cooperativas (sem contar com as agrícolas e de comercialização cuja análise não se visa aqui) que exercem a sua actividade e asseguram trabalho em diferentes áreas da produção, da cultura, da acção social.

Que tem a ver com isto o Código?

Perante a crescente envergadura das dificuldades, gerou-se a ideia da necessidade de retirar do Código alguns bloqueios à actividade cooperativa. Alguns existem, como o impedimento de constituição de uniões polivalentes (com cooperativas de diferentes ramos) ou por não estarem previstas soluções para problemas novos, como o da realização de Assembleias Gerais em cooperativas de grande âmbito geográfico. Já veremos que se trata de problemas facilmente resolúveis por legislação pontual, que o problema essencial não reside no Código Cooperativo mas na legislação aplicável às cooperativas.

Aquela ideia de que o problema está na Lei e não na política seguida, deve ter caído como sopa no mel nas altas esferas governamentais. Durante longo período arrastam-se, sob a égide do INSCOOP, reuniões para discutir a revisão, remetendo-se as conclusões para uma comissão de técnicos.

As cooperativas mantiveram-se alheadas da discussão e foi-se generalizando a convicção de que a revisão não é urgente nem mesmo necessária no contexto actual.

As instâncias oficiais passam a invocar a iminência da discussão no Conselho de Ministros da CEE do Estatuto da estrutura cooperativa, mutualista e associativa europeia, que obrigaria a modificações das legislações nacionais. Pretendem pressionar as estruturas de grau superior para a necessidade da revisão do Código, quando o consenso vai precisamente no sentido contrário: de que são suficientes alterações por decreto-lei, como aquela que foi proposta na Assembleia da República, visando alterar as normas que impedem as uniões polivalentes ou outro, também ali apresentada, com o objectivo de impedir a transformação das cooperativas em empresas privadas (ambos chumbados pela maioria PSD).

O ministro do Planeamento avança na Imprensa com argumentos falaciosos: que seria necessário aproximar a gestão cooperativa do modelo empresarial (?) para atrair investimentos, que os investidores potenciais tem de ver com transparência (!) o modo de gestão da cooperativa

e intervir nela, alcançando-se mais elevados níveis de profissionalização (!). Para completar o ramalhete só faltaria dizer que são os cooperadores quem está a mais...

Toda a gente sabe que não é por não terem gestão empresarial que aumenta em avalanche o número de falências de empresas privadas. Ninguém ignora que, pela sua própria natureza, a gestão das cooperativas é mais transparente que a das empresas privadas (e, até, das públicas sob a batuta do PSD!).

Só um ingénuo, ou um tonto, espera dos investidores capitalistas outro empenho de intervir nas cooperativas que não o de assegurarem o seu controlo e, se possível, apropriarem-se delas.

Vale a pena lutar pelo cooperativismo

O Governo sabe bem que a revisão do regulamento comunitário para as cooperativas, associações e mútuas está em banho-maria: voltou para o Conselho de Ministros em segunda revisão e não se espera aprovação tão cedo.

Por outro lado não está na agenda da Assembleia da República qualquer discussão sobre a revisão do Código.

Assim sendo e considerando o consenso existente de que não é necessária a revisão global, é legítimo concluir que «a revisão a toda a pressa» que o governo preconiza tem uma intenção (mal) escondida.

Pode ter no bojo um pedido de autorização legislativa, invocando sem base conhecimento geral e imposições externas, que permita tentar no plano jurídico o que não alcançou através da sua política: desnaturar e inviabilizar as cooperativas.

É um dura batalha que o movimento cooperativo vai travar.

Forte da sua legitimidade histórica e constitucional, reivindicando as medidas de apoio que a Lei Fundamental explicitamente lhe confere. Lutando contra as discriminações de que é alvo e reclamando um quadro jurídico adequado à sua natureza económica e social. Mantendo-se unido, apesar da diversidade das formas de actividade entre os diferentes ramos do sector cooperativo. Defendendo e potenciando as suas características originais, a sua natureza e a sua raiz genuinamente popular e humanista, donde lhe vem força e viabilidade.

O movimento cooperativo tem demonstrado a sua capacidade de resistir. Saberá, certamente, fazer valer a sua legitimidade e o seu direito de existir.

■ Miguel Urbano Rodrigues

Bloqueios e farisaísmo no Conselho da Europa

Dois temas dominaram a sessão de Junho-Julho da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em Estrasburgo: a dissolução do Partido da Democracia - DEP, na Turquia, e o embargo da Grécia à ex-República Jugoslava da Macedónia resultante do encerramento da fronteira entre os dois países.

No debate de urgência sobre o primeiro tema - inseparável da questão curda - a Assembleia dividiu-se. O projecto de resolução do Relatório Jurgens sobre as consequências da dissolução do DEP e da cessação de mandatos dos deputados daquele partido foi parcialmente desfigurado pelas emendas que lhe foram introduzidas.

Actuando nos bastidores, a delegação turca conseguiu que a Comissão Política aceitasse propostas que suprimiam ou alteravam parágrafos fundamentais do texto apresentado pelo relator.

A manobra somente vingou por contar com o apoio de influentes parlamentares franceses, britânicos e alemães, um bloco já conhecido como o lobby turco. Não obstante, algumas emendas mais ambiciosas e desafiadoramente reaccionárias foram derrotadas.

O que sobrou do texto é, apesar de tudo, positivo, na medida em que a Assembleia reafirma a posição tomada em Abril, em defesa de seis deputados presos para os quais foi pedida a pena de morte. A Assembleia protestou também contra a dissolução do DEP pelo Tribunal Constitucional de Ankara e defendeu uma solução política para a questão curda.

É significativo que a delegação turca, apesar de haver parti-

cipado activamente na discussão e votação das seis emendas apresentadas, tenha, no final, votado contra o conjunto da Resolução.

Da Macedónia a Cuba e Ruanda

Outro debate que contou com elevado número de intervenções e suscitou muito interesse foi o relativo às consequências do encerramento da fronteira entre a Grécia e a ex-República Jugoslava da Macedónia por decisão de Atenas.

Inscrito na Agenda como assunto de urgência, o debate acabou por permitir que, a pretexto do embargo, fossem abordadas no plenário questões de actualidade muito diferentes.

Com excepção dos deputados gregos do PASOK (PS) e da Nova Democracia, ninguém assumiu a defesa das medidas tomadas pelo governo helénico. Nem por isso as posições tomadas pelos diversos grupos políticos coincidiram.

Dissociando-se da tendência para colocar a Grécia no banco dos réus, o Grupo Esquerda Unitária Europeia considerou secundária a questão do nome da nova república eslava, mas criticou os seus governantes pela recusa da renúncia aos símbolos da bandeira e da moeda e pelas alusões da Constituição à Grande Macedónia, reveladoras de ambições expansionistas.

Como porta-voz do Grupo no debate, salientei que a Comissão Europeia, ao acusar a Grécia perante o Tribunal Europeu do Luxemburgo, demonstrou agir por motivos muito mais políticos

do que jurídicos. Chamando a atenção para as contradições do Conselho da Europa, afirmei no seguimento da intervenção, que este ano deveria adoptar um orientação de dois pesos e duas medidas. «A sua política - sublinhei - é muito rigorosa quando se trata do embargo contra a Sérvia e o Montenegro cujas consequências são graves para milhares de crianças e pessoas idosas. Seria mau para a sua imagem utilizar agora o embargo contra a ex-República Jugoslava da Macedónia para uma condenação global da Grécia. Uma decisão desse tipo equivaleria a deitar azeite no lume.

«A história contemporânea dos embargos - recordei - é muito sombria. Mas registei a ausência de qualquer protesto da nossa Assembleia contra o mais antigo, ilegítimo e imoral, isto é, aquele que os Estados Unidos da América impuseram a Cuba - o bloqueio condenado em 1992 e 1993 pela Assembleia Geral das Nações Unidas através de duas Resoluções que não foram respeitadas por Washington.

«O simples facto de ter sido escolhido para tema deste debate de urgência o embargo da Grécia à ex-República Jugoslava da Macedónia convida-nos, aliás, à reflexão. O nosso Grupo de Esquerda Unitária não contesta a importância do tema. Contudo, neste momento, a Europa acompanha com preocupação a intervenção francesa dita humanitária no Ruanda, cujo objectivos reais estão longe de ser transparentes (...). Esta intervenção que nos leva a pensar na Somália é conduzida pela França, uma grande potência membro do Conselho da Europa. Mas o tema não foi seleccionado para um debate de urgência. Por quê?»

Homenagem ao povo curdo

Publicamos a seguir passagens da intervenção que o deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues pronunciou em Estrasburgo, na sessão plenária da Assembleia do Conselho da Europa, durante o debate sobre a dissolução do Partido da Democracia pelo Tribunal Constitucional da Turquia.

(...) O Governo e o Parlamento da Turquia ignoraram e desprezaram a Resolução de 13 de Abril do Conselho da Europa. Hoje já não se trata, como antes, de meia dúzia de deputados. Dois meses transcorridos, mais catorze deputados do Partido da Democracia (DEP) perderam os mandatos. O DEP foi dissolvido pelo Tribunal Constitucional da Turquia. Oficialmente não existe.

(...) Que crimes cometeram os nossos colegas do DEP? Nenhum. Porventura são solidários com actos de violência ligados ao irredentismo curdo? A resposta é também negativa.

Poderia admitir-se que exigem a independência do Curdistão, que preconizam o separatismo punido pelas leis turcas. Mas não é o caso. Eles não sugeriam sequer um regime de autonomia política para os 18 milhões de curdos existentes no território da Turquia. As suas reivindicações eram muito modestas: autonomia cultural, um estatuto especial para os curdos, isto é, o reconhecimento de uma realidade histórica: a identidade curda!

Entretanto, o Tribunal Constitucional da Turquia negou-lhes os direitos mais elementares. Os senhores juízes de Ankara fazem-me pensar nos cardeais e bispos que condenaram Galileu Galilei. Recusam-se a aceitar a evidência.

(...) Todos sabemos que

os curdos, da Turquia, do Iraque, da Síria, do Irão e da Arménia são protagonistas de um drama milenar. Formam uma nação sem Estado. Esse povo foi

contemporâneo das antigas civilizações da Mesopotâmia. Os Curdos aprenderam a bater-se pelas suas liberdades há mais de 3500 anos. Defenderam os seus direitos e as suas aldeias contra os Assírios, os Persas de Dário, os Gregos de Alexandre, os Partos, os Romanos, os Sassânidas, os Bizantinos, os Árabes, os Mongóis e os Otomanos. O crime de que são acusados há séculos é a defesa da sua identidade. Recusam a assimilação.

(...) Estes deputados curdos foram perseguidos e condenados

por terem sustentado com inquebrantável firmeza princípios que estão na origem das democracias modernas e que constam da Declaração Universal dos Direitos do Homem da Carta das Nações Unidas. Não podemos esquecer que a própria vida dos nossos colegas do DEP está ameaçada porque o Procurador-Geral da Turquia já pediu que lhes seja aplicada a pena de morte. Podemos permanecer indiferentes? Não. Este caso diz-nos respeito a todos.

Os nossos colegas da delegação turca apresentam-se aqui com frequência na postura de acusadores, como se o Estado turco fosse um autêntico campeão na batalha planetária pela defesa dos direitos do Homem. Infelizmente, trata-se de uma atitude de fachada. O Estado turco é responsável pela tragédia permanente do Curdistão turco. A documentação publicada por alguns dos jornais mais prestigiados da Europa ilustra uma realidade monstruosa. Após 1990, mais de 1300 aldeias curdas foram incendiadas e destruídas pelo exército e pelas forças especiais da Turquia. O balanço é pesado: milhares de mortos.

(...) Participamos na discussão do Relatório do sr. Jurgens e a Resolução que vai ser votada reflectirá a imagem do Conselho da Europa. Espero que o texto definitivo expresse a vocação humanista da nossa Organização. Não deve ser desfigurada por emendas que neguem o seu espírito.

Os deputados perseguidos ou presos - cinco deles estão hoje aqui, na tribuna do Palácio da Europa - são autênticos combatentes pela liberdade. Nas pessoas destes nossos colegas presto homenagem ao povo curdo!



Campanha de solidariedade com o povo angolano entrega donativos

Uma visita a Angola

A recente decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas de conceder mais um mês à UNITA para responder às propostas que lhe foram apresentadas pelo Secretário-Geral da organização, no quadro do processo negocial em curso, que nesta fase já se arrasta há meses, e a decisão de não aplicar qualquer tipo de sanções à UNITA, irá certamente ser interpretada pela opinião pública mundial e sobretudo pelos angolanos como um acto que objectivamente servirá para agravar a guerra e o sofrimento do Povo Angolano.

Visitei Angola integrando uma delegação da "Campanha de Solidariedade com a Luta do Povo Angolano pela Paz", em representação do CPPC - Conselho Português para a Paz e Cooperação e da Associação de Municípios pela Paz, Ambiente e Cooperação - MOVIMENTO ZLAN. Integrava também a delegação *Maria Manuela Cunha* em representação do MPCA - Movimento Português Contra o Apartheid. A visita foi feita a convite da ONG angolana "Mundo do Amor" com o apoio do MINARS - Ministério de Assistência e Reinserção Social.

O objectivo da visita, plenamente cumprido, era, por um lado, fazer a entrega simbólica dos produtos recolhidos em Portugal no âmbito da Campanha: mais de duzentas toneladas de alimentos, medicamentos, roupas e brinquedos; por outro lado, tomar conhecimento da realidade concreta em Angola, consequências da guerra, condições de vida da população, nomeadamente das crianças e dos deslocados, bem como a identificação e localização de eventuais novos projectos de cooperação.

Luanda é a capital de um país em guerra.

Angola, cuja população se estima em aproximadamente 10 milhões de almas, vive em guerra há 33 anos. Primeiro contra o colonialismo português e depois contra os instrumentos internos e externos do neocolonialismo.

Contra os que procuram explorar o mais possível as riquezas angolanas. O petróleo, os diamantes, o marfim, a pesca e as madeiras.

Dos 10 milhões de habitantes, cerca de 50% tem menos de 17 anos de idade. Entre 35 e 45% vivem em Luanda, perto de 2 milhões são crianças.

Nos campos de refugiados e desalojados na Província do Bengo (Norte de Luanda), vivem mais de 100 mil pessoas, no Centro da "Boa-Esperança" vivem cerca de 46 mil pessoas. A grande maioria são crianças. Aqui foi possível irradiar as principais calamidades, a fome, a sede e as epidemias. É um exemplo concreto muito positivo, resultado do esforço conjunto de angolanos e de cooperantes, italianos, ingleses, nórdicos e das Nações Unidas. Entretanto, a esmagadora maioria da população não tem qualquer tipo de ocupação. Alguns, poucos, dedicam-se à agricultura e ao pequeno comércio.

Em Luanda, como nos arredores e nas províncias limítrofes, na prática não há trabalho. A actividade económica, indústria, agricultura e pescas está paralisada, ou reduzida a níveis muito baixos. A grande maioria das unidades industriais está em ruínas. Os salários rondam entre os 500 mil e um milhão de quanzas, o que corresponde na prática à volta 1000 e 1500 escudos mensais. Um quilo de arroz custa 200 mil quanzas, uma cerveja 100 mil, um pão 50 mil.

O funcionalismo ocupa a grande maioria dos trabalhadores angolanos, que ganham o salário mínimo; um Director-Geral ganha à volta de 2 a 3 milhões, e um deputado cerca de 4 milhões.

gasolina custa 5 escudos o litro. Encher o depósito é mais barato que um quilo de arroz e pouco mais que uma cerveja. O peixe, nomeadamente o marisco, é baratíssimo, são famosos os negócios com os diamantes e as negociatas escandalosas com automóveis e no sector imobiliário.

Na Província de Benguela encontramos realidades diferentes. Por um lado são mais visíveis os efeitos da guerra nos campos de refugiados. Na capital cerca de 6 mil pessoas recém-chegadas de Chongroi, zona de guerra, vivem em condições muito precárias. Com poucos alimentos e contaminadas, durante a fuga, com sarampo e diarreias. Por outro lado, quer em Benguela quer no Lobito podemos observar mais actividade económica, sobretudo nos campos. Os comboios funcionam e as cidades estavam limpas, os jardins arranjados e com flores. Estima-se em cerca de 150 mil o número de crianças abandonadas. Órfãos de pai e mãe, sem família. Uma boa parte vive em Luanda. Sem casa ou qualquer

abrigo. Sem qualquer tipo de alimentação ou assistência regular. Muitos vivem na Ilha de Luanda, uns, poucos, dormem em tendas semidestruídas, a grande maioria cobertos com a areia das praias. Na cidade, aos bandos vagueiam e dormem nos cartões.

O Departamento de identificação e localização das crianças e das respectivas famílias, ou de busca de uma nova família, com funcionamento a nível nacional, com recursos humanos, técnicos e financeiros muito limitados, conseguiu identificar pouco mais de 2500 crianças. Foi determinante o apoio da ONG do Reino Unido "The Save Children Fund" ao oferecer um computador e respectivos programas. Entretanto, escasseiam as máquinas fotográficas (polaroides) e os respectivos rolos, que deveriam permitir a divulgação da identificação das crianças por todo o país.

Na Escola Óscar Ribas, com mais de 5100 alunos, no Musseque do Cazengo em Luanda com cerca de 70 mil habitantes, as salas de aula, por vezes com centenas de crianças não têm carteiras, nem qualquer assento, sentam-se no chão, não têm cadernos, nem lápis. As condições de higiene são muito más. Os professores com salários muito baixos faltam com frequência.

No Hospital Pediátrico Josina Machel, em Luanda, morrem diariamente 16 a 20 crianças por falta de medicamentos e de alimentos. As mães "transferem-se" para o hospital para acompanhar os filhos e esperar que lhe sobrem algumas migalhas. Aí passam os dias: lavam a roupa, cozem, etc.

Directa ou indirectamente a guerra é responsável pela situação que se vive em Angola. Muitos dos erros e muitas das dificuldades explicam-se ou são facilmente justificadas pela guerra.



Grande parte da população angolana vive em campos de refugiados como este

Um quinto da população do mundo, entre eles da Europa e dos EUA, exploram mais de três quintos das suas riquezas. A guerra em Angola é um exemplo dos métodos utilizados e até onde se pode levar o drama de um povo para beneficiar das suas riquezas.

Riquezas ao desbarato

As principais riquezas de Angola, o petróleo, os diamantes e as pescas, são vendidas a preços inacreditáveis. A

Porque não acaba a guerra?

Um quinto da população do mundo, entre eles da Europa e dos EUA, exploram mais de três quintos das suas riquezas. A

guerra em Angola é um exemplo dos métodos utilizados e até onde se pode levar o drama de um povo para beneficiar das suas riquezas.

As matérias-primas vindas dos países produtores do sul, como por exemplo o petróleo, são cada vez mais baratas e os produtos transformados do norte são cada vez mais caros. O desequilíbrio nas relações económicas entre o Norte e o Sul são cada vez maiores e desfavoráveis aos países pobres.

O contacto com a realidade angolana, sobretudo após as eleições de Outubro de 1992, conduz invariavelmente para a condenação e responsabilização da UNITA de Jonas Savimbi pela continuação e manutenção da guerra. É uma constatação, que sendo reconhecida pela comunidade internacional e concretamente pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, surpreendentemente não se retiram as necessárias conclusões e medidas adequadas. Para qualquer cidadão angolano, negro, mestiço ou branco, e dos mais diferentes níveis económicos ou sociais, é incompreensível e inexplicável a ausência de medidas concretas para pôr fim à guerra.

A comunidade internacional impôs a Angola um processo eleitoral, num quadro e num calendário, beneficiando objectivamente a oposição, nomeadamente a Unita. O povo angolano aceitou o desafio e, segundo a generalidade dos observadores, aderiu ao projecto de forma activa e criadora. Todos reconheceram o processo e o acto eleitoral como livres e justos. Reconheceram unanimemente os resultados e louvaram a vontade manifesta de todo um povo de viver em Paz.

Nas diversas Resoluções já aprovadas, o CS das NU reconhece esta realidade, assim como a troika de observadores, entre os quais se encontra o governo português, mas frustrou e traiu as expectativas dos angolanos e permitiram, com o seu aval político, que Savimbi reiniciasse a guerra agora talvez mais violenta e mortífera.

Ninguém acredita que a UNITA esteja seriamente envolvida ou venha a aceitar ou a cumprir as decisões. Ninguém a obriga ou toma medidas concretas para a forçar a aceitar. Antes pelo contrário, a UNITA continua a receber os apoios indispensáveis para continuar a guerra. Para manter a guerra, a



■ António Pedro

UNITA precisa de um exército, dinheiro, alimentos, munições e combustível. Tudo isto lhe chega da ajuda externa. Para além da exploração de alguns diamantes, a UNITA não tem outros recursos.

Os territórios ocupados pela UNITA

Nos territórios ocupados pela UNITA não há qualquer tipo de actividade económica. Não há indústria nem agricultura. Não há escolas. As populações fogem das áreas ocupadas por Savimbi, refugiam-se nas cidades e nas regiões sob controlo governamental.

As áreas ocupadas pela UNITA são tidas como verdadeiros aquartelamentos e funciona a lógica da economia de guerra. A UNITA destrói tudo por onde passa. Do Cunene ao Zaire, destruiu cerca de quarenta pontes, bastava do ponto de vista da estratégia político-militar destruir duas ou três, para dificultar ou impedir circulação de tropas ou de abastecimentos. Destroí hospitais, redes de água e electricidade, estradas e caminhos de ferro, fábricas e outros meios de produção. O comportamento de Savimbi nada tem a ver com quem quer ser alternativa governativa. A lógica é de destruição. Objectivamente, a UNITA é um instrumento de destruição e os objectivos são estranhos aos interesses de Angola e do seu Povo. Objectivamente serve os interesses dos exploradores de diamantes e de petróleo e de tantas outras matérias-primas indispensáveis para o paraíso de sucesso dos países da Europa e dos Estados Unidos.

A cidade do Caxito, recentemente libertada, é um exemplo concreto das intenções e da prática do exército de mercenários zairenses dirigidos por Savimbi. Na prática, deixou tudo destruído ou inutilizado, como hospitais, escolas e unidades industriais.

É necessária e é possível uma política diferente. Pesem as enormes dificuldades que enfrenta, o Povo de Angola luta. Luta há trinta e três anos e acredita que é possível viver melhor e em Paz. Luta com coragem e dignidade para alcançar esse objectivo.

É surpreendente o esforço e, apesar de tudo, alguns resultados positivos alcançados em iniciativas de reeducação e reintegração de menores e crianças. Em muitos sectores encontramos importantes manifestações de coragem e de dedicação que nos impressionaram muito positivamente.

O impasse e as dificuldades actuais devem-se em boa parte à nova realidade da conjuntura internacional, aos desequilíbrios e à correlação das forças em presença, são fenómenos inerentes à "nova ordem internacional". Entretanto o quadro regional transformou-se, o Apartheid foi derrotado na África do Sul e dão-se passos importantes para a criação de um Estado democrático e não racial e a guerra acabou em Moçambique.

Aos movimentos de solidariedade em todo o mundo, nomeadamente em Portugal, cabe-nos a responsabilidade de, em primeiro lugar, denunciar a responsabilidade dos nossos governantes, pelo cinismo e hipocrisia revelada no tratamento deste problema e depois procurar minorar as dificuldades das vítimas, promovendo e desenvolvendo iniciativas concretas de solidariedade e de cooperação, mobilizando e sensibilizando a opinião pública para a situação.



A Pide, em África, prendeu, torturou e matou.

Lá
como
cá!

O rosto negro tinha adquirido uma cor estranha, dir-se-ia um tom escarlate, uma palidez acentuada, não fora a ironia dos tons. Os olhos faiscaram um fugaz terror, procuravam dizer qualquer coisa, mas logo se tornaram vítreos, afastaram-se para um ponto distante e ficaram sem expressão.

Estava abafado na sala pequena, um primeiro andar nas traseiras da sede da Pide em plena zona residencial de Lourenço Marques. Estávamos em fins de Novembro e o calor húmido da estação das chuvas fazia-se sentir.

A meia dúzia de presos, que se tinha sentado nos bancos de madeira corridos, olhava com espanto e ansiedade o jovem negro que acabara de tombar abruptamente no chão.

Instintivamente, porque desde miúdo aprendera no seu bairro operário distante a prestar ajuda solidária, o prisioneiro branco fez menção de ajudar o jovem de raça negra que tinha acabado de desmaiar.

A voz do agente da Pide cortou o silêncio e a iniciativa:

— Deixe estar, eu trato disso — com a ajuda de outro pide, arrastaram no chão de cimento o corpo desmaiado.

Em terras de África ardente e misteriosa, o povo moçambicano lutava pela dignidade e a independência, vamente contrariado pela máquina colonial que oprimia, torturava, matava, tentando parar a roda da história que avançava...

A momentânea desatenção do agente foi aproveitada para algumas frases brevemente sussurradas.

— É de fraqueza, esta gente nova não «sabem»...

Ao dizer isto, a face do velhote que se sentara junto da porta, de barbicha branca e feições correctas, abriu-se num ligeiro sorriso.

Já se tinha feito notar aquele preso negro, de aspecto simpático, elegante na sua roupa modesta impecavelmente limpa e passada, o único que até à altura tinha tentado meter conversa com o pide.

— Disse que não há conversas, é proibido falar — ameaçou de forma agreste o agente da policia politica.

O incidente tinha distendido o ambiente constrangido que até então reinara, o jovem já quase recuperado sentara-se no chão, grossas bagas de suor correndo pelo rosto, com um ar infinitamente cansado.

Dias mais tarde viria a explicação para aquele acontecimento e para o sorriso irónico do velhote barbichas:

— Deixam os pretos sem comer uma data de dias, é uma das formas de tortura mais utilizadas pela pide, juntamente com a pancada — explicara o guarda prisional, Cerqueira, naquela noite em que gritos enrouquecidos vinham de uma das celas do fundo do pavilhão e da prisão da Pide na Machava.

Qual uivo de animal ferido, eram pungentes os gritos intermitentes.

— Levam-nos para horas e horas de interrogatórios, quando voltam trazem o corpo amassado das pancadas e ficam sem comer. Alguns nunca mais voltam — rematou Cerqueira.

— Mas são combatentes da guerrilha ou gente da cidade? Há muitos presos aqui?

— Nos pavilhões, seis iguais a este, isolados, estão algumas dezenas em face de interrogatório. A maioria deve ser dos arredores, raramente vem gente do mato...

— Pois é, esses tratam-nos logo lá como as feras enjauladas em grades de ferro, sem cobertura, na prisão da Pide, em Tete. Frigideiras, assim diziam presos que ficavam todo o dia ao sol.

— Na «recuperação» — continuou o guarda prisional que desde a primeira noite vinha prestando ajuda solidária — estão centenas à ordem da Pide, que aqui não há julgamentos sem penas!

— E brancos, também há brancos presos?

— Estão aí um alferes e um furiel que organizaram uma revolta num quartel, não ouviu contar?

Não, nunca ouvira contar. Ouvira, no entanto, assoviar «Os Vampiros», do Zeca Afonso, uma noite, debaixo da janela alta e gradeada, ao fundo da cela de isolamento, com dois metros por quatro. Ali estava a resposta.

— Não pode entregar estas bananas lá no fundo?

— Só depois da meia-noite, quando ficar sozinho de guarda, agora anda aí um colega também...

Valente guarda prisional Cerqueira, a sua solidariedade com os presos permitiu salvar algumas vidas e minorar os sofrimentos de muitas outras.

Viria a pagar caro a sua nobreza de alma, ele próprio feito prisioneiro e torturado pela Pide, alguns meses mais tarde.

■ S. Teixeira

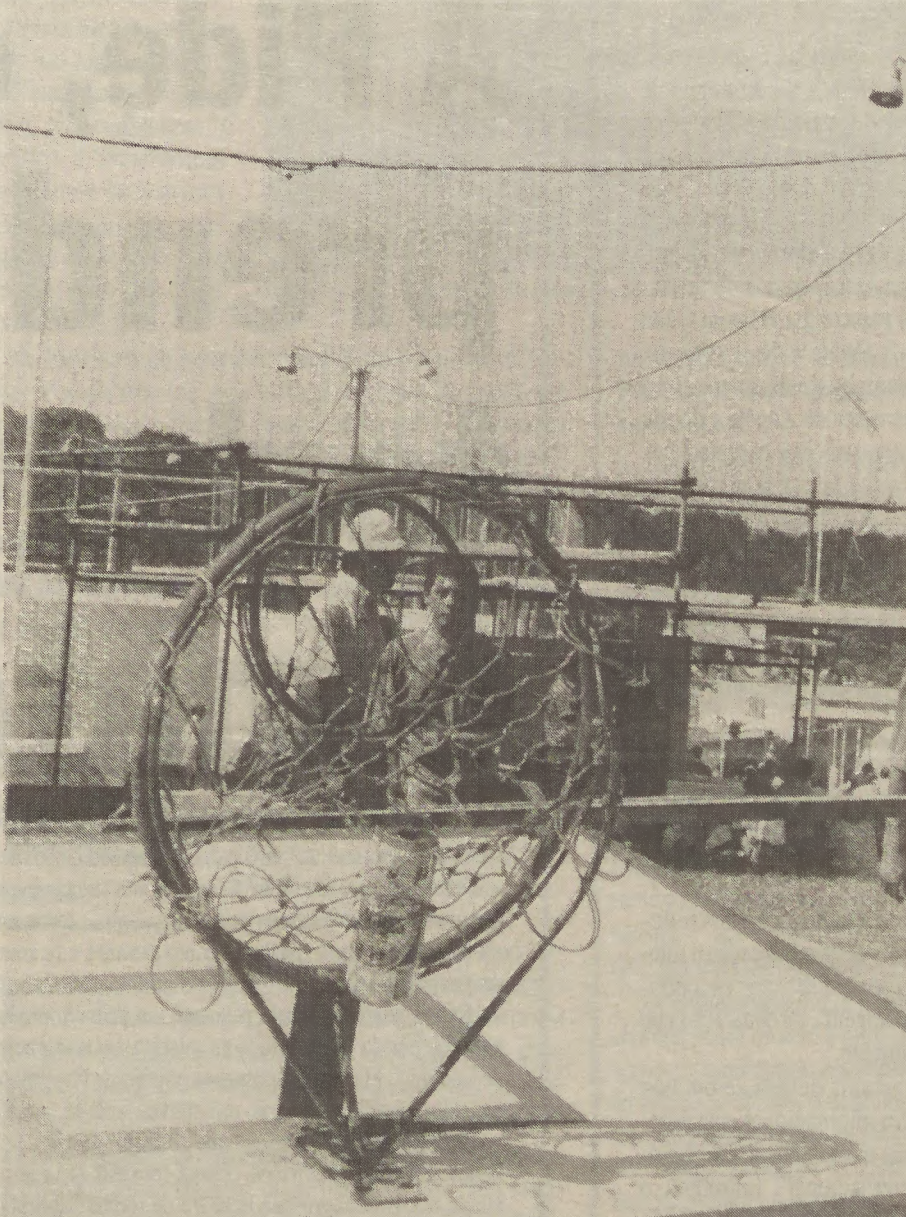
Festa
Avante!
2.3.4
SETEMBRO
ATALAIA - AMORA - SIIXAL

Milhares praticam Desporto em Festa!

**Solidariza-te
com a Festa!**
**Compra já
a tua EP!**

É necessário que todas as organizações do Partido aumentem o seu esforço de venda antecipada da EP, de forma a assegurar que os projectos existentes para a edição de 1994 da Festa do «Avante!» possam, de facto, vir a realizar-se. Existe algum atraso neste domínio, comparado com situações vividas em anos anteriores, que urge rapidamente eliminar. É preciso não esquecer que o fruto da venda da EP é, antes do mais, o seguro de vida da Festa do «Avante!».

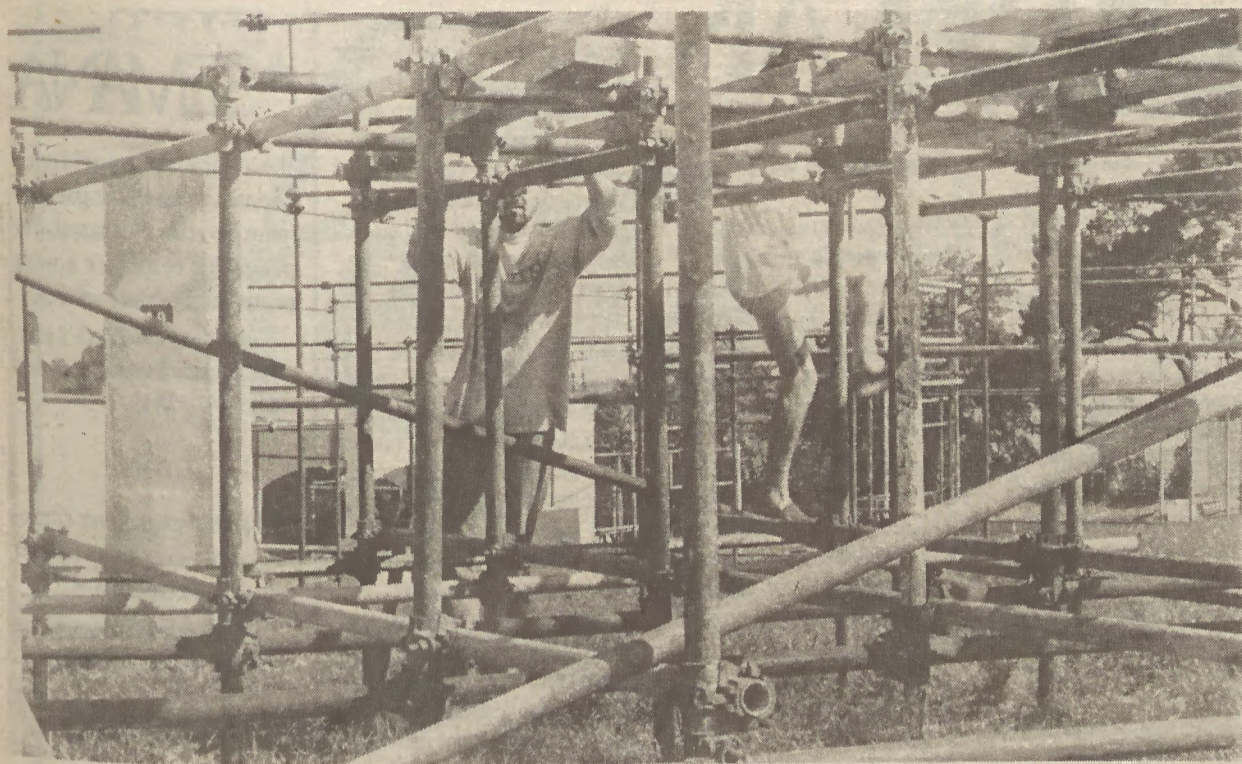
EP - entrada permanente - é o nome do bilhete que dá acesso ao recinto da "festa!" durante os três dias da sua realização. Mas é também um título de solidariedade! Uma solidariedade que pode assim ser manifestada com esta iniciativa dos comunistas portugueses. A EP é a única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização de tão importante iniciativa política e cultural. A EP pode ser adquirida nos Centros de Trabalho do PCP ou junto de activistas, militantes e amigos da Festa. Compra já a tua EP.



À espera da Festa, em Setembro

Milhares de praticantes de Futebol de Salão estão já a participar nos Torneios da Festa do «Avante!» cujas finais desenrolar-se-ão na Atalaia, como habitualmente acontece todos os anos. Lisboa, Beja, Setúbal, Guarda, Castelo Branco e Coimbra são os distritos onde dezenas de equipas disputam as eliminatórias desses torneios. Para além do Futebol de Salão, outras modalidades de promoção à Festa! desenrolam-se nas próximas semanas, como é o caso das provas de cicloturismo, canoagem e vela. Na Festa! este ano o destaque vai para o voleibol, o basquetebol para deficientes, o triatlo (disputado em moldes inovadores) e um grande sarau de ginástica. Outras modalidades, que a seu tempo divulgaremos, vão fazer o desporto na Festa!, estando em estudo a participação de atletas internacionais de elevada craveira em algumas delas.





Ajuda nas Jornadas de Trabalho

Muito do trabalho de edificação da Festa do «Avante!» está dependente daquilo a que chamamos «Jornadas de Trabalho». As Jornadas de Trabalho, que já se realizam todos os fins-de-semana na Atalaia, constituem por si só uma outra forma de festa. São momentos em que milhares de amigos da Festa do «Avante!» se reúnem para construir aquela que será a cidade dos três dias, em momentos de realização e convívio únicos e, para muitos, inesquecíveis.

Pedreiros, pintores, costureiras, desenhadores, carpinteiros, electricistas, serralheiros, ou mesmo gente sem formação específica - todos podem ajudar a construir a «festa!».

Todos os voluntários devem, de preferência, contactar desde já as organizações regionais do PCP ou o gabinete da Festa do «Avante!» no centro de trabalho da António Serpa em Lisboa ou, ainda, o próprio colectivo da Atalaia, para tornar possível a organização proveitosa dessa generosa participação. Mas, se não o fizerem, nada os impedirá de aparecer sábado ou domingo na Atalaia, pois certamente não faltará ocasião para dar uma ajudinha à construção desta bela Festa.

Ao trabalho, camaradas!

Documento fotográfico que ilustra a capacidade de mobilização do PCP...



PONTOS CARDEAIS

De mal a pior

Carneiro Jacinto acabou por ser um dos grandes entalados na Ponte.

Foi aliás entalado pelas suas próprias palavras, ao tomar partido pelo lado da repressão.

Não conseguiu passar, desta vez, e tem ouvido das boas! Cite-se, entre muitos, um comentário do «Diário de Notícias» - «cometeu perante as câmaras, o "pecado" maior da classe: tomar partido pelo pessoal do bastão, claro, não fosse o diabo tecê-las».

Os seus próprios colegas da SIC declararam que "não se reconheciam nos comentários de Carneiro Jacinto".

Perante este coro de reprovação, Jacinto fez uma tentativa de justificação no «Tal & Qual».

Bem se pode dizer que foi de mal a pior:

«Se cometi algum erro na narrativa dos acontecimentos - explica ele - foi apenas não ter dito que o ex-fuzileiro resistiu passivamente às forças policiais».

E logo a seguir, fanfarrão: «Ao "povo de esquerda" que me insultou recorde que sei bem o que são cargas da polícia de choque».

Mas é por isso, precisamente, que é especialmente chocante vê-lo no triste papel de denunciante...

Pum!

Deve ser mais um «negócio do século», o que vai levar a algumas regiões do país o Gás Natural. Pode certamente ser um benefício para muitas populações, restará é saber

como poderão elas obtê-lo e como vão pagá-lo. Não se pretende aqui discutir nada disso, até porque pouco se sabe. Fica-nos é a dúvida sobre a bondade ecológica, manifestada pelo ministro Mira Amaral, da armazenagem de milhares de toneladas de gás numas grutas como as de Mira D'Aires - o suficiente, parece, para manter o fornecimento durante 20 dias em caso de corte nas importações. Na falta de explicação técnica convincente, formule-se a pergunta do leigo: tanto gás, combustível, concentrado num único ponto? Não será um risco... explosivo!?

Pontapé na vida

Um futebolista colombiano foi assassinado no seu país, pelo ódio e a frieza disparados em doze tiros à queima-roupa. O seu pontapé na vida foi um pontapé na bola - a arma letal de um campo de batalha chamado futebol - que o infortúnio dirigiu à própria baliza.

Falam as agências noticiosas das ligações deste crime ao mundo do tráfico de cocaína. Milhões de contos em apostas teriam sido perdidos pelos Senhores da Droga... Responde a polícia colombiana com um encontro fortuito entre o jogador e um

adepto, que se achou traído pelo «favor» feito por Escobar à selecção dos Estados Unidos da América, ao marcar o golo que os norte-americanos não conseguiram concretizar.

Chocante, mas destinado ao esquecimento. No final do mês, falar-se-á do novo Campeão Mundial. Onze heróis da equipa vencedora serão feitos símbolos das qualidades da sua pátria, que sairá à rua para glorificar os seus gladiadores. Os Senhores do Futebol dirão ter sido este o melhor Mundial de sempre.

Vão falar de desporto-espectáculo, das ordas de público, das receitas nos estádios e cobrar os dinheiros dos patrocínios das marcas de refrigerantes...

Na Colômbia, crianças hábeis no manejo de armas de fogo continuarão a abater transeuntes, para roubar o sustento familiar, nos intervalos dos jogos de rua, onde sonham fazer parte, um dia, da equipa que vai conquistar a Taça.

FRASES da SEMANA

«A engenharia jurídica e financeira concebida por Joaquim Ferreira do Amaral, que permitirá construir a nova ponte, merece vinte valores.»

☛ (António Pinto Leite, «As duas pontes», «Expresso», 02.07.94)

«Não houve qualquer confusão ou desorganização na actuação do Governo.»

☛ (Ferreira do Amaral, em entrevista ao «Expresso», 02.07.94)

«O caso das portagens foi um assunto que lhe correu mal, a questão foi mal pensada, não foi devidamente explicada e foi mal implementada.» (...)

«O primeiro-ministro foi também infeliz.» (...) «Foi uma situação em que houve um conjunto de infelicidades. Erros e infelicidades que se acumularam.»

☛ (Álvaro Barreto, em entrevista a «O Independente», 01.07.94)

«Acredita que ele recuou por vontade própria ou porque lhe foi imposto pelo primeiro-ministro?»

Não faço a mínima ideia. Estas decisões nunca são de uma única pessoa. Geralmente, são contribuições de várias entidades, e certamente que o problema foi discutido ao nível do Governo e foi-se chegando a uma posição consensual. A atitude dele em reconhecer que tinha errado...»

☛ (Idem)

«O dr. Fernando Nogueira, aliás, mostrou uma capacidade extraordinária, enquanto primeiro-ministro em exercício. Apoiou-me na declaração que fiz a meio da manhã. Dele só tenho a dizer bem.»

☛ (Ferreira do Amaral, em entrevista à «Visão», 30.06.94)

«Ministro, não se enganou no programa da SIC? A sua intenção era ir ao Perdoa-me...»

A minha intenção não era pedir perdão.»

☛ (Idem)

«Portugal está estranho, está incerto. Às vezes tenho a sensação de que Portugal está emocionalmente a saque»

☛ (António Pinto Leite, «As duas pontes», «Expresso», 02.07.94)

PONTOS NATURAIS

Em poucas palavras

É?

A notícia é inseparável de quem noticia?

Não é?

O que eu digo não é independente de mim,

O pior

Tenho pena dele. Isto quer dizer que ele foi condenado à pena máxima.

Conheci-o

Continuou a andar com os pés em chaga. Nasciam flores por onde passava.

Políticas

Quem tem medo de fazer política, faz a política do medo.

Amen!

Mesmo que o além esteja demasiado longe, sempre é mais perto do que ficar aquém.

Diferença

A diferença entre as árvores do futuro e da Eternidade, é que a árvore do futuro está carregada de frutos que se colhem.

Confúcio disse-o

Um sonho pesa mais que mil sonos.

Pergunto eu

A tua janela não tem grades, ou tu não as vês?

A e As

O homem honrado dá a sua palavra. O homem falso dá as suas palavras.

Divisa

Diz o oportunista:
- Comer é poder.

Quem faz quem

Perçam as ilusões. Eles não fazem a televisão: a televisão é que os faz a eles.

Sim, e depois?

Há quem ganhe, pela televisão, a popularidade que não conseguiu em vinte anos de trabalho. E depois? O que é que ganha com isso?

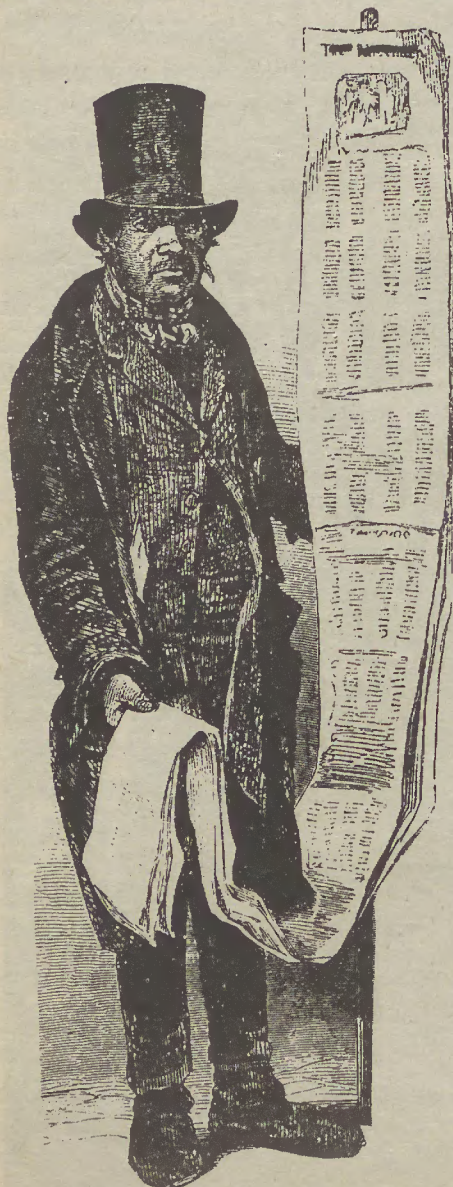
A prova

A melhor prova de que a televisão é um instrumento na luta de classes, está no facto de os trabalhadores não terem direito a uma estação de TV.

Ora porquê...

Nos painéis de comentadores políticos das estações de televisão não aparece nenhum comunista. Porquê? Porque eles não são independentes, como por exemplo Marcelo Rebelo de Sousa, Vasco Graça Moura, António Barreto, Pacheco Pereira, José Magalhães...

Mário Castrim



A vitória da esperança

Poderá ser legítimo expressar sentimentos receosos sobre o andamento do processo de paz na Palestina. Os enredos diplomáticos, as reacções extremistas, toda a catadupa de notícias sobre actos de violência praticados na região, fazem incerta qualquer previsão sobre o bom ou mau sucesso da concretização da autodeterminação do povo palestiniano. Mas o regresso, depois de tantos anos de luta, de Yasser Arafat à Faixa de Gaza e a Jericó e a grandiosa manifestação de alegria das populações palestinianas, são emocionantes imagens esta semana transmitidas nos pequenos ecrãs de todo o mundo, certamente destinadas a perdurar nas futuras memórias do nosso tempo. Suceda o que suceder na Palestina e em Israel nos próximos meses, este é mais um símbolo do triunfo da esperança, da firmeza e da convicção, a juntar, para citar caso recente, ao dia em que Nelson Mandela votou no seu país. Factos de hoje, há tão pouco tempo julgados inantigáveis! São as voltas deste mundo...

Agenda

NÃO TE
ESQUEÇAS!

Festa

Avante!

2.3.4
SETEMBRO
ATALAIA - AMORA - SEIXAL

*vamos construir
a Festa!*

Há trabalho na Atalaia!



CPPC - Conselho Português para a Paz e Cooperação



EXCURSÃO A CUBA
EMBAIXADA DE PAZ E DE SOLIDARIEDADE

20 de JULHO a 3 AGOSTO
15 dias

Viagem de avião Lisboa/Havana/Lisboa
Hotéis de *** e ****

Regime de meia pensão e pensão completa
deslocações internas em autopulman

Visitas a Havana, Cienfuegos
Trinidad e Varadero/zona balnear
(poderão ser considerados programas alternativos)

Programa cultural e político
organizado em colaboração com o
Movimiento Cubano por la Paz y la Soberania de los Pueblos

Preço 255 000\$00

Estão também programadas viagens em Agosto e Setembro

Inscrições e outras informações:

Casa da Paz - R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2º - 1200 Lisboa
Tel 3863375 - Fax 38632221

Noites de Barão

Porque a noite é uma
[criança,
é Alegria e Paixão.
Porque é a falar
que a gente se entende.
É convívio de Gerações.
Porque é Arte e Cultura.
É comer e beber, rir
[e sorrir.

Porque é... Sonhar.
É sentir e viver Abril!
Porque é irreverente
e revolucionária.
É Jovem e Comunista.

Porque são...
NOITES DE BARÃO.

aos sábados
das 22h
à 01h da manhã
Centro de Trabalho
Barão de S. Cosme

Rua Barão de S. Cosme, 240
Porto

Música
Bar
Esplanada
Exposições
Filmes
Concertos
Pub
Teatro
Poesia
Jogos de Verão
Convívio
Alegria

Carlos Carolhas em Vila Franca de Xira

Domingo, 10 de Julho

O Secretário-geral do PCP
acompanhado do Presidente da CM
de Vila Franca de Xira,
Daniel Branco,
visita o concelho
e debate com autarcas e população
a questão das acessibilidades.

Programa:

16h00 - visita à passagem rodoviária superior
à linha férrea em Póvoa de Sta. Iria
16h45 - visita à passagem rodoviária superior
à linha férrea em Povos, V. F. Xira
17h15 - Visita à Quinta Municipal do
Sobralinho

Viana do Castelo

Feira de Velharias

no ex-Pavilhão da Portucel
dias 7 e 8 de Julho, das 16 às 24h
dias 9 e 10, das 11 às 24h

Plenários em Sintra

Realiza-se, hoje, quinta-feira, às 21.30,
no Centro de Trabalho de Sintra, uma
reunião plenária de **militantes das
freguesias
de Sta. Maria /S. Miguel
e S. Martinho.**

No sábado, no Centro de Trabalho
de Agualva-Cacém, a partir das 15h,
reúne-se a célula da CM e dos SMAS

ACAMPAMENTO
distrital da JCP



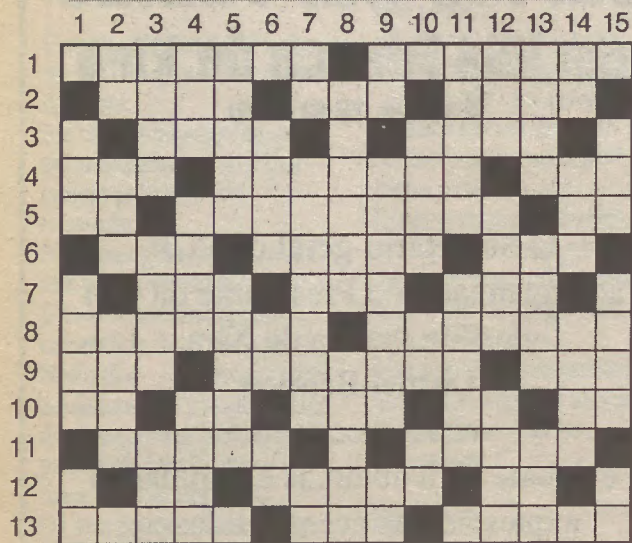
VALONGO (junto ao Rio Ferreira)

15, 16 e 17 de Julho de 1994

TRAZ TENDA, SACO-CAMA, ROUPA DESPORTIVA E
TRAZ UM AMIGO TAMBÉM

Contacta a Sede da JCP - Porto
Rua Barão de S. Cosme nº 240 tel. 5103511

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Um dos grandes prosadores dos sécs. XIX-XX autor das «Farpas». 2 - Escumalha; chefe etíope; antiga Pérsia. 3 - Desabar, parte (autom.). 4 - Nome de duas mulheres de Henrique VIII; atepetar; eia. 5 - Ele é o povinho; fabricantes de remos; estãs. 6 - Tritura; rezava; andavam; 7 - O íntimo; estão na Estrela; período de tempo. 8 - Aldraba; narrador. 9 - A barlavento; vontade; germe. 10 - Catedral; a ti; vazio; Gálio (s.q.); Ouro (s.q.); fio metálico; banhar. 12 - Art. espanhol; malandragem; prep. 13 - Mofas; com saúde; tinha por costume.

VERTICAIS: 1 - Realiza; vaso grande de barro e fundo largo, para vinho entre os romanos, (pl.); Cromo (s.q.); 2 - Atmosfera; também não; elefante sem dentes. 3 - Padiola para transporte de doentes; numeral; rente. 4 - Renque; verseja; caule. 5 - Líquido branco segregado pelas glândulas mamárias; o dia anterior. 6 - Pernada; basta; prep. 7 - Ouro francês; cancela; carta de jogar. 8 - Encaracolar; além. 9 - Art.; tasca; forma redutiva de António. 10 - Cicatriza; dentro da meta; nota musical. 11 - Boneco; cita como prova. 12 - Enguia; fado; pássaros. 13 - Estão nos agapés; macaco nocturno da América Tropical; patroa. 14 - Cont. prep. e art.; negativa; vila do dist. de Aveiro. 15 - Corpo aeriforme; rezou; Sódio (s.q.).

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Acatar; beatas. 2 - Aviso; rumor. 3 - Ru; or; Lua; us; ag. 4 - Aru; are; nio; ela. 5 - Má; ótico; at. 6 - Sim; ara; ali. 7 - Pomar; arado. 8 - Lar; asa; aia. 9 - Rã; álamo; só. 10 - Ode; cai; pôr; rum. 11 - Tê; lá; sua; ir; lã. 12 - Teima; rasos. 13 - Alisam; amoral.

VERTICAIS: 1 - Arame; frota. 2 - Ura; ade. 3 - Cã; Sol; Tl. 4 - Avo; limpar; lei. 5 - Tira; mar; cais. 6 - Às; rói; aa; má. 7 - Roleta; alisam. 8 - Irosa. 9 - Branca; ampara. 10 - Eu; io; óó; am. 11 - Amuo; ara; riso. 12 - Tôs; olaia; ror. 13 - Ar; ida; Sá. 14 - Ala; Sul. 15 - Ágata; domar.

TEATRO

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **FREI LUÍS DE SOUSA**, de Almeida Garrett, encenação de Acácio de Carvalho, pelo TEP

FACULDADE DE LETRAS

Lisboa, Alameda da Universidade. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: **OLEANNA**, de David Mamet, encenação de João Lourenço

PALCO ORIENTAL

Lisboa, Çç, Duque de Lafões. Tel. 8586997. 5ª a sáb. às 21.45. **MÉDICO À FORÇA**, de Molière, encenação de Pedro Wilson, pelo Grupo Cénico de Direito

TEATRO ABC

Lisboa, Parque Mayer. Tel. 3466745. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **LISBOA, MEU AMOR**, encenação de Francisco Nicholson

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. S. Vicente, 11. Tel.

875626. De 4ª a dom. às 22.00. **BENT**, de Martin Sherman

TEATRO DA MALAPOSTA

Olival Basto, R. de Angola. Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O VALENTÃO DO MUNDO OCIDENTAL**, de J. M. Synge, encenação de Rui Mendes

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. *Sala Estúdio*: de 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A PARTILHA**, de Miguel Falabella, encenação de António Feio (até 3/7)

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431200. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. **MALDITA COCAÍNA**, texto e encenação de Filipe La Féria

TEATRO VILLARET

Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 3538586. 6ª e sáb. às 22.30. **OUTRA VEZ AS BARBIS**, de José Pinto Coelho.



Quinta-feira, 7

Palco Grande, 22.30 - **Divadlo Husa No Provazku** (Brno, Rep. Checa) - *Justine*
Esplanada, 21.30 - **Jesus, Antoninho e Tonecas** (Moçambique) - *Música Tradicional*
Teatro Municipal, 19.00 - C.T. Almada (Almada) - *O Valente Soldado Schweik*

Sexta-feira, 8

Palco Grande, 22.30 - **Teatro Gungo** (Moçambique) - *O Oitavo Dia*
Esplanada, 21.30 - **Patrick Brennan** (N. Iorque, EUA) - *Música de Th. Monk*
Auditório, 19.00 - **O Grupo** (Almada) - *Cadavre Exquis*
Casa da Cerca, 24.00 - C. T. Almada (Almada) - *Bastien e Bastienne*
Teatro Municipal, 19.00 - C.T. Almada (Almada) - *O Valente Soldado Schweik*

Sábado, 9

Palco Grande, 22.30 - **Teatro dei Manicomics** (Piacenza, Itália) - *Viaggio Organizzato...*
Esplanada, 21.30 - **Io Appoloni** (Lisboa) - *Canções em Tom de Rosa*
Teatro Municipal, 16.00 - C.T. Almada (Almada) - *O Valente Soldado Schweik*
Teatro de Rua, 16.00 e 18.00 (Lg. Tribunal) - **Théâtre de La Fronde** (France) - *Convoi D' Anges Heureux*

Domingo, 10

Palco Grande, 22.30 - **Rafael Alvarez**, El Brujo (Madrid, Esp.) - *La Sombra del Tenório*

Esplanada, 21.30 - **Esc. de Música de Almada** (Almada) - *Concerto de Metais*

Teatro Municipal, 16.00 - C.T. Almada (Almada) - *O Valente Soldado Schweik*
Teatro de Rua, 16.00 e 18.00 (Pq. Urbano) - **Théâtre de La Fronde** (França) - *Convoi D' Anges Heureux*

Casino da Trafaria, 16.00 - **Jesus, Antoninho e Tonecas** (Moçambique) - *Música Tradicional*

Segunda-feira, 11

Palco Grande, 22.30 - **Teatro da MalaPOSTA** (Loures) - *Escola de Mulheres*
Auditório, 20.00 - **Intervalo** (Lisboa) - *O Cabaret do Conde Marquês*

Terça-feira, 12

Auditório, 20.30 - **Teatro da MalaPOSTA** (Loures) - *Greenleaves*
Casa da Cerca, 22.30 - **El Borde** (B. Aires, Argentina) - *Mús. Latino-Americana*
Casino da Trafaria, 22.00 - **Intervalo** (Lisboa) - *O Cabaret do Conde Marquês*

Quarta-feira, 13

Palco Grande, 22.30 - **Laura Betti** (Roma, Itália) - *Una disperata vitalità*
Esplanada, 21.30 - **Pedro Madaleno** (Lisboa) - *Guitarra-Jazz*
Teatro Municipal, 20.30 - **Isabel Biu e Fernando Fontes** (Lisboa) - *Canto e Piano*
Casino da Trafaria, 20.30 - **Colect. Margen** (Oviedo, Esp.) - *Desperatar e La Mujer Sola*

FILMES

QUINTA, 7

O Apartamento

«The Apartment» (EUA/1960). Real.: Billy Wilder. Int.: Jack Lemmon, Shirley MacLaine, Fred MacMurray. P/B, 125 min. Ver Destaque. (13.45, TV 2)

Scarface

«Scarface» (EUA/1931). Real.: Howard Hawks. Int.: Paul Muni, Ann Dvorak, George Raft, Boris Karloff. P/B, 125 min. Ver Destaque. (14.15, SIC)

O Circuito da Morte

«Mask of Dust» (GB/1954). Real.: Terence Fisher. Int.: Richard Conte, Mari Aldon, George Coulouris. P/B, 76 min. Acção. (00.25, Canal 1)

SEXTA, 8

A Internacional do Crime

«The File of the Golden Goose» (GB/1969). Real.: Sam Wanamaker. Int.: Yul Brynner, Charles Gray, Edward Woodward, John Barrie. Cor, 102 min. Policial. (13.45, TV 2)

Adeus, Nova Iorque

«Goodbye, New York» (EUA-Israel/1985). Real.: Amos Kollek. Int.: Julie Hagerty, Amos Kollek, David Topaz, Aviva Ger. Cor, 90 min. Melodrama. (14.15, SIC)

A Casa de Sycamore Street

«The House on Sycamore Street» (EUA). Real.: Christian I. Nyby II. Int.: Dick Van Dyke, Cynthia Gibb, Stephen Caffrey, Barry Van Dyke. Cor, 97 min. Policial (22.00, Quatro)

Cem Armas ao Sol

«One Hundred Rifles» (EUA/1968) Real.: Tom Gries. In.: Burt Reynolds, Jim Brown, Raquel Welch, Fernando Lamas. Cor, 109 min. «Western» (00.45, Quatro)

Ao Sol de Satanás

«Sous le Soleil de Satan» (Fr/1987). Real.: Maurice Pialat. Int.: Gerard Depardieu, Sandrine Bonnaire, Maurice Pialat. Cor, 87 min. Drama (00.50, SIC)

SÁBADO, 9

Pistoleiros do Arizona

«Arizona Bushwhackers» (EUA/1967). Real.: Lesley Selander. Int.: Howard Keel, Yvonne de Carlo, John Ireland, Marilyn Maxwell, Scott Brady, Brian Donlevy. Cor, 87 min. «Western». (12.00, TV 2)

Difamação

«Notorious» (EUA/1992). Real.: Colin Bucksey. Int.: John Shea, Jenny Robertson, Jean-Pierre Cassel, Marisa Berenson. Cor, 100 min. Espionagem (15.10, SIC)

Na Rota do Sol

«Into the Sun» (EUA/1991). Real.: Fritz Kiersch. Int.: Anthony Michael Hall, Michael Paré, Deborah Maria Moore. Cor, 97 min. Aventura. (16.30, Canal 1)

Cantinflas Faz-Tudo

«El Extra» (Méx/1957). Real.: Miguel Delgado. Int.: Mario Moreno (Cantinflas), Alma Delia Fuentes, Carmen Molina. Cor, 108 min. Comédia (17.00, Quatro)

Queridinhas

«Little Darlings» (EUA/1980). Real.: Ronald F. Maxwell. Int.: Tatum O'Neal, Kristy McNichol, Matt Dillon, Armand Assante. Cor, 94 min. Comédia dramática (23.45, Canal 1)

União de Sangue

«The Indian Runner» (EUA/1991). Real.: Sean Penn. Int.: David Morse, Viggo Mortensen, Valeria Golino, Patricia Arquette, Charles Bronson. Cor, 125 min. Ver Destaque (23.50, Quatro)

Shi No Toge - The Sting of Death

«Shi No Toge» (Jap/1990). Real.: Kohei Oguri. Int.: Keiko Matsuzaka, Itoku Kishibe, Takenori Matsumura. Cor, 111 min. Drama. (00.05, TV 2)

O Juiz do Terrorismo

«Le Juge du Terrorisme - L'Affaire Akbari» (Fr/1983). Real.: Philippe Lefebvre. Int.: Jacques Weber, Jean-Pierre Bisson. Cor, 90 min. Policial. (00.30, SIC)

Terror nas Profundidades

«Deepstar Six» (EUA/1988). Real.: Sean S. Cunningham. Int.: Taurean Blacque, Nancy Everhard, Miguel Ferrer. Cor, 92 min. Terror (01.20, Canal 1)

DOMINGO, 10

Grande Hotel

«Grand Hotel» (EUA/1932). Real.: Edmund Goulding. Int.: Greta Garbo, John Barrymore, Joan Crawford, Wallace Beery. P/B, 112 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

A Ilha do Adeus

«Islands in the Stream» (EUA/1976). Real.: Franklin J. Shaffner. Int.: George C. Scott, David Hemmings, Susan Tyrrell, Gilbert Roland, Claire Bloom. Cor, 101 min. Ver Destaque. (15.20, Canal 1)

A Dama do Cine Shangai

«A Dama do Cine Shangai» (Brasil/1988). Real.: Guilherme de Almeida Prado. Int.: Máti Proença, António Fagundes, José Mayer, Miguel Falabella. Drama. Cor, 111 min (20.00, TV 2)

Uma Razão para Viver, Outra para Morrer

«Una Raggione per Vivere e Una per Morire» (It/1972). Real.: Tonino Valerii. Int.: James Coburn, Bud Spencer, Telly Savalas. Cor, 93 min. «Western-spaghetti». (21.50, SIC)

Fuga para a Vitória

«Escape to Victory» (EUA/1981). Real.: John Huston. Int.: Michael Caine, Sylvester Stallone, Max Von Sydow, Pelé, Bobby Moore. Cor, 116 min. Ver Destaque (22.00, Quatro)

Chandler

«Chandler» (EUA/1971). Real.: Paul Magwood. Int.: Warren Oates, Leslie Caron, Alex Dreier, Mitchell Ryab. P/B, 82 min. Policial (00.05, Canal 1)

Lilith e o seu Destino

«Lilith» (EUA/1964). Real.: Robert Rossen. Int.: Warren Beatty, Jean Seberg, Kim Hunter, Peter Fonda, Gene Hackman. P/B, 115 min. Drama. (23.05, TV 2)

SEGUNDA, 11

Prisioneiro do Passado

«Dark Passage» (EUA/1947). Real.: Delmer Daves. Int.: Humphrey Bogart, Lauren Bacall, Agnes Moorehead. P/B, 106 min. Ver Destaque. (13.45, TV 2)

Heidi e Pedro

«Heidi und Peter» (1955). Real.: Franz Schnyder. Int.: Elisabeth Sigmund, Thomas Klammeth. 93 min. Comédia dramática. (14.30, SIC)

Amor Entre Mulheres

«Harris» (RFA/1973). Real.: Robert Van Ackeren. Int.: Mascha Rabben, Gabi Larifari, Ulli Lommel. Cor, 109 min. Drama (22.30, SIC)

Histórias de Prisões

«Prison Stories: Women on the Inside» (EUA/1991). Real.: Donna Deitch, Penelope Sheeris e Joan Micklin Silver. Int.: Rachel Ticotin, Talisa Soto, Rae Dawn Chong, Annabella Sciorra, Lolita Davidovich. Cor, 82 min. Ver Destaque (00.35, Canal 1)

TERÇA, 12

Vitória Negra

«Dark Victory» (EUA/1939). Real.: Edmund Goulding. Int.: Bette Davis, George Brent, Humphrey Bogart, Geraldine Fitzgerald, Ronald Reagan. P/B, 106 min. Ver Destaque (13.45, TV 2)

David

«David» (EUA/1988). Real.: John Erman. Int.: Bernadette Peters, John Glover, Matthew Laurence. Cor, 100 min. Telefilme (14.30, SIC)

Mona Lisa

«Mona Lisa» (GB/1986). Real.: Neil Jordan. Int.: Bob Hoskins, Cathy Tyson, Michael Caine, Robbie Coltrane, Clark Peters. Cor, 104 min. Ver Destaque. (22.10, TV 2)

Sonhos de Morte

«Dead of Night» (Can/1972). Real.: Bob Clark. Int.: John Marley, Richard Bakus, Lynn Carlin, Henderson Forsythe. Cor, 93 min. Ver Destaque. (01.30, Canal 1)

QUARTA, 13

Conflitos de Almas

«Conflict» (EUA/1945). Real.: Curtis Bernhardt. Int.: Humphrey Bogart, Alexis Smith, Rose Hobart. P/B, 86 min. Mistério. (14.25, TV 2)

Aos Nossos Amores

«A Nos Amours» (Fr/1983). Real.: Maurice Pialat. Int.: Sandrine Bonnaire, Dominique Besnehard, Maurice Pialat. Cor, 98 min. Drama. (14.30, SIC)

XADREZ

CDLXVII - 7 DE JULHO DE 1994

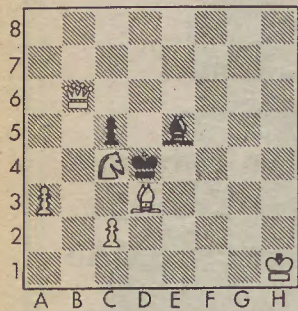
PROPOSIÇÃO Nº 1994X047

Por: FRANK HEALEY

ENGLISH CHESS PROBLEMS, 1875

Pr. [3]: Pç5-B65-Rd4

Br. [6]: Ps. a3ç2-Cç4-Bd3-Db6-Rh1



Mate em 3 lances

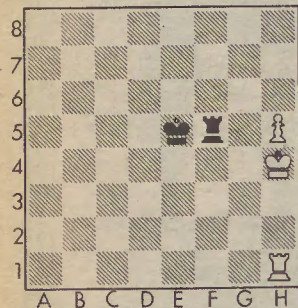
PROPOSIÇÃO Nº 1994X048

Por: ALEXIS SELEZNYOV

Tidskrift för Schack, 1923

Pr. [2]: Tf5-R65

Br. [43]: Ph5-Th1-Rh4



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº CDLXVII

Nº 1994X047 [F.H.]: 1. Bh7!, Rd5; 2. Dg6 [Zugzwang], Rç4(Bd4; 3. Dd3/Bg8. Nº 1994X048 [A.S.]: 1. h5!, Rf6; 2. h7.Rg7; 3. h8=D+, R:h4; 4. Rg4+ e.g.

A. de M. M.

DAMAS

CDLXVII - 7 DE JULHO DE 1994

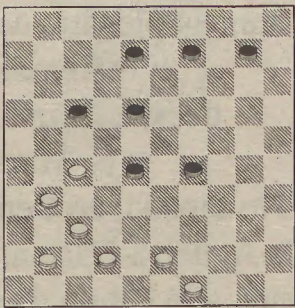
PROPOSIÇÃO Nº 1994D047

Por: PAUL KLEUTE

- NL, 1925

Pr. [7]: 8-9-10-17-18-28-29

Br. [7]: 27-31-37-41-42-43-49



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D048

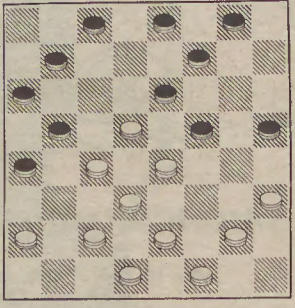
GOLPE Nº 76

Por: ANÍBAL MARQUES DA SILVA

[Contra: J.D.F.]

- Pragal/Almada, 2.X.1954

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 12-15, 20-16; 4. 1-5, 28-23; 5. 15-19, 32-28; 6. 8-12, 27-22; 7. 12-15, 23-20; 8. 4-8, 21-17; 9. 14-21, 25-18; 10. 10-14 DIAGRAMA:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLXVII

Nº 1994D047 [P.K.]: 1. 27-21, (17x26); 2. 37-32! (x); 3. 49-43! (X); 4. 43x5=D+ Nº 1994D048 [A.M. da S.]: 10... 17-13; 11. 14

Quinta, 7

CANAL 1

08.00 Informação
08.05 Os Caminhos da Arte
08.50 A Ilha do Tesouro
09.15 Rua Sésamo
09.45 Um Rapaz e o Mundo
10.10 Raccons
10.35 Detectives em Férias
11.00 A Esquadra de Bakersfield
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 O Bando dos 4
14.55 O Século Nobel
15.45 Vizinhos
16.10 Arsène Lupin
17.05 Dempsey & Makepeace
18.00 Ana Raio e Zé Trovão
18.55 Lotaria Nacional
19.05 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telegiornal
20.40 Fera Ferida
21.30 Isto... Só Vídeo
22.05 Os Inocentes
22.40 Sonhos Desfeitos
23.45 24 Horas
00.25 O Circuito da Morte
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 Os Caminhos da Arte
13.45 O Apartamento
(ver «Filmes na TV»)
15.45 Férias Felizes
16.35 Aviões Militares
17.05 Infantil
18.00 Um, Dó, Li, Tá



Improvisação na Música - do Jazz ao barroco ou à música étnica, numa nova série a transmitir à quarta-feira cerca da 13h na TV2

19.00 Sete Vidas
19.55 Magazine «Teatro»
20.25 Herofina Nº 4
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.10 Toiros: Corridá TV
24.00 Remate
00.10 O Grande Irã
01.05 Amazónia

SIC

11.35 Transformers
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.20 O Diário do Mundial
13.30 Sassá Mutema
14.20 Os Donos da Bola
14.15 Scarface
(ver «Filmes na TV»)
16.15 A Brincar, a Brincar
16.40 Ora Bolas, Marina
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
19.00 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.35 O Diário do Mundial
20.50 Mulheres de Areia
22.40 Minas e Armadilhas
23.50 Casos de Polícia
23.55 Último Jornal
00.15 Os Donos da Bola
00.25 Tostões e Milhões
00.55 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.20 Caixa de Perguntas
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.10 A Casa do Tio Carlos
17.05 Alf
17.35 Topázio
18.05 Morena Clara
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Farmácia de Serviço
21.30 Queridos Inimigos
23.30 Informação
23.55 Fora de Jogo
01.15 Modelo e Detective

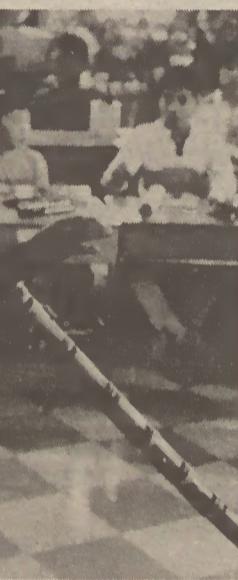
Sexta, 8

CANAL 1

08.00 Informação
08.05 Os Caminhos da Arte
08.50 Off Beat
09.15 Rua Sésamo
09.45 «The Worst Day of My Life»
10.10 Raccons
10.35 Detectives em Férias
11.00 A Esquadra de Bakersfield
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 O Bando dos 4
14.55 Século Nobel
15.45 Vizinhos
16.05 Nero Wolfe
17.00 Dempsey & Makepeace
18.05 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP/Financial Times
20.00 Telegiornal
20.40 Fera Ferida
21.35 Jogos Sem Fronteiras
23.00 Cheers, Aquele Bar
23.40 24 Horas
00.20 A Espada do Guerreiro (Longa-metragem)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 Expedições Num Mundo Mágico
13.45 A Internacional do Crime
(ver «Filmes na TV»)
15.30 Happy Holidays
16.20 Segredos do Mundo
16.55 Infantil
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.00 Sete Vidas



Nero Wolfe, o brilhante e petulante herói de Rex Stout, interpretado por William Conrad, substituído agora por Arsène Lupin no horário (a meio da tarde) das «séries policiais» do Canal 1

19.50 Mulheres no Jazz
20.20 Os Alpes
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.10 Fórmula 1
22.25 Rússia à Venda
23.25 Remate
23.35 As Grandes Vozes Negras Americanas
00.25 Amazónia

SIC

11.35 Transformers
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.20 O Diário do Mundial
13.30 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Adeus, Nova Iorque
(ver «Filmes na TV»)
16.15 A Brincar, a Brincar
16.40 Ora Bolas, Marina
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Sete à Sexta
21.15 O Diário do Mundial
21.30 Mulheres de Areia
22.30 Mini Chuva de Estrelas
23.55 Último Jornal
00.15 Os Donos da Bola
00.25 Playboy
00.50 Ao Sol de Satanás
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.20 Coisas de Família
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.10 A Casa do Tio Carlos
17.05 Alf
17.35 Topázio
18.00 Morena Clara
18.20 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 A Casa de Sycamore Street
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Informação
00.25 Fora de Jogo
00.45 Cem Armas ao Sol
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 9

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.20 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.30 Eternos Novatos
13.40 Made in Portugal
14.10 Extra Large
15.40 Emoções Fortes
16.30 Na Rota do Sol
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Beverly Hills
18.50 Um Disco para o Verão 94
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Na Paz dos Anjos
21.45 Parabéns
23.45 Queridinhas
(ver «Filmes na TV»)
01.20 Terror nas Profundidades
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Pistoleiros do Arizona
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Taoumaquia
14.00 Musical: «Milton Nascimento»
15.10 O Prodigioso Hickey
16.00 TV2 Desporto
21.00 De Lisboa, Com Amor
21.00 Mundial de Futebol
00.30 Sexualidades
00.05 «Shi No Toge -The Sting of Death»
(ver «Filmes na TV»)
02.00 Uma Questão de Consciência

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 O Diário do Mundial
13.40 Gladiadores Americanos
14.30 Nunca Digas Banzai
15.10 Difamação
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Curvas Perigosas
18.00 Gala dos Pequenos Cantores
19.30 Minas e Armadilhas
20.00 Jornal da Noite
20.35 O Diário do Mundial
20.55 Mulheres de Areia
22.10 Os Trapaalhães
23.10 A Brincar, a Brincar
23.40 Especial Playboy
00.10 Último Jornal
00.30 O Juiz do Terrorismo: O Caso Akbari
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

08.00 Animação
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Vamos ao Circo
12.00 Sam Saturday
13.00 Contra-Ataque
14.00 Top 25
14.35 Estrela
17.00 Cantinflas Faz-Tudo
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Informação Quatro
20.05 O Ganso
23.35 Informação
23.50 União de Sangue
(ver «Filmes na TV»)

18.30 Duque de Ouros
19.30 Informação
20.05 O Turno da Noite
22.00 Fuga para a Vitória
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Últimas Notícias
00.30 Caixa de Perguntas



Nero Wolfe, o brilhante e petulante herói de Rex Stout, interpretado por William Conrad, substituído agora por Arsène Lupin no horário (a meio da tarde) das «séries policiais» do Canal 1

Domingo, 10

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.00 Dinossauros
14.30 Missão Impossível
15.20 A Ilha do Adeus
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Os Simpsons
17.30 Você Decide
19.00 Na Paz dos Anjos
19.43 Joker
19.45 Jornal de Domingo
20.15 Casa Cheia
21.00 Mundial de Futebol
23.30 Sozinhos em Casa
00.05 Chandler
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 À Mão de Semear
09.25 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 As Ordens Militares e Religiosas em Portugal
11.00 Missa
11.55 70 x 7
12.25 Forum Musical
13.15 Regiões
14.15 Mulheres em Viagem
14.45 TV2 Desporto
20.00 A Dama do Cine Shangai
(ver «Filmes na TV»)
22.00 Artes e Letras: «As Tentações de Santo António- Bosch»
23.05 Lilithe e o Seu Destino
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Uma Questão de Consciência

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 O Diário do Mundial
13.40 Vida Selvagem
14.30 Grande Hotel
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tudo pelas Notícias
17.15 Obras em Casa
17.45 Bom Domingo
20.00 Jornal da Noite
20.35 O Diário do Mundial
20.45 Os Trapaalhães
21.10 Labirinto
21.50 Uma Razão para Viver, Outra para Morrer
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Último Jornal
00.05 Balada de Nova Iorque
01.05 Fórmula Indy

QUATRO

08.00 Animação
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Informação Religiosa
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.30 Coisas de Família
14.05 Lassie
14.30 Céus de África
15.00 O Sonho do Oeste
16.00 Queridos Inimigos
18.00 Passaporte
18.30 Duque de Ouros
19.30 Informação
20.05 O Turno da Noite
22.00 Fuga para a Vitória
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Últimas Notícias
00.30 Caixa de Perguntas



Os famosos «Contos Assombrosos» de um grupo de cineastas americanos reunidos em torno de um projecto de Spielberg: se não for (de novo) rebate falso, a partir de 2ª feira, semanalmente, por volta da meia-noite

Segunda, 11

CANAL 1

08.00 Os Caminhos da Arte
08.50 Sandokan
09.15 Rua Sésamo
09.45 Um Rapaz e o Mundo
10.10 Raccons
10.35 Detectives em Férias
11.00 A Esquadra de Bakersfield
11.45 Culinária
12.00 Informação
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Resumos do Mundial de Futebol
14.40 O Viajante no Tempo
15.30 O Século Nobel
16.00 O Bando dos 4
16.45 Vizinhos
17.10 Acção em Miami
18.05 Ana Raio e Zé Trovão
18.55 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telegiornal
20.35 Fera Ferida
21.30 Pátio da Fama
22.25 Moda Verão
23.15 Contos Assombrosos
23.55 24 Horas
00.35 Histórias de Prisões
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.55 Hotéis
13.45 Prisioneiro do Passado
(ver «Filmes na TV»)
15.45 Férias Felizes
16.30 Sobreviver
17.00 Infantil
18.00 Desafios
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Crimes
20.15 28 Anos Depois
21.30 TV2 Jornal
22.10 Bailado: «David Parsons»
23.45 Remate
24.00 Um Ano em Grande
00.55 Magazine «Cinema»
01.20 Amazónia (último episódio)

SIC

11.35 Transformers
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.20 O Diário do Mundial
13.30 Sassá Mutema
14.20 Os Donos da Bola
14.30 Heidi e Pedro
(ver «Filmes na TV»)
16.15 A Brincar, a Brincar
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.35 O Diário do Mundial
20.50 Mulheres de Areia
21.50 Ora Bolas, Marina
22.30 Amor Entre Mulheres
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Último Jornal
00.35 Os Donos da Bola
00.45 Sim, Sr. Ministro
01.15 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.20 Animação
16.50 Alf
17.20 Topázio
17.50 Morena Clara
18.20 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 Luzes da Ribalta
23.30 Informação
23.55 Fora de Jogo
00.15 Estação do Oriente



Os famosos «Contos Assombrosos» de um grupo de cineastas americanos reunidos em torno de um projecto de Spielberg: se não for (de novo) rebate falso, a partir de 2ª feira, semanalmente, por volta da meia-noite



Aretha Franklin, uma das grandes vozes negras do Jazz em dois programas que lhes são dedicados esta semana na TV2: sexta-feira às 19.50 e às 23.30

Terça, 12

CANAL 1

08.00 Os Caminhos da Arte
08.50 Sandokan
09.15 Rua Sésamo
09.45 Um Rapaz e o Mundo
10.10 Raccons
10.35 Detectives em Férias
11.00 A Esquadra de Bakersfield
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 O Bando dos 4
15.00 O Século Nobel
15.45 Vizinhos
16.15 Nero Wolfe
17.00 Acção em Miami
17.50 Caderno Diário
18.00 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telegiornal
20.40 Fera Ferida
21.30 Nico d' Obra
22.10 Miss Universo
23.40 As Teias da Lei
00.50 24 Horas
01.30 Sonhos de Morte
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 Para Além do Ano 2000
13.45 Vitória Negra
(ver «Filmes na TV»)
15.30 Férias Felizes
16.20 Aviões Militares
17.00 Infantil
18.00 Desafios
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Magazine «Viver com Saúde»
20.15 Rotações
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Mona Lisa
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Remate
00.05 Grandes Devoções
01.05 Na Rede de Intrigas

SIC

11.35 Transformers
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.15 O Diário do Mundial
13.30 Sassá Mutema
14.20 Os Donos da Bola
14.30 David
(ver «Filmes na TV»)
16.15 A Brincar, a Brincar
16.40 Ora Bolas, Marina
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.35 O Diário do Mundial
20.50 Mulheres de Areia
21.50 Cenas de Um Casamento
22.50 20 Anos - 20 Nomes
00.15 Último Jornal
00.25 Os Donos da Bola
00.35 A Família do Senador
01.05 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.20 Animação
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.20 Flinstones
16.50 Alf
17.20 Topázio
17.50 Morena Clara
18.20 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 O Céu Como Horizonte
23.50 Informação
00.15 Fora de Jogo
00.35 Anúncio do Outro Mundo
01.05 Modelo e Detective

Quarta, 13

CANAL 1

08.00 Os Caminhos da Arte
08.50 Sandokan
09.15 Rua Sésamo
09.45 Um Rapaz e o Mundo
10.10 Raccons
10.35 Detectives em Férias
11.00 A Esquadra de Bakersfield
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 O Bando dos 4
15.00 Breve História da Europa
15.50 Nero Wolfe
16.45 Acção em Miami
17.35 Caderno Diário
17.40 Ana Raio e Zé Trovão
18.35 Com a Verdade M' Enganas
19.30 Telegiornal
20.00 Fera Ferida
20.50 Só Riso
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.30 Mundial de Futebol (Meia-Final)
00.20 24 Horas
01.00 Mundial de Futebol (Meia-Final)

TV 2

12.00 Infantil
12.30 Improvisação na Música
14.00 Universidade Aberta
14.25 Conflitos de Almas
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Happy Holidays
17.05 Infantil
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.00 «Winners»
19.50 Realce
20.15 Milagres
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Grande Noite
23.15 Quem Fala Assim...
00.20 Uma Questão de Consciência
01.45 Na Rede da Intriga

SIC

11.35 Transformers
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.15 O Diário do Mundial
13.30 Sassá Mutema
14.20 Os Donos da Bola
14.30 Aos Nossos Amores
(ver «Filmes na TV»)
16.15 A Brincar, a Brincar
16.40 Ora Bolas, Marina
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.50 Mulheres de Areia
21.50 Perdoa-me
22.50 Caça ao Tesouro
00.35 Último Jornal
00.55 Os Donos da Bola
01.05 Internacional Sic
01.35 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

12.00 Caça ao Canudo
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.20 Animação
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.20 Flinstones
16.50 Alf
17.20 Topázio
17.50 Morena Clara
18.20 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 O Céu Como Horizonte
23.50 Informação
00.15 Fora de Jogo
00.35 Telemotor
01.05 Modelo e Detective

Por isto e por aquilo...

O Apartamento

(Quinta, 13.45, TV 2)

Uma retransmissão bem-vinda, a desta soberba comédia dramática que Billy Wilder quis oferecer ao talento já então provado de Jack Lemmon mas que haveria de lhe valer a ele próprio, realizador, um Oscar, entre vários outros concedidos ao filme - que não aos actores, embora tanto Lemmon como Shirley MacLaine, esta no início de carreira, tenham arrecadado a definitiva consagração entre os cinéfilos. A história, recorde-se (e não faria mal nenhum contá-la de fio a pavio, porque só visto...), é a de um apagado funcionário de uma grande empresa que começa a emprestar o seu apartamento ao "chefe" para os encontros amorosos deste, primeiro na mira de uma promoção, depois também em troca de umas gratificações, em breve como um alegre "negócio" que circula por variadíssimos gabinetes da companhia. Até ao dia em que, no regresso a casa, depara com a amante do seu chefe (por sinal a rapariga que ele próprio em segredo deseja...), prostrada por uma overdose e o desgosto de ter sido abandonada. E da sátira aos cos-



"O Apartamento" com Jack Lemmon

tumes do mundo dos negócios, onde sucesso, cinismo e imoralidade se misturam trepidamente, passa-se ao mundo da ternura e dos bons sentimentos. Com o mesmo ritmo, a não-retórica, a profundidade-simplicidade que é talento de tantos cineastas americanos (e de Billy Wilder!). Uma comédia brilhante, mais uma vez num horário desastrado!

Scarface

(Quinta, 14.15, SIC)

Se o horário escolhido pela RTP para "O Apartamento" é desastrado, o mesmo horário escolhido pela SIC para "Scarface" é criminoso. Trata-se, nem mais nem menos, de um dos melhores filmes de sempre, incluído nas selecções periodicamente feitas pela crítica, e um clássico absoluto do filme de gangsters. Pouco visto, por outro lado: feito em 1930/31, data de então o início de um conturbado percurso, com o produtor Howard Hughes a impor a filmagem de cenas e um prólogo e um epílogo que Howard Hawks se recusou a filmar, cenas "com Paul Muni" que este não interpretou, problemas com a censura e a associação dos produtores e distribuidores. Hawks reteve o seu original, mas Hughes (para quem a controvérsia acabou afinal por ser altamente lucrativa), com cópias das duas versões, passou a distribuí-las de acordo com as "sensibilidades" prevalentes nas zonas de exibição. Com a morte de Hughes, os seus herdeiros confiscaram todas as cópias genuínas de "Scarface", que só em 1979 passaram a ter de novo circulação pública.

Crê-se que a versão de Hawks é a única actualmente disponível. Scarface é considerado um dos mais violentos filmes de sempre - um retrato impiedoso do gangsterismo, feito "a quente" (diz-se, por exemplo, que Hawks recorria durante as filmagens a um famoso repórter especializado do *Chicago Tribune* para retratar com fidelidade as personalidades do mundo do crime e as suas técnicas e procedimentos e que - outro exemplo - fazia os seus actores representar em cenários previamente "preparados" por gangsters verdadeiros, que contratava como extras ou "conselheiros"). E ainda partindo de uma tese que contrariava a dos filmes de gangsters feitos até então, que, no geral, os glorificavam ou pretendiam explicá-los como "vítimas da sociedade". Para Hawks, no início dos anos 30, o gangster era um monstro, um maníaco da violência que não podia ser tolerado nem ficar impune, o que aliás se traduz no título original: Scarface, The Shame of the Nation - A Vergonha da Nação.

Um admirável grupo de actores, com destaque para Paul Muni, dá corpo a esta denúncia e, quer eles, quer o realizador são ainda hoje, 60 anos passados, referência clássica para as personagens e os filmes do género.



Greta Garbo e John Barrymore na cena mais citada de "Grande Hotel"

União de Sangue

(Sábado, 23.50, Quatro)

Primeira realização de um jovem grande actor, Sean Penn, que foi também o argumentista, "União de Sangue" centra-se nas relações entre dois irmãos - na sua identidade e na sua oposição, na bondade de um e na agressividade do outro, como se ambos fossem os dois lados opostos e solidários de um mesmo corpo. Alguma originalidade, também na escolha e direcção de actores, reveladas por exemplo no surpreendente aproveitamento de um actor considerado rotineiro como Charles Bronson, que pode justificar a atenção a esta nova faceta de Penn.

Grande Hotel

(Domingo, 14.30, SIC)

Um melodrama que pode não acrescentar grande glória à glória de Greta Garbo mas que foi a vários títulos um feito: Irving Thalberg, o célebre produtor da MGM, sonhava reunir num só filme uma constelação de estrelas... que se detestavam, e conseguiu-o através desta primeira adaptação do texto de Vicki Baum, repegado numerosas outras vezes sem grande êxito; sobretudo através do talento para "gerir" actores do realizador Edmund Goulding que, num tempo em que as técnicas e os truques não eram o que são hoje, foi capaz de fazer "contracenar" Garbo e Crawford... sem a presença de



Paul Muni, intérprete principal de "Scarface", de Howard Hawks

Crawford, e Barrymore e Beery... sem a presença de um deles! O filme acabaria por ser contemplado com um Oscar para o melhor filme do ano, mas nenhuma das suas grandes estrelas foi contemplada. Excepto, em certo sentido, Garbo, que de uma das suas cenas adoptou (ou adoptou Thalberg por ela) a legenda da sua vida: "I want to be alone!"

A Ilha do Adeus

(Domingo, 15.20, Canal 1)

De um romance amargo de Hemingway adaptou Schaffner este filme amargo mas generoso, onde se acentuam, em relação ao livro, os traços autobiográficos do escritor, que a interpretação de George C. Scott reforça.

Fuga para a Vitória

(Domingo, 22.00, Quatro)

Sim, é um filme de John Huston mas podia não ser. Sem chama, uma história vivida num campo de prisioneiros ingleses na Alemanha que só valerá



Bob Hoskins, Michael Caine e Cathy Tyson em "Mona Lisa", de Neil Jordan

pelas exibições futebolísticas que proporciona, reforçado que foi o elenco por dois inesperados actores: Pelé e Bobby More.

Prisioneiro do Passado

(Segunda, 13.45, TV 2)

Como John Huston, também Humphrey Bogart e Lauren Bacall não fizeram só filmes de referência: este é dos que se pode esquecer, coisa que para um espectador de televisão será difícil, uma vez que a RTP o reprograma com certa frequência. Se não se chega lá pelo nome, chega-se por um bocadinho da história: é aquele caso do criminoso Bogart que se esconde no elegante apartamento de Bacall enquanto recupera de uma operação plástica que o fará parecer outro...

Histórias de Prisões

(Segunda, 00.35, Canal 1)

Um filme-documento (ou um documentário ficcionado), em primeira exibição em Portugal, obra de três realizadoras americanas com trabalho anterior também como argumentistas e que se têm dedicado preferencialmente ao tratamento de temas feministas. Foi uma produção independente, feita para uma televisão por cabo.

Vitória Negra

(Terça, 13.45, TV 2)

Um drama famoso no cinema, um grande êxito num ano (1939) de muitos outros êxitos - de "E Tudo o Vento Levou" a "O Feiticeiro de Oz" ou "Ratos e Homens" -, acerca de "Vitória Negra"



Bette Davis e George Brent em "Vitória Negra", de Edmund Goulding

afirmou alguém que "vendeu mais Kleenex que qualquer outro filme da época". A história de uma mulher da alta sociedade em processo irreversível de cegueira com as suas desventuras amorosas e vivenciais conseguiu manipular as emoções de largas audiências como muito poucas outras, mas é tão bem contada e tão bem interpretada que ainda hoje se lhe perdoa. Entre os actores, alguns estão ali por acaso (caso de Bogart ou, evidentemente, Ronald Reagan), mas Geraldine Fitzgerald, em início de carreira, já se faz notar. E quanto a Bette Davis, essa, é admirável.

Mona Lisa

(Terça, 22.10, TV 2)

Neil Jordan, o romancista e posteriormente cineasta irlandês obteve com este filme um dos grandes êxitos da sua carreira. A história (que também é sua) decorre nos meios da prostituição "profissional", no londrino Soho, centrada na figura de Simone, uma prostituta directamente explorada por um proxeneta de "nível médio" (ligado a uma grande organização) e no motorista que passa a ter à disposição para a conduzir nos negócios do sexo. É a ele, o motorista, o admirável Bob Hoskins que todos conheceríamos posteriormente em "Roger Rabbit", que acabariam por ser dedicados os maiores elogios, num trabalho aliás premiado no Festival de Cannes de 1986.

A ponte e o resto

■ Correia da Fonseca

É sabido que a cobertura pela(s) TV(s) do que ocorreu na Praça da Portagem entre 24 e 26 de Junho pode muito bem ter sido o mais importante acontecimento televisivo (e, por extensão, mediático, designadamente se não esquecermos o bom trabalho da Rádio) deste ano de 94. Também por isso vale a pena que voltemos a ele. Mas comecemos por recusar uma curiosa proposta que está a ser feita: a de lançar a crédito de todos quantos fizeram reportagem na Ponte 25 de Abril o mérito de terem revelado ao País, com verdade, o que estava a acontecer. É certo que a situação actual dos *mass media*, no plano tecnológico e não apenas nele, impediu o governo de conseguir o abafamento dos factos que teria sido possível duas décadas atrás. Mas também é certo que não apenas tentou fazê-lo como pôde contar com cumplicidades diversas, algumas delas inábeis, outras mais talentosas. O que é saudável não esquecer.

Assim, quando leio num semanário o que um jornalista escreveu («o que teria sucedido se não houvesse Televisão privada em Portugal?»), lembro-me inevitavelmente da ironia nada inocente que o mesmo jornalista usou, na TV, em diálogo com um popular: «— Está a falar-me da aliança Povo-MFA?» É que, para além dos métodos primários e obsoletos do primeiro-ministro, há outras maneiras de sugerir a um País intoxicado que «os comunistas» (que são, como se sabe, os do PCP propriamente dito mais os que com eles se parecem aos olhos brancos da repressão e da direita em geral) estão por detrás de todos os protestos, de todas as desobediências. Que só por causa deles a vida não é serena.

Isto é (mas eles nem se dão inteira conta do que dizem): que só por causa deles a exploração e a iniquidade não vivem tranquilas.

Dir-se-á que as mansas ou agressivas calúnias anticomunistas são uma coisa, e que coisa diferente é a guerrazinha, por agora perdedora, que o governo trava contra os utentes da Ponte. Será, mas não nos enganemos: para o governo, o verdadeiro inimigo é a «ameaça comunista», e a prova disso foi a destrambelhada, mas ainda assim significativa, declaração de Cavaco Silva em Corfu. E é para esta guerra, única, que continua a ser-lhe fundamental, que o governo, ponta-de-lança da direita, conta com aliados e

cumplicidades, com homens-de-mão disponíveis e servidores dirigentes, também nas Televisões. A obstinada arrogância de Ferreira do Amaral e a miopia táctica de Dias Loureiro eram insustentáveis. Por isso o governo perdeu, temporariamente ou não, nessas frentes, e os seus agentes nas TV's pouco lhes puderam valer. Mas o fogo a disparar contra o PCP prosseguiu para lá do recuo na Ponte.

A pior das lições

Registe-se, de passagem, que o caso talvez mais penoso de viciação informativa quanto ao que se passou na Praça da Portagem ocorreu numa rubricazinha minúscula, insignificante, que é transmitida todos os dias úteis já o declinar da tarde. É o «Caderno Diário», e pretende ser um pequenino serviço informativo dedicado aos jovens e feito por jovens. A sua versão dos

conflitos havidos, dos protestos e recusas dos utentes, da repressão policial, foi escandalosamente «soft», amenizada, ligeira. Bem sei que «Caderno Diário» é uma rubrica da RTP 1, e já a Informação sénior daquele canal ostentara uma clara propensão para deitar água benta nos excessos do poder. Mas, como bem se compreenderá, é difícil esquivarmo-nos à esperança de que os jovens, porque o são, sejam menos vulneráveis às tentações da subserviência, das falsificações para agrado dos amos, da cobardia. Por isso «Caderno Diário» desapontou. No mínimo, devia ter indicado alguma solidariedade com Luís Figueiredo, o jovem baleado pela polícia e em sério risco de ficar paraplégico para toda a vida, não omitir o que lhe acontecerá podia ser apenas um acto de solidariedade de jovem para jovem. Nem isso. Pelos vistos, «Caderno Diário» aprendeu perfeitamente a pior das lições.

Estratégias mais sofisticadas

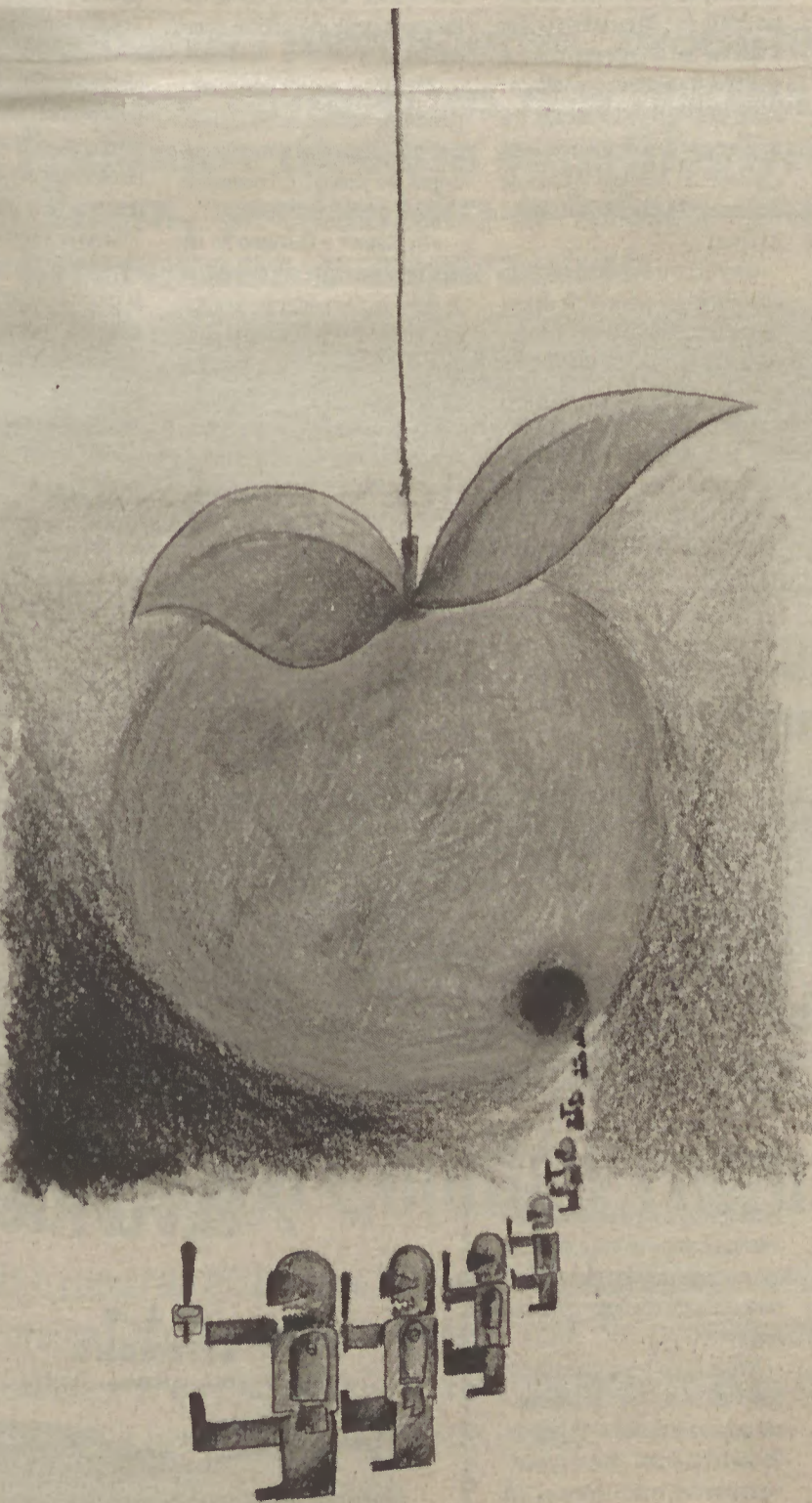
Consumado o recuo, estatelada no ridículo a bruteza da investida de Cavaco, Silva Marques & C^ª, ficou espaço e oportunidade para estratégias mais sofisticadas. Lembremo-nos do que aconteceu na rubrica «Sete à Sexta», da SIC, onde Margarida Marante conversou com Álvaro Cunhal. Foram ali divulgadas algumas sondagens de resultados interessantes: segundo elas, 66% dos inquiridos concordaram com o bloqueio da Ponte, 76% condenaram o comportamento das forças policiais e 64% rejeitaram a acusação de que os protestos teriam sido organizados pelo Partido Comunista e outros extremistas de esquerda. As próprias respostas e o seu volume percentual apontavam claramente para a inverosimilhança da tese burra avançada em Corfu e para o largo consenso condenatório do brutal aumento, transbordando fartamente das fronteiras partidárias. Era não apenas a prova pública de que Cavaco mentira grosseiramente como também a da «inocentação» do PCP.

Porém, a jornalista não se conformou e tentou uma hábil reconversão da derrota cavaquista em novo argumento utilizável contra o prestígio do PCP. Segundo ela, o Partido só não organizar a contestação porque já não tem para isso capacidade de mobilização. Era mais uma reformulação da já velha estória de irreversível decadência comunista.

Também segundo ela, à impotência anterior somara-se a «falta de estratégia» adequada. Era a acusação de pouca clarividência política, contribuição na circunstância possível para um eventual descrédito do PCP junto dos telespectadores que, naquele momento, seriam muitos. Não por «Sete à Sexta» ou por Margarida Marante mas sim porque, bem se sabe, a presença de Álvaro Cunhal na TV gera sempre, além do mais, um «pico» de audiência do público. De tal modo que, neste tempo de guerra de audiências, mal se entende como Cunhal não surge mais vezes nas Televisões. Talvez que, apesar da conhecida avidez por «shares» propiciadores de boas receitas, haja quem não esteja disposto a correr todos os riscos. Quer dizer: haja quem prefira perder algum dinheiro a que se tornem demasiado frequentes na TV as palavras claras do Presidente do Conselho Nacional do PCP.

Tirar a desforra...

Depois dos confrontos na Praça da Portagem e do revés governamental, será difícil reencontrar tão cedo que, em qualquer das operadoras de Televisão, venha defender claramente as abaladíssimas pretensões de Ferreira do Amaral, embora seja óbvio que apenas presenciámos o primeiro «round» de um combate mais longo e mais vasto do que por agora nos parece. Porém, quanto à quotidiana prática do anticomunismo calunioso, sem princípios mas com evidentes fins, é previsível que vá não apenas prosseguir mas redobrar. Pois haverá quem queira tirar desforra do facto de ter sido nítido e consensualmente confirmado que os comunistas tinham razão. Também desta vez, acrescento eu.



de FOICE

Vergonha

Às vezes a raiva é tão grande que o nó na garganta aperta, aperta, até quase sufocar.

Às vezes a revolta é tão funda que pesa no peito com a força de todas as injustiças do mundo.

Às vezes a vergonha é tão avassaladora que não há à face da terra um único refúgio.

E dói. Dói tanto que as janelas dos olhos não chegam para dar passagem às lágrimas que choram dentro dos homens desde o princípio dos tempos.

É então que se constrói o silêncio. Ou a morte. Ou a luta. Ou o desencanto. Ou tudo junto, que muitas são as formas de gritar o direito à dignidade, à humana condição.

Há quem não ouça.

Há quem não entenda.

Há quem não perceba que uma fotografia num jornal ou uma imagem na televisão pode roubar a alma a um homem; que uma palavra pode desfazer o gesto mais solidário; que o pudor existe e merece respeito.

Na escassez do Verão, tudo o que vem à rede é notícia, mesmo que o peixe seja velho de uma década e tenha estado ali todo o tempo à vista de quem o quisesse ver. O Alentejo. Não o das anedotas, não o dos montes e coutadas em voga, não o do imaginário urbano mais ou menos folclórico.

O Alentejo dos alentejanos, da luta contra o latifúndio, da bolota comida às escondidas da GNR, da esperança da Reforma Agrária, da aposta no futuro, do Poder Local Democrático, da liquidação da Reforma Agrária, da emigração, do desemprego, da desertificação, da miséria.

O Alentejo enfim descoberto na sede do espectáculo da miséria por quantos não têm a mínima noção da miséria do espectáculo em que aceitam participar.

O Alentejo da "ajuda humanitária", dos alimentos fora de prazo, do sensacionalismo da notícia a pedir sangue que anime a aridez informativa do Verão.

O Alentejo ainda e sempre incompreendido a gritar ao país que quer trabalho, não caridade, logo alcunhado de orgulhoso.

Há muitos anos, Gonzagão, sertanejo tocador e cantador de coisas da vida, já desaparecido, dizia numa canção de seca que "uma esmola para um homem que é são, ou lhe enche de vergonha ou vicia o cidadão".

Os alentejanos, conheçam-no ou não, entendem-no bem.

Quem não entende a sua mensagem são certamente aqueles que ao invés de correrem ao gabinete de Cavaco Silva a pedir contas da fome no Alentejo, correram ao Alentejo a tentar registar o bodo aos pobres.

Quem não entende nada do que se está a passar é quem ainda hoje, vinte anos depois de Abril, não percebeu que no Alentejo à fartura de tudo, até de fome.

Fartura de terras por cultivar, fartura de coutadas, fartura de águas perdidas, fartura de casas abandonadas, fartura de desinvestimento, fartura de represálias políticas.

E ainda fartura de coragem, fartura de dignidade, fartura de consciência dos direitos de cidadania.

Há fome no Alentejo. E é uma vergonha. Uma vergonha para um país que se diz democrático e para um Governo que apresentou Portugal ao mundo como um caso de sucesso.

Há fome no Alentejo e nem sequer é novidade. A fome, sabem-no bem quantos a sofrem, mata-se com trabalho, não com esmolas.

Os alentejanos estão envergonhados e com razão. Ditosa pátria esta que ainda tem quem se envergonhe por ela.

■ AF

Debate sobre o estado da Nação Elevar o nível e a qualidade de vida dos portugueses

- defendeu Carvalhas no Parlamento

Ontem, na Assembleia da República, o secretário-geral do PCP considerou que a elevação do nível e da qualidade de vida dos portugueses, a modernização e defesa do aparelho produtivo ao serviço de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento terão de constituir preocupações e tarefas nacionais prioritárias

«Há um ano, com pompa e circunstância, o sr. Primeiro-Ministro introduziu o debate sobre o "estado da Nação", com duas frases feitas que sintetizavam no seu entender a atitude do seu governo: a "coragem de mudar" e a "confiança nos portugueses", começou por afirmar Carlos Carvalhas, sublinhando mais à frente:

«Os factos aí estão. Crescimento negativo da economia, afastamento da média europeia, aparelho produtivo debilitado e mais dependente, regresso dos salários em atraso, despedimentos em massa, aumento do desemprego e do trabalho precário, vulgarização do recurso à lay-off, multiplicação das notícias de crianças vítimas de acidentes de trabalho, inclusive mortais, reformados em situação afiliva, interior do país cada vez mais envelhecido e desertificado.

Este é que é o verdadeiro estado da Nação que nenhum sucedâneo da "teoria do oásis" pode camuflar (...)

«Há aproximadamente um ano, também o Governo lançava o tema do Acordo Económico e Social e também, na altura, apesar da abundante profusão de declarações públicas e do desmesurado tempo de antena que lhe era concedido, o sr. Primeiro-Ministro, nem uma só

vez conseguiu explicar como é que, prosseguindo a mesma política, produzia o milagre de assegurar a criação de empregos e a competitividade da economia portuguesa. A verdade dos factos fala por si: encerramento contínuo de empre-

«Esta política não serve nem o povo nem o País. É necessário uma nova política»

sas; destruição de milhares de postos de trabalho. (...)

«São conhecidas as dificuldades em que vive a maioria dos reformados, que tiveram aumentos de 50, 33 e 30 escudos por dia, a maioria dos desempregados que não têm qualquer subsídio, os milhares de agricultores cada vez mais arruinados, os trabalhadores agrícolas do Alentejo vítimas da criminosa destruição da Reforma Agrária (...)

«O PSD e o Governo não têm uma estratégia negocial de defesa do interesse nacional na Comunidade. Tudo vendem a troco de efémeros subsídios. Por exemplo, acordaram tarde para as questões do vinho (e só depois do PCP ter proposto e feito aprovar na AR uma resolução de rejeição de proposta da Comissão), estão parados

no que se refere ao importantíssimo sector das frutas e legumes, cuja reforma se vai iniciar, quando outros países (como Espanha) já entregaram as suas próprias propostas para influenciar as primeiras opções da Comissão (...)

«Ainda agora foi revelado pelo próprio Tribunal de Contas a ausência de transparência e ilegalidades da actividade governativa no parecer sobre a CGE de 1992, designadamente as ilegalidades detectadas na privatização das companhias de seguros Império e Mundial-Confiança e na existência de muitos milhões de contos em contas de depósitos que não foram contabilizadas como recei-

tas orçamentais, e bem assim muitas irregularidades visando em especial a desorçamentação de despesas públicas efectivas e a consequente fuga à respectiva fiscalização pelas instituições competentes (...)

«O PSD prossegue o caminho da governamentalização do regime, tomando agora como alvo principal o aparelho judicial, o Tribunal de Contas e o Ministério Público (...)

«Acusamos o Governo de ter montado uma espécie de polícia de informações políticas, destinada a vigiar os opositores das políticas do Governo, sejam partidos políticos, organizações sindicais, associações de produtores, organizações juvenis ou simples movimentos populares. É uma chocante perversão do Estado de direito democrático, que marca de forma

indelével o governo do PSD e os seus propósitos de perpetuação no poder (...)

«Mas falar do estado da Nação, sr. Primeiro-Ministro e senhores Deputados, é também falar do estado da saúde. Da preocupante deterioração dos serviços de saúde até dos seus níveis de segurança, apesar do empenhado esforço de muitos dos seus profissionais. Das taxas moderadoras e de outros entraves geradores de crescentes desigualdades no acesso aos cuidados de saúde (...)

«Há década e meia que o PSD é responsável pelos destinos da educação em Portugal. Não há escapatória para as responsabilidades do Governo, nem a continuada política neoliberal que tem sido seguida - de crescente desresponsabilização do Estado, de mercantilização do ensino e dos saberes, de apoio ao ensino privado e à privatização do ensino - justifica qualquer benefício da dúvida. Este Governo, e esta política não servem (...)

«Esta política não serve nem o povo nem o País. É necessário uma nova política. Mas é também neste preciso momento, em que o Governo está mais desmascarado e desacreditado e em que activa uma gravíssima ofensiva contra os direitos e interesses dos trabalhadores com as propostas apresentadas no Conselho de Concertação Social, que o Partido Socialista mais uma vez entende dar uma mão ao PSD ao impulsionar uma reforma constitucional, não necessária, mas premente e que visa projectos antidemocráticos e lesivos dos interesses dos trabalhadores (...)

Mais empregos e menos alimentos estragados

A Cruz Vermelha Portuguesa suspendeu na passada terça-feira a distribuição de alimentos em Serpa, onde se verificaram protestos dos populares frente à sede daquela instituição. A própria Câmara Municipal considerou não haver receptividade por parte da população para receber alimentos, já que os problemas existentes só poderão ser resolvidos através da criação de empregos para as pessoas.

Também a Câmara de Barrancos recusou, em comunicado, receber qualquer ajuda humanitária da Cruz Vermelha Portuguesa, afirmando que os habitantes de Barrancos «necessitam é de uma oportunidade de trabalho».

Apesar disto, o programa para quatro concelhos da margem esquerda do Guadiana começou a ser aplicado, tendo já sido entre-

gues mais de um terço das seis toneladas de alimentos.

Todavia, segundo se soube no início da semana, parte dos géneros alimentícios distribuídos no concelho de Moura estavam estragados ou tinham o prazo de validade expirado.

Só naquele concelho, em especial na aldeia de Sobral da Adiça, existem mais de 100 famílias necessitadas e a generalidade dos autarcas é unânime em considerar que é urgente criar um plano governamental para combater o desemprego.

Desde 15 de Junho que está em curso um mini-plano de emergência que deu trabalho a 41 pessoas de Sobral, contudo o plano é rotativo e dentro de pouco tempo os que agora trabalham voltarão ao desemprego.



COMPRAR
JÁ A EP
(Entrada Permanente)

é a solidariedade necessária
para garantir a realização
da Festa do Avante!

festa
Avante!

2.3.4
SETEMBRO
ATALAIA - AMORA - SEIXAL

festa de Abril